



PPGEDUC

PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão

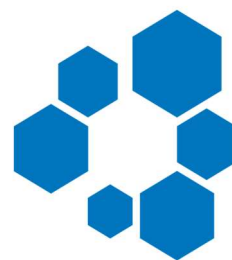
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO

DEUSNÍRIA MARIA DA SILVA E SILVA

**O CEPROFA EM GOIANDIRA-GO (1973-1989): MISSÃO E INSERÇÃO NA
REALIDADE LOCAL**

CATALÃO-GO

2021



UFG

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE
TESES
E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

DEUSNÍRIA MARIA DA SILVA E SILVA

3. Título do trabalho

O CEPROFA EM GOIANDIRA-GO (1973-1989): MISSÃO E INSERÇÃO NA REALIDADE LOCAL

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Aparecida Maria Almeida Barros, Professor do Magistério Superior**, em 30/11/2021, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DEUSNÍRIA MARIA DA SILVA E SILVA, Discente**, em 01/12/2021, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_externo=0, informando o código verificador **2393926** e o código CRC **0B8F1873**.

Referência: Processo nº 23070.050654/2021-99

SEI nº 2393926

DEUSNÍRIA MARIA DA SILVA E SILVA

**O CEPROFA EM GOIANDIRA-GO (1973-1989): MISSÃO E INSERÇÃO NA
REALIDADE LOCAL**

Dissertação apresentada à banca de DEFESA no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEDUC, da Unidade Acadêmica Especial de Educação, da Universidade Federal de Catalão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Aparecida Maria Almeida Barros

Linha de Pesquisa: Políticas educacionais, história da educação e pesquisa (auto) biográfica.

CATALÃO-GO

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Silva, Deusnória Maria da Silva e
O CEPROFA EM GOIANDIRA-GO (1973-1989): MISSÃO E
INSERÇÃO NA REALIDADE LOCAL [manuscrito] / Deusnória Maria da
Silva e Silva. - 2021. CXXX, 130 f.

Orientador: Profa. Dra. Aparecida Maria Almeida Barros.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade
Acadêmica Especial de Educação, Catalão, Programa de Pós-
Graduação em Educação, Catalão, 2021. Bibliografia. Anexos.
Inclui siglas, abreviaturas.

1. CEPROFA. 2. História das Instituições. 3. História Oral. 4.
Goiandira GO. 5. Instituição Educativa. I. Barros, Aparecida Maria
Almeida , orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ATA DE número 179 SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO.

ATA DA COMISSÃO EXAMINADORA DESIGNADA PELA COORDENADORIA DO PPGEDUC PARA JULGAMENTO DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO DE DEUSNÍRIA MARIA DA SILVA E SILVA.

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às 09:00 horas, à distância por meio de webconferência, reuniram-se os componentes da banca examinadora, a Profa. Dra. Aparecida Maria Almeida Barros - PPGEDUC/FAE-UFG-RC/UFCAT (Em transição) - Orientadora; Profa. Dra. Rita Tatiana Cardoso Erbs - PPGEDUC/FAE-UFG-RC/UFCAT (Em transição) Membro Interno; Profa. Dra. Fátima Pacheco de Santana Inácio - FAE-UFG-RC/UFCAT (Em transição) - Membro Externo, para, em sessão pública de exame de Defesa de mestrado, de **Deusnória Maria da Silva e Silva**, discente do Programa de Mestrado em Educação – PPGEDUC da FAE-UFG-RC/UFCAT (Em transição), área de Concentração Educação, com trabalho intitulado “O CEPROFA EM GOIANDIRA-GO. (1973-1989): MISSÃO E INSERÇÃO NA REALIDADE LOCAL”. A sessão foi aberta pela presidente da banca, que fez a apresentação formal dos membros da banca. Em seguida, a palavra foi concedida a discente que, procedeu a apresentação da Defesa. Terminada a apresentação, cada membro da banca arguiu a examinanda. Terminada a fase de arguição, foi suspensa a Sessão Pública e, em Sessão Secreta, as arguidoras atribuíram seus conceitos. Reaberta a Sessão Pública foi anunciado o resultado final: **DEFESA APROVADA**, fazendo jus, portanto, ao título de **Mestre em Educação**, de acordo com o artigo 57 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFG-Regional Catalão/UFCAT (Em transição). A Banca Examinadora de Defesa Pública de Dissertação foi realizada em conformidade com a Portaria da CAPES n. 36, de 19 de março de 2020, de acordo com seu segundo artigo: Art. 2. A suspensão de que trata esta Portaria não afasta a possibilidade de defesas de tese utilizando tecnologias de comunicação à distância, quando admissíveis pelo programa de pós-graduação stricto sensu, nos termos da regulamentação do Ministério da Educação. O PPG encontra-se vinculado à UFG-RC, pois não houve ainda migração pela CAPES à UFCAT (criada pela Lei 13.634 de 20 de março de 2018, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás-UFG). Nada mais havendo a registrar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

Programa de Pós-Graduação em Educação da FAE-UFG-RC/UFCAT Em transição, vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Aparecida Maria Almeida Barros, Professor do Magistério Superior**, em 28/09/2021, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fátima Pacheco De Santana Inácio, Diretora**, em 28/09/2021, às 14:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rita Tatiana Cardoso Erbs, Professora do Magistério Superior**, em 07/12/2021, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orga_o_acesso_externo=0, informando o código verificador **2372821** e o código CRC **6ECED409**.

DEUSNÍRIA MARIA DA SILVA E SILVA

**O CEPROFA EM GOIANDIRA-GO (1973-1989): MISSÃO E INSERÇÃO NA
REALIDADE LOCAL**

Dissertação apresentada à banca de DEFESA no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEDUC - da Universidade Federal de Catalão como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Aparecida Maria Almeida Barros – UFG-RC/UFCat (em transição) -
Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Rita Tatiana Cardoso Erbs – UFG-RC/UFCat (em transição)
PPGEDUC/UFG Membro Interno

Prof^ª. Dr^ª. Fátima Pacheco de Santana Inácio – UFG-RC-UFCat (em transição)
Membro Externo

Prof^ª. Dr^ª. Fernanda Barros –UFG-RC/UFCat (em transição) PPGEDUC/UFG
Suplente Interno

Prof^ª. Dr^ª. Geovanna de Lourdes Alves Ramos – UFU/Campus Pontal
Suplente externo

DEDICATÓRIA

Às famílias acolhidas no
CEPROFA.

À minha família,
fonte de inesgotável alegria:
Meu esposo, Betinho, e meus
filhos, Ana Carolina e
Guilherme. Simplesmente...
AMOR!

AGRADECIMENTOS

Muitas foram as pessoas que partilharam e vivenciaram comigo este processo de aprendizado e formação. Assim, agradecer seria mais que demonstrar reconhecimento pelo apoio e contribuição. No entanto, antes, devo lembrar-me do meu rochedo protetor, meu Deus: minha fortaleza!

À minha estimada e solícita orientadora, Professora Dr^a Aparecida Maria Almeida Barros. Trato perspicaz, comprometimento. Elevou-me e acreditou que eu seria capaz. Para sempre ocupará um lugar especial na minha vida. Obrigada!

À Universidade Federal de Catalão/UFCAT e ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

Aos professores da linha de pesquisa: Políticas Educacionais, História da Educação e Pesquisa (auto) biográfica, pela oportunidade e acolhida: Dr^a Aparecida Maria Almeida Barros, Dr^a Fernanda Barros, Dr^a Rita Tatiana Cardoso Erbs, Dr^a Juliana Pereira de Araújo e Dr. Wolney Honório Filho, bem como aos que contribuíram em outras disciplinas e seminários: Dr. Wender Faleiros, Dr^a Maria Zenaide Alves, Dr^a Cláudia Tavares Amaral e Dr. Henrique Martins.

À Banca Examinadora, que gentilmente contribuiu neste processo de pesquisa e formação: Professoras Dr^a Fátima Pacheco de Santana Inácio e Dr^a Rita Tatiana Cardoso Erbs. Vocês foram fundamentais para a concretização deste estudo. Eterna gratidão!

Aos meus colegas de mestrado da turma de 2018, com os quais participei de duas disciplinas eletivas, em especial, à Bethânia Oliveira Silva, pelo afeto e pelas significativas contribuições, e à Orizeni Martins Vaz, pela cumplicidade de uma trajetória em comum.

Ao casal Renatinha e Wender, meus companheiros de percurso. Luz, alegria e perseverança!

Aos colegas e amigos da minha turma de 2019, pela troca de experiências, afeto e aprendizagem. Inesquecíveis!

Ao meu colega, irmão e companheiro de orientação, Anderson Alves Ribeiro. Meu suporte em inúmeros momentos. Gratidão!

À Walkíria Vieira do Prado e Souza, pelo incentivo, disposição e contribuição para a realização deste estudo, desde o início, ao me apresentar o Mestrado.

À Mariana Mesquita da *Speak* Idiomas. Obrigada pelo suporte no trato com a língua Inglesa e tradução da tese de Amália Pasin, em italiano, juntamente com a “Tia Wal”.

Ao inesquecível colega do curso de Inglês, Klayton Marcelino de Paula, que me socorreu e se prontificou quanto à elaboração do Currículo Lattes para o ingresso no

mestrado.

Aos conterrâneos que com seus relatos contribuíram, efetivamente, para a realização deste estudo, nas pessoas de dona Sebastiana Rodrigues da Silva e sua filha, Maria de Fátima da Silva Santos (Neuzi). Gratidão eterna!

À Voluntária Italiana Amália Pasin pela cordial acolhida e generosa contribuição e à Ingrassia Francesca (*in memoriam*). Reconhecimento pelo trabalho prestado em Goiandira.

Ao meu pai, Deusny José da Silva (*in memoriam*), que me inspirou e conduziu para trilhar os caminhos da retidão.

À minha mãe, Divina Garcia da Silva e Silva, amparo e aconchego, sempre acreditou nos meus sonhos. Amor incondicional.

Ao meu esposo, companheiro, Albertino Cândido da Silva Neto, pelo suporte e paciência. Obrigada pela vida e pelas lutas compartilhadas. Contamos sempre com a proteção de Deus!

Aos meus filhos, Ana Carolina Garcia Silva e Guilherme Henrique Garcia Silva, pelo incentivo, pela compreensão nos momentos de ausências e contribuições para a realização desta pesquisa, principalmente, a utilização e a aplicabilidade das ferramentas de mídia e *internet*. Aprendi muito com vocês. Amor eterno!

A todos que colaboraram para a realização desta pesquisa e acreditaram que seria possível, meus agradecimentos!

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base.

CEPROFA – Centro Promocional Nossa Senhora do Rosário de Fátima.

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

FEBEM - Fundação Estadual para o Bem-estar do Menor.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social.

LBA – Legião Brasileira de Assistência.

NUMEG - Núcleo do Menor Goiandirense.

ONG – Organizações não Governamentais.

TLC – Treinamento de Liderança Cristã.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Documentos referentes ao CEPROFA	31
Quadro 2 - Conteúdo dos documentos localizados	31
Quadro 3 - Coordenadoras – CEPROFA/1973-1989	73
Quadro 4 - Funcionários – CEPROFA/1975-1989	75

RESUMO

O CEPROFA, Centro Promocional “Nossa Senhora do Rosário de Fátima”, em Goiandira-GO, instituição idealizada pelas voluntárias italianas Ingrassia Francesca e Amália Pasin, teve uma experiência pioneira no serviço de assistência social destinada às crianças e aos adolescentes, com diversas ações que envolviam acolhida, cuidados, higiene, saúde, formação de hábitos e socialização, promovidas no espaço institucional, conforme as prescrições do estatuto de criação. Diante disso, indagamos como questão de estudo: qual a natureza institucional do Centro Promocional “Nossa Senhora do Rosário de Fátima”? com o interesse de conhecer a sua missão institucional, perpassada pelas ações, finalidades e abrangência de atendimentos, assim como a sua inserção na realidade local, no período de recorte. Nessa perspectiva, o estudo teve por finalidade conhecer como se configurou o CEPROFA em Goiandira-GO (1973-1989), as atribuições, finalidades institucionais, a imersão e a participação da sociedade local. A pesquisa, situada teoricamente no campo de investigação das instituições escolares, fundamentou-se no referencial teórico da História da Educação, em documentos oficiais, acionando a base empírica para o estudo de depoimentos orais como fontes para obter os dados apresentados e interpretados. Por meio da investigação, foi possível conhecer a instituição, com ênfase em sua missão e inserção social educativa na realidade local. A partir dos resultados, evidenciamos as relações dessa instituição com o contexto social onde foram desenvolvidas as ações, bem como conhecemos as finalidades e a abrangência do atendimento realizado no espaço institucional identificado como “creche”. Pelas interpretações das fontes obtidas e produzidas, percebemos a coexistência de relações diversas que envolveram as ações da instituição educativa, de caráter social, marcada por singularidades do contexto, pelas condições e os modos como a missão institucional foi configurada, contando com participações mistas de setores públicos e privados, voluntários e doadores, tornando-se pioneira no atendimento socioeducativo no município.

Palavras-chave: CEPROFA; História das Instituições; História Oral; Goiandira-GO; Instituição Educativa.

ABSTRACT

CEPROFA, Promotional Center “Nossa Senhora do Rosário de Fátima”, in Goiandira- GO, an institution created by the Italian volunteers Ingrassia Francesca and Amália Pasin, had a pioneering experience in the social assistance service for children and teenagers, with several actions involving reception, care, hygiene, health, formation of habits and socialization, promoted in the institutional space, according to the prescriptions of the creation statute. Therefore, we asked as a question of study: what is the institutional nature of the Promotional Center “Nossa Senhora do Rosário de Fátima”? with the interest of knowing its institutional mission, permeated by the actions, purposes and scope of care, as well as its insertion in the local reality, during the cut-off period. In this perspective, the study aimed to know how CEPROFA was configured in Goiandira-GO (1973-1989), the attributions, institutional purposes, the immersion and participation of the local society. The research, theoretically situated in the field of investigation of school institutions, was based on the theoretical framework of the History of Education, in official documents, activating the empirical basis for the study of oral statements as sources to obtain the data presented and interpreted. Through the investigation, it was possible to know the institution, with emphasis on its mission and educational social insertion in the local reality. From the results, we evidence the relationship of this institution with the social context where the actions were developed, as well as we know the purposes and scope of the service provided in the institutional space identified as “nursery”. Through the interpretations of the sources obtained and produced, we perceive the coexistence of different relationships involving the actions of the educational institution, of a social nature, marked by singularities of the context, by the conditions and ways in which the institutional mission was configured, with mixed participation of sectors public and private, volunteers and donors, becoming a pioneer in socio-educational care in the city.

Keywords: CEPROFA; History of Institutions; Oral History; Goiandira-GO; Educational Institution.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
As aproximações do objeto com o contexto e a fundamentação da pesquisa	19
A instituição educativa CEPROFA situada na História das Instituições	28
Passos e percursos metodológicos da pesquisa	33
CAPÍTULO I: CEPROFA- CENTRO PROMOCIONAL “NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA” - GOIANDIRA-GO	38
1.1 De um lugar com indefinições e imprecisões: uma instituição educativa pioneira no projeto e nas ações.....	38
1.2 A realidade local marcada por contradições de um sistema social e econômico excludente.....	41
1.3 Uma instituição educativa de acolhida e assistência social	48
1.4 Leituras de sínteses parciais do capítulo	50
CAPÍTULO II: AGENTES E INSTITUIÇÃO EDUCATIVA: IMERSÃO DO CEPROFA NA REALIDADE LOCAL	52
2.1 O começo da instituição em espaços improvisados e provisórios: o pioneirismo das ações educativas e sociais.....	52
2.2 “Mãos à obra” - Os modos de participação voluntária na instituição: agentes da comunidade, normalistas e Batalhão Mauá	56
2.3 A Estrutura Organizacional da Instituição.....	65
2.4 Percepção interna da Instituição.....	69
2.5 CEPROFA: sentidos, significados e percepções provenientes de distintas experiências....	84
2.6 Leituras de sínteses parciais do capítulo	86
CAPÍTULO III: A RESSONÂNCIA SOCIAL DO CEPROFA NA REALIDADE LOCAL	88
3.1 A Instituição CEPROFA: origem, inspiração e materialização das ações educativas e sociais.....	88
3.2 A continuidade do CEPROFA com a participação de agentes locais	91
3.3 O período final de funcionamento do CEPROFA: novas mudanças	94
CONCLUSÃO	97
REFERÊNCIAS	101
ANEXOS	104
ANEXO I – Relatos: Fontes Orais	104
ANEXO II – Fontes Documentais.....	123

INTRODUÇÃO

(...) Continuamos a oferecer às crianças o cuidado e a educação, que são valores que não podem ser arrancados.

Amália Pasin

Minha relação com o objeto de pesquisa tem origem nas memórias e no convívio com o Centro Promocional “Nossa Senhora do Rosário de Fátima” – CEPROFA¹ - quando pude realizar a imersão na realidade local, conhecer parte das famílias assistidas, as crianças atendidas, conviver com colegas que frequentaram e atuaram por algum tempo naquele espaço, e ter contato com as duas voluntárias idealizadoras da instituição no período em que estiveram à frente da obra.

A possibilidade de um projeto de pesquisa foi amadurecida quando ingressei como aluna especial no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG - Regional Catalão, quando tive a oportunidade de conhecer as pesquisas realizadas na Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais, História da Educação e Pesquisa (Auto) Biográfica.² Por meio dos conhecimentos adquiridos, interessei-me por esse tema/objeto, considerando não apenas as motivações pessoais e as afinidades com a instituição e seus sujeitos, mas, sobretudo, a pertinência em contribuir com novos estudos na História da Educação, haja vista que esta instituição ainda não foi investigada. No imaginário local, nas reminiscências de lembranças e recordações das pessoas havia ênfase no CEPROFA enquanto uma instituição que marcou muitas gerações, tornando-se uma referência. Contudo, quando acionadas as informações, muitos dados emergiam desconexos, conflitantes, contraditórios, compondo diferentes fatos e eventos, a depender de quem fosse abordado. Em suma, havia muitas histórias e trajetórias sugeridas. A percepção de um mosaico envolvendo a instituição, com percursos de desencontros, rotas diferenciadas, mesclava sua existência, de modo a indicar diversas possibilidades, o que logo se mostrou um desafio para a pesquisa. Desvelar as dobras, pavimentar um percurso coerente e válido, passaria pela localização de fontes, objetos, documentos, materialidade da existência institucional.

Nas definições e direcionamentos para delimitar a investigação, assim como nos caminhos para realizá-la as primeiras incursões e contatos apontaram informações e detalhes que escapavam às recordações e lembranças. Havia um universo a ser descoberto,

¹ Utilizaremos ao longo do texto o nome abreviado e reconhecido da instituição – CEPROFA.

² A referida Regional Catalão, a partir da Lei nº 13.634, de 20 de março de 2018, passou a ser denominada Universidade Federal de Catalão (UFCAT), criada por desmembramento da Universidade Federal de Goiás (UFG).

compreendido, percebido, com uma história a ser reconstruída. Na medida em que projetamos os primeiros passos, muitas interrogações e dúvidas surgiram acerca da natureza institucional, o modo de organização, suas funções e finalidades. Havia diversas versões memorialísticas que povoavam o imaginário das pessoas, mesclavam informações desconstruídas a respeito da vinculação oficial da instituição. O desafio de conhecer a instituição denominada Centro Promocional “Nossa Senhora do Rosário de Fátima” - CEPROFA em Goiandira-GO passaria por diversas escalas e buscas no intuito de desvelar o que seria a missão institucional e sua relação com o contexto local.

Na trama institucional há possibilidade de entrelaçamento com a sociedade local que, embora não sendo alvo da ação assistencial, vivenciava diferentes formas de participação e relações com o centro promocional pela via da colaboração, do provimento e fomento de ações; nisso envolvia outra fração da sociedade, como entidades públicas estatais e religiosas, dentre outras. Portanto, ao visualizar as vias de direcionamento do estudo, percebemos pelo menos três variáveis sociais: a primeira, constituída pela fração social mais carente, alvo da assistência promovida pela instituição, composta, em grande parte, pela população residente na região conhecida em Goiandira por “Patrimônio”; a segunda variável seria a fração social dos mantenedores, os agentes colaboradores, doadores, oriundos de famílias socialmente bem constituídas na região, entidades públicas e privadas, incluindo órgãos estatais e religiosos; e a terceira variável seria caracterizada pela atuação do voluntariado, com participação de estrangeiras e recrutamento de pessoas da localidade, como por exemplo, estudantes do curso normal, do magistério, profissionais vinculados à Estrada de Ferro, dentre outros. Delinear essas três variáveis no relacionamento com a instituição foi o primeiro esboço de um contorno de percurso estruturado para o estudo, na percepção das tramas e ações que envolveram a existência do CEPROFA, em um tempo e espaço desprovidos de assistência social direcionada às frações sociais desfavorecidas.

A criação do CEPROFA ocorreu pelo investimento e empenho de duas voluntárias leigas³ italianas, Ingrassia Francesca e Amália Pasin, que ao chegarem a Goiandira em meados da década de 1970 teriam impulsionado a fundação do CEPROFA, idealizado enquanto proposta institucional embrionária. No reconhecimento das condições objetivas da realidade local, elas constataram, dentre outras singularidades, indícios de abandono, pobreza e negligência, dando início às ações de filantropia, doações, mobilização de frações da

³ Essa condição de chegada de ambas, por não estarem vinculadas a nenhuma ordem religiosa à época. Segundo registros posteriores, anos mais tarde, com o apoio do bispo de Uberaba, teriam sido reconhecidas pelo trabalho social, tornando-se membros de uma entidade leiga consagrada.

sociedade local, de setores públicos e privados em prol da obra pretendida, tornando-se uma experiência pioneira na acolhida e assistência a crianças na região. Em conjunto com membros da igreja e da administração pública desencadearam um movimento de missão e carisma que impulsionou o serviço de assistência social por meio de ações de filantropia, cuidado, higiene, atividades recreativas, alimentação, medicamentos, etc., mobilizando a comunidade representada por frações sociais de melhor condição financeira a realizar doações que resultaram na edificação e aquisição de equipamentos da instituição, iniciada, em princípio, em espaço improvisado e provisório, para ao longo dos anos seguintes ser materializada em uma sede própria com edificações e equipamentos adequados.

Embora desde a concepção original a proposta tenha sido de um centro promocional, conforme os termos do estatuto, evidenciado no caráter assistencial e educativo, a abrangência das ações desenvolvidas naquele espaço, iniciadas em locais improvisados, já indicaria um formato singular à “creche”, como ficou conhecida, tanto nas ações internas quanto na relação com a sociedade local. Nessa compreensão, para efeito da pesquisa, indagamos: qual a natureza institucional do Centro Promocional “Nossa Senhora do Rosário de Fátima” - CEPROFA?

Definida essa questão, apontamos como objetivo geral: conhecer como se configurou o CEPROFA em Goiandira-GO (1973 - 1989), suas atribuições e finalidades institucionais nesse período. Como objetivos específicos elencamos: 1. Compreender a organização e a estrutura do CEPROFA, articuladas às suas finalidades e atribuições estabelecidas no período, subsidiando-nos em fontes orais e documentos consultados; 2. Significar a configuração institucional do CEPROFA na relação com os sujeitos atendidos, a imersão e a participação da sociedade local e regional; e 3. Interpretar a realidade na qual a “creche” CEPROFA se projetou, na perspectiva de uma ação abrangente, em um contexto local marcado por condições invisíveis, de exclusão social e de marginalidades diversas.

Nessa configuração, a instituição investigada foi apreendida considerando as três variáveis sociais que tiveram relacionamento e participação na sua existência: os assistidos pelas ações promovidas, com predominância da população residente no Patrimônio; os benfeitores⁴, compostos pela sociedade local e regional, entidades públicas e privadas que fomentaram a instituição e suas ações com doações diversas; e os voluntários, que assumiram o protagonismo na execução de ações da e na instituição, capitaneados pelas italianas que impulsionaram os primeiros trabalhos de assistência promovidos pelo CEPROFA. É nesse

⁴ Este termo aparece no livro de memórias de Amália Pasin designando as pessoas da sociedade local e regional que contribuíram, de alguma forma, para a construção e a manutenção do CEPROFA.

delineamento que a pesquisa conduziu a caracterização dos dados e fontes, o diálogo com o contexto local, assim como a interpretação das contradições percebidas na trama de relações que envolveram a instituição e a realidade na qual se materializou no período.

Ao considerar a realidade local na qual a instituição se inseriu, é possível haver nexos com outras pesquisas produzidas em outras áreas do conhecimento (tais como estudos realizados no âmbito da História, da Geografia, contemplando o município e a cidade de Goiandira, as condições dos trabalhadores e a relação com a estrada de ferro, dentre outros), que possam colaborar com o olhar sobre os sujeitos assistidos na e pela instituição à época.

As aproximações do objeto com o contexto e a fundamentação da pesquisa

O exercício inicial de contextualização da instituição, considerando o que foi buscado e encontrado até o momento, coloca a pesquisadora diante da multifacetagem, marcada pela coexistência de relações que envolveram o projeto, a obra, as ações, os agentes e a participação da sociedade local, imersa em realidades distintas. Isso demarcaria, inclusive, os modos de reagir, aderir ou negar a proposta da criação de uma instituição até então inédita na região. Contudo, optamos por realizar o estudo fundamentado nas evidências das fontes obtidas, na coerência da interpretação e do diálogo com as variáveis possíveis, sem dispersar o foco da missão institucional e a inserção na realidade local à época.

A expectativa de obter fontes, localizar objetos, fotografias, registros e demais indícios com evidências da instituição no período selecionado para a investigação, em um primeiro momento, levou-nos a percorrer vários espaços e instituições, conversar com pessoas diversas, e uma conversa leva a outros nomes, que revelam outros, além dos silêncios e esquecimentos. O empenho para compor a arquitetura do estudo foi instigante no sentido de descobrir e compreender a trama de relações e ações que compuseram o projeto da instituição, os fomentos, as edificações, o funcionamento e as finalidades. Acostumados a conviver com pessoas que atuaram ou ainda atuam no CEPROFA, na medida em que empenhamos as tarefas para localizar informações gerais e específicas sobre a instituição, deparamo-nos com a pluralidade de versões e explicações para fatos e eventos, por vezes contraditórios e diversos; assim, o entendimento de que restaurar uma versão histórica seria um desafio se mostrou logo nas primeiras interlocuções com sujeitos: professores, gestores, ex-alunos, servidores, beneméritos, vizinhos, dentre outros.

Um segundo aspecto se refere à característica de um município pequeno no período do

estudo, décadas de 1970 e 1980, cuja população contava com 3.517 pessoas na cidade. (AVELAR, 2011, p. 79). As atividades econômicas predominantes eram agropecuária, comércio de insumos, serviços públicos e produção artesanal dos produtos de uso diário. A concentração da vida pública era em torno dos órgãos públicos e da igreja.

O perímetro urbano sendo servido pela estrada de ferro, com estação de transbordo, embarque e desembarque de cargas e passageiros, tornava a cidade diferenciada na região pela circulação de mercadorias, movimentação de armazéns e serviços articulados, tais como hospedagem, pensão, transporte, etc. Produtos e notícias chegavam mais rápido, circulavam com mais facilidade, além disso, houve a instalação de postos de trabalhos braçais e administrativos suficientes para operacionalizar a logística da estrada de ferro. Assim, a sociedade local, além das famílias de origem, isto é, nascidas e criadas nos domínios do município, com domicílios e propriedades de descendência familiar, foi composta por outras tantas que chegaram e se instalaram na zona urbana ou intermediária, algumas já com vínculos com empresas e órgãos da Companhia Férrea, em caráter temporário ou permanente; outras se deslocaram de outras localidades ou da zona rural em busca de oportunidades de trabalhos diversos, gerados na e pela logística da Estrada de Ferro⁵.

Ao acionar informações acerca do objeto de estudo, a cada incursão, essa realidade multifacetada torna-se evidente, porque as voluntárias italianas, idealizadoras da instituição, transitaram pelas distintas frações sociais para empenhar apoios e beneméritos para a causa; ao mesmo tempo faziam uma imersão na periferia, onde ficou determinada a construção da instituição. Ao aprofundarem o conhecimento sobre aquela realidade, tornando-se residentes na mesma área, tiveram a oportunidade de escrutinar as entranhas da pobreza e das formas de exclusão a que um amontoado de gente estaria submetido, independente de raça, religião e condição familiar. Nesse local, conhecido por Patrimônio, a propriedade da área pertencia à igreja católica, as construções eram autorizadas pelas autoridades da igreja, sendo que, em caso de venda, somente o direito das benfeitorias de construção era objeto de negociação entre os interessados, a área não era escriturada a terceiros por ser da igreja. Com esse formato, o antigo prefeito, Sr. José Teixeira de Araújo, adquiriu uma modesta casa, como as que povoavam aquela região, que foi disponibilizada como moradia para as voluntárias italianas.

A opção pelo recorte de 1973 tem como marco o início das atividades na instituição, ainda em caráter improvisado, por não dispor de uma sede definitiva; as primeiras ações junto

⁵ As informações esboçadas na forma de síntese foram extraídas da leitura de diferentes fontes, tais como artigos, ensaios, notícias de jornais e pesquisas já produzidas em diferentes programas de pós-graduação, nas quais há indícios dessas movimentações e incremento das relações comerciais, econômicas e trabalhistas atraídas para o município por meio da chegada da Estrada de Ferro.

à comunidade local constam do ano de 1973, sendo que os processos de oficialização por meio de um estatuto próprio ocorreram ao final do ano seguinte, assim como as demais iniciativas para a edificação de uma sede própria, com recursos advindos de diferentes doações, tendo a participação de pessoas oriundas da sociedade local, regional e até de benfeitores internacionais, de convivência pessoal das voluntárias italianas.

Em 1976, três anos após o início do funcionamento do CEPROFA, essas voluntárias italianas, encerrando a execução do trabalho de Voluntariado Internacional, fixaram domicílio em cidades do Triângulo Mineiro. Saindo de Goiandira deixaram a instituição sob a gestão de voluntários vinculados à igreja católica e outras entidades, com suporte do município na manutenção de alguns serviços e funcionários. O final do período, 1989, refere-se ao ano em que o Centro Promocional, que já vinha passando por significativas mudanças no *status* institucional, oficializa o repasse da gestão para o município, fazendo parte de um novo projeto que se implanta na cidade, o Núcleo do Menor Goiandirense - NUMEG (Ata s/nº em anexo).

A partir da junção entre CEPROFA e NUMEG, subsidiado por projetos e recursos federais, o poder público municipal assumiu a gestão e a coordenação das ações de assistência social sob novo formato. Portanto, o estudo focaliza as atribuições e finalidades do CEPROFA em Goiandira no período de aproximadamente dezesseis anos em que esteve sob a gestão de voluntários, iniciada pelas duas missionárias italianas que o idealizaram, implementaram as primeiras ações, investiram na construção e edificação de um espaço próprio e consolidaram a existência institucional do mesmo juntamente com membros da comunidade. Em seguida, foi conduzido por voluntários, religiosos e funcionários vinculados à administração pública municipal até 1989, quando ocorreu o repasse ao poder público municipal em pleno funcionamento de suas atividades assistenciais. Nesse sentido, o CEPROFA enquanto funcionou exclusivamente no formato de Centro Promocional, com o aporte de recursos provenientes de doações, filantropia e o trabalho de voluntários, compreende o período do recorte, visto que após o ano de 1989 a mudança de gestão para o município e a junção de projetos e instituições promoveram uma reconfiguração de suas atribuições e funções, embora no imaginário social local tenha se mantido como referência do espaço original do CEPROFA.

Segundo Amália Pasin (2004), já no início perceberam a desigualdade socioeconômica comum em uma cidade interiorana. Tanto que se instalaram em uma pequena e humilde casa, assim como todas as outras, de um bairro periférico, chamado “Patrimônio”, por serem terras que antes pertenciam à Igreja Católica. Posteriormente, esse bairro passou a ser chamado Bairro Nossa Senhora de Fátima, que atualmente faz parte do Setor Central.

Provavelmente a estratégia de acrescentar “do Rosário” no nome do Centro Promocional, ao invés de simplesmente Nossa Senhora de Fátima, teria sido uma alternativa para diferenciar o nome do CEPROFA de uma polêmica local que envolvia uma disputa entre os devotos de Nossa Senhora do Rosário⁶. Daí, conforme consta nos termos do Estatuto, publicado no Diário Oficial do Estado em 12/12/1974: CENTRO PROMOCIONAL “NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA” DE GOIANDIRA-GO-CEPROFA.

Salienta Pasin (2004) que, após visitas e pesquisa em torno da realidade das famílias daquele bairro, começaram um trabalho que visava o acolhimento das crianças de zero a seis anos de idade para construir uma escola maternal gratuita. Para tal feito, as voluntárias italianas contaram com donativos de várias pessoas para a organização do local e para manter cerca de cento e cinquenta crianças em condições de vulnerabilidade social que foram acolhidas na escola maternal. Segundo Amália Pasin (2004, p. 19), “O lugar tornou-se um ambiente agradável, bonito para uma escolinha pioneira, que reconhecia o direito ao amparo, à acolhida”.

Dentro dos nossos parcos conhecimentos, e com a ajuda de amigos, elaboramos o Estatuto que, depois, foi copiado por muitas creches (ONGs) do nosso Brasil. O modelo do prédio para funcionamento da creche recebeu elogios/admiração das pessoas da capital goiana que vinham visitar a cidade de Goiandira. (PASIN, 2004, p. 20)

Ao consultarmos a versão original deste Estatuto, cuja elaboração foi encaminhada pelos responsáveis em 6 de junho de 1974, mas a publicação oficial somente fora formalizada ao final do mesmo ano, observamos que, na verdade, apesar da instituição ser associada à creche e à escola maternal, o projeto geral do Centro Promocional se configurou em uma proposta mais abrangente e arrojada, que não se resumia apenas à acolhida de crianças em fase pré-escolar. Pelo exposto no referido documento, preconizada a expectativa de uma escola maternal e o caráter institucional, as prescrições do Estatuto indicavam um projeto mais ambicioso, que envolvia diferentes faixas etárias dos grupos familiares, oriundos de frações de classes menos favorecidas do ponto de vista social, financeiro e cultural.

Segundo o Estatuto, no Capítulo I, artigo 1º, “O Centro Promocional Nossa Senhora do Rosário de Fátima de Goiandira- GO., funda-se como entidade civil de direito privado, com sede na cidade de Goiandira, Estado de Goiás, onde tem seu foro”, em seguida, no artigo 2º,

⁶ A região sudeste do sudeste goiano, na qual Goiandira se insere tem uma presença marcante de irmandades e devotos de Nossa Senhora do Rosário, na tradição católica com símbolos e rituais de religiosidades africanas. As disputas e afirmações são frequentes, demarcando coexistências diversas.

estabelece-se, de forma concisa, um dos pontos que trata do cuidado e promoção humana:

O CEPROFA tem por finalidade promover, na cidade de Goiandira, em todas as dimensões a seu alcance, o povo menos favorecido pela sorte, do ponto de vista humano, social, profissional, moral e cristão, no sentido de favorecer uma maior compreensão e colaboração entre as várias pessoas de raça, classes sociais, partido político e confissão religiosa diversa.

Verificamos que o artigo não só estabelece a finalidade primordial dentro do trabalho almejado e proposto pelas voluntárias, mas traz implícito que tal finalidade não atenderá de forma concreta o que se pretende promover, visto que as mazelas humanas e as diferenças sociais foram tratadas como insignificantes diante da real situação de enfrentamento, cuja proposta não estaria resumida apenas à “compreensão e colaboração”, como se o fato de aceitar e admitir as desigualdades materiais, resultado do próprio sistema capitalista, fosse capaz de promover e reduzir os problemas sociais. No Art. 3º do Estatuto são designados os meios:

- a) O desenvolvimento de relações mais humanas entre as pessoas, a participação viva dos problemas deles, a luta para a vida, a valorização das mesmas capacidades deles, para efetuar pequenas realizações a nível familiar e social;
 - b) A promoção da mulher e da mãe na sua tarefa responsável para com o marido, os filhos, a casa (cursos de higiene e saúde, de auxiliar no lar, de gestantes, de corte e costura, de arte culinária, de bordado, etc.);
 - c) A promoção dos serviços pré-escolares (Escola Maternal, Creche) e para-escolares (folguedos depois da aula, sob vigilância de um educador) e para os anormais psíquicos e toda iniciativa ao lado daquelas instituídas por outras entidades já operantes nos públicos serviços;
 - d) Cursos de artes e trabalhos manuais para qualificar os jovens aprendizes (pedreiros, carpinteiros, eletricitas, encanadores, etc.);
- Promoção das atividades no campo do artesanato local (escola- fábrica de cerâmica artística utilizando o caulino no solo), de tecidos, etc.

Pelo exposto nos termos do Estatuto, cuja linguagem transparece traços da provável experiência distinta das italianas, importada do contexto europeu, sem maiores preocupações com a adaptação ao contexto local, na década de 1970, fica evidente o ambicioso projeto institucional preconizado, cujos padrões também expressam fragmentos da visão europeia traduzida na intervenção destinada àquela fração social que se beneficiaria da instituição proposta. Expressaram a percepção de que a realidade local possuía problemas de ordem social, sanitária, de saúde, renda, assim como questões de acesso às atividades produtivas e laborais. Havia uma fração de classe social desprovida da participação de bens culturais, artísticos, educativos e sociais, portanto, a instituição seria um agente promocional de

diversas ações destinadas a amenizar tais problemas. Teria por finalidade equalizar as desvantagens e inserir tais indivíduos em processos sociais educativos que dirimissem e atenuassem essas condições por meio do acesso ao trabalho e à subsistência, ou seja, o Centro Promocional, ao desenvolver ações de preparo para diferentes habilidades, desempenharia uma função social capaz de melhorar a realidade de pobreza e exclusão daquele grupo social. Também nos termos indicados no Estatuto transparece uma visão padronizada de modelo familiar, papel da mulher e função social. Possivelmente tais padronizações seriam problematizadas e confrontadas na medida em que houvesse a imersão das estrangeiras na realidade local onde a instituição fora instalada.

O Artigo 4º do Capítulo II se refere aos Sócios e ao Conselho:

Os sócios do CEPROFA poderão ser homens ou mulheres, maiores, abertos aos problemas dos outros, comunitários, capazes de colaborar, de tomar compromissos sociais, sem distinção de raças, de religião, de condições sociais diferentes, pessoas de boa vontade e sensíveis à promoção humana dos mais necessitados.

Ao observarmos o documento, notamos a importância dada ao relacionamento humano, social e às ações destinadas à promoção humana. Neste ponto, podemos inferir, a partir do pensamento da autora Hannah Arendt, sobre a “ação”, que é, segundo ela, “a atividade política por excelência”. O homem convive com o homem, habitam o mesmo mundo e juntos convivem em um relacionamento mútuo. E ainda, conforme a autora:

A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto de igualdade e diferença. Se não fossem iguais, os homens seriam incapazes de compreender-se entre si e aos seus ancestrais, ou de fazer planos para o futuro e prever as necessidades das gerações vindouras. Se não fossem diferentes, se cada ser humano não diferisse de todos os que existiram, existem ou virão a existir, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender. (ARENDR, 2007, p. 188).

Acerca do pensamento de Hannah Arendt com relação à realidade do homem, acredita-se em uma reconstrução do novo e formas que assegurem a pluralidade e a diversidade, garantindo, com isso, um mundo comum por meio do exercício da liberdade, mostrando que “ele é capaz de realizar o infinitamente improvável.” (ARENDR, 2007, p.191). No entanto, nessa troca mútua em que se juntam as ações e os discursos diversos em prol de uma mesma causa, estabeleceu-se metas e etapas para a organização de uma instituição preocupada não apenas com a instrução escolar, mas com o despertar de um “homem”

politicamente inserido na comunidade, mesmo que, para tanto, fosse submetido a passar por momentos de exploração, conformidade e aceitação.

No Artigo 5º fica estabelecido que:

O Conselho-Diretor, eleito pela Assembleia dos sócios, em escrutínio secreto, com mandato de um ano, podendo ser reeleito, está composto de: um Coordenador, um Administrador, um Secretário e dois Conselheiros, com tarefa de:

- a) Organizar equipes de Cooperadores, responsáveis pela promoção das suas atividades;
- b) Administrar as finanças;
- c) Relacionar a Assembleia dos sócios a cada três meses o trabalho feito no espírito das finalidades do presente estatuto;
- d) Representar o CEPROFA, com juízo ou fora dele, passiva ou ativamente.

Com relação às finanças, é tratado no Capítulo III:

Artigo 6º- O CEPROFA tem como receitas:

Contribuição dos sócios;

Donativos em geral das pessoas e entidades particulares e públicas; Auxílios e subvenções municipais, estaduais e federais.

Artigo 7º- O dinheiro pertencente ao CEPROFA será recolhido em Banco pelo Tesoureiro, ficando o mesmo incumbido dos depósitos e retiradas com aprovação do Coordenador e deliberação do Conselho.

O Capítulo IV trata da extinção:

Art. 8º- Será extinto o CEPROFA:

- Por não mais poder cumprir com seus objetivos sociais;
- Por sentença judicial e irrecurável.

Art. 9º- Uma vez extinto o CEPROFA, o seu patrimônio será doado a uma entidade congênere, devidamente registrada com finalidade educativa-promocional-religiosa com atividade no território do município, de acordo com dois terços (2/3) da assembleia.

Art. 10- O presente estatuto será retornado somente por deliberação de 2/3 (dois terços) da assembleia.

Art. 11- O CEPROFA não remunera o conselho, não distribui lucros ou dividendos entre seus participantes. Aplica o “superavit” verificado eventualmente em seus exercícios financeiros na manutenção e desenvolvimento de suas obras, aplicando as suas rendas integralmente na cidade.

Art. 12- Os membros do Conselho-Diretor não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais do CEPROFA.

Art. 13- O primeiro Conselho-Diretor ficou assim constituído:

ARISTIDES MARQUES DE SOUZA.

1º Coordenador eleito

MARIA ROSA DE ARAÚJO.

Secretária

JOÃO PIRES DUARTE.
Tesoureiro

HAILTON CÂNDIDO DA COSTA.
Conselheiro

VILDA DO CARMO DIAS
Conselheira

Todos residentes e domiciliados neste município de Goiandira-Go.

Art.14º- O presente estatuto entrará em vigor no ato de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás.
Goiandira (Go), 6 de junho de 1974.

Ao compor o Conselho Diretor com moradores do próprio município, detentores de certa influência, com perfil de liderança para a organização e promoção das atividades, percebemos a distinção na escolha de pessoas já engajadas na sociedade, com algum tipo de privilégio, justificando a ideia de que o trabalhador que ocupa um lugar de menor prestígio dentro de uma fração social desfavorecida não teria características para assumir funções de comando dentro de uma instituição, tampouco, disporia de habilidades para a formação de equipes de colaboradores, condução de reuniões e assembleias ou administração das finanças. Os dados oficiais a respeito das diferentes composições que conduziram a instituição no período evidenciam uma estratégia interessante, qual seja, o provimento financeiro, estrutural e a manutenção das ações de rotina dependeriam de doações e provimentos captados por meio de variadas fontes, incluindo doações, recursos de projetos e programas de diversos entes federados, associados aos setores públicos, privados e particulares. Nessa perspectiva ocorre o alinhamento de indicações de nomes para a ocupação de cargos e funções na instituição, ou seja, o perfil da sociedade que participa enquanto gestora do CEPROFA é equivalente aos que teriam condições financeiras, sociais e políticas para influenciar no seu provimento.

Ao observarmos os nomes dos participantes deste primeiro Conselho Diretor, verificamos uma mescla de ocupações dentro da comunidade, como: Sr. Aristides Marques de Souza, fazendeiro; Maria Rosa de Araújo e Vilda do Carmo Dias, professoras; Sr. João Pires Duarte, comerciante; e Sr. Hailton Cândido da Costa, bancário, efetivando uma composição de pessoas idôneas, com ocupações diversas, visto que não eram funções remuneradas.

Informações contidas no Estatuto do CEPROFA (1974) no capítulo I referentes às finanças indicam que a instituição tinha como receitas:

- 2 Contribuições dos sócios;
- 3 Donativos em geral das pessoas e entidades particulares e públicas;

4 Auxílios e subvenções municipais, estaduais e federais.

O documento informa também que o dinheiro pertencente ao CEPROFA era recolhido em banco pelo tesoureiro, ficando o mesmo incumbido dos depósitos e das retiradas com aprovação do coordenador e deliberação dos conselhos.

Pelo teor do Estatuto aprovado e publicado no Diário Oficial de Goiás, o centro promocional preconizado seria um espaço mais amplo e abrangente do que uma creche. A concepção administrativa na forma de um Conselho e as subvenções para estrutura e manutenção das ações conferem autonomia de gestão administrativa e financeira, admitindo a participação de diversas entidades civis, públicas e privadas. Algo interessante e avançado para a época e o lugar, provavelmente em decorrência da experiência trazida da Itália pelas voluntárias. O projeto inova, sobretudo, ao mobilizar a sociedade civil para gerir e compor o Conselho da instituição.

Oficialmente o CEPROFA, enquanto instituição, foi concebido como centro promocional, com abrangência de ações e possibilidades de atuação, sendo decretado como entidade filantrópica, de interesse público, por meio de lei municipal⁷. Todavia, a identificação social a que todos os sujeitos abordados se referem é “a creche”, acompanhada do diferencial das demais instituições – para crianças desde berçário até a idade para se matricular no ensino regular. As ações e intervenções promovidas no espaço da creche, com funcionamento em período integral, seriam diversas e abrangentes, com acolhida das crianças e das mães predominantemente residentes no Patrimônio. Diante de tais descobertas, situamos a pertinência de tratarmos dos aspectos alusivos à instituição atrelados à realidade social desse espaço, ou seja, o Patrimônio.

A maioria das famílias que deixava seus filhos no CEPROFA saía para trabalhar nas roças ou então muitas dessas mães iam ser voluntárias na creche dos próprios filhos. Dessa forma, o quadro de funcionários era composto pelas mães dos alunos que, mesmo sem preparo, doavam seus serviços, sempre acompanhadas e orientadas pelas missionárias.

Algumas controvérsias a respeito da condição social das crianças atendidas pelo CEPROFA são mensuradas e esclarecidas nas fontes por meio do questionamento se somente crianças pobres, indigentes e marginalizadas eram acolhidas na creche. Tudo indica que, na medida em que a instituição se estabeleceu em sede própria e regularizou o funcionamento, a começar pelas famílias dos funcionários da estrada de ferro, cujas mães tinham interesse e matriculavam seus filhos, também alguns benfeitores, doadores regulares de produtos,

⁷ Em anexo – Lei nº 487 de 10 de dezembro de 1974. Livro de Atas da Câmara de Vereadores de Goiandira.

materiais e insumos às italianas para a manutenção da creche, conforme interesse, levavam suas crianças para frequentarem regularmente a instituição. Alguns inclusive escolhiam o local para celebrar festas de aniversários de filhos e netos, bem como participavam ativamente das festividades e eventos promovidos na creche: festas juninas, muito populares na região; homenagem ao “Dia das Mães”, “Dia dos Pais”, “Dia da Criança”, “Dia do Índio”, Páscoa e tantas outras datas comemorativas, ocasiões em que se reuniam crianças e seus familiares, vizinhos e aqueles que se contagiavam pela alegria e diversão desses prazerosos momentos de confraternização na creche.

Em registros memorialistas de uma das voluntárias italianas, dona Amália Pasin, enfatiza que o projeto da creche se destinava às crianças, obviamente que a predominância de atendimento era para as famílias residentes no Patrimônio, mas também se estendia a todas as famílias que manifestassem interesse em levar os filhos para a instituição. Outro apontamento da italiana se refere à não exclusividade para católicos. Embora elas se identificassem como consagradas no catolicismo, a instituição acolhia a todas as crianças sem discriminação religiosa, social ou política.

A instituição educativa CEPROFA situada na História das Instituições

Compreender Instituições Escolares requer um minucioso olhar sobre um processo histórico envolvendo um contexto, a organização social, as bases econômicas, assim como analisar os grupos sociais e seus pensamentos, suas escolhas e como se relacionam com outras estruturas. Em outras palavras, a instituição escolar é o desenvolvimento de uma identidade, que se faz através do contínuo relacionamento com o contexto.

Conhecer o processo histórico de uma instituição educativa é analisar a: “genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imaginéticos e projetivo, representações, tradição e memórias, práticas, envolvimento, apropriação”. (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

Segundo Saviani (2005), a educação acontece de maneira natural e desenvolve-se espontaneamente na sociedade, com o intuito de satisfazer às necessidades básicas da sociedade. Dessa forma, as instituições escolares constituem as práticas criadas com a finalidade de satisfação das necessidades humanas, diferentemente das outras práticas sociais.

Assim, educação/instituição traduz toda a panóplia de meios, estruturas, agentes, recursos, mas também as marcas socioculturais e civilizacionais que os estados e outras organizações mantêm em funcionamento para fins de

permanência e mudança social. (MAGALHÃES, 2004, p.15).

Paschoal e Machado (2009) explicam que, historicamente, a educação da criança era de competência exclusiva da família, pois era por meio do convívio familiar, em contato com adultos e outras crianças, que ela interagia com sua cultura, embora sua participação na sociedade ainda fosse bastante limitada.

No Brasil, as primeiras instituições infantis tinham a função de caráter assistencialista. O atendimento às crianças menores, em especial as excluídas e vulneráveis, era fortemente marcado pela acolhida, o que ainda se vê nos dias atuais nas creches e pré-escolas.

No início do século XX, o atendimento institucional destinado à infância em nosso país era caracterizado pelo assistencialismo, abarcando em suas funções não só o amparo às crianças, mas às suas famílias, que, na maioria das vezes, eram empobrecidas. Grande parte dessas instituições era de movimentos missionários e filantrópicos. Porém, a partir da década de 1970 surgem movimentos sociais em resposta ao impacto causado pela política vigente e pelo desenvolvimento industrial. Tais movimentações alavancaram a instituição da Coordenação de Educação Pré-Escolar pelo Ministério de Educação e Cultura, em 1975, e já em 1977 cria-se o Projeto Casulo, ligado à Legião Brasileira de Assistência (LBA), atendendo crianças de 0 a 6 anos, com o intuito de facilitar a rotina diária das mães, propiciando maiores condições para que elas pudessem ingressar no mercado de trabalho, elevando, dessa forma, a renda familiar, uma vez que a estratificação é favorecida pelas distorções da aplicabilidade dos direitos e princípios de cidadania. Sendo assim, uma parte da população é excluída dos serviços públicos, privada da vida política, da segurança, da justiça, da educação e da saúde.

Os limites e fronteiras que existem na esfera dos negócios humanos jamais chegam a constituir estrutura capaz de resistir com segurança ao impacto com que cada nova geração vem ao mundo. A fragilidade das leis e instituições humanas e, de modo geral, de todo assunto relativo à coexistência dos homens, decorre da condição humana da natalidade, e independe inteiramente da fragilidade da natureza humana. (ARENDRT, 2007, p.203).

Para Arendt (2007), a condição humana da natalidade faz com que os homens possam agir no mundo, interagindo com o conjunto de instituições e leis e se relacionando entre si para a garantia da estabilidade de uma vida em frequente transformação, abrindo possibilidades de mudanças, lutas e esforços conjuntos para novas oportunidades, mesmo que se deparem com enfrentamentos de limites e rupturas.

Ao aproximarmos as referências de aspectos do objeto e seus sujeitos, compreendemos

que pela acolhida e o atendimento institucionalizado às crianças em condição de risco social, em ambiente em que a família toda se encontra vulnerável, a creche promovia ações de base para assegurar a sobrevivência, com cuidados no campo da alimentação, da saúde, do vestuário, dentre outros. A maioria das crianças residentes no Patrimônio vivia em condições precárias, marginalizada na medida em que não dispunha de saneamento, água tratada, energia elétrica, o local não possuía urbanização e havia todas as formas de risco à vida, assim, a intervenção era necessária sob diversas formas de auxílio. Com a instalação da creche, tornou-se um espaço de oportunidades, onde as crianças recebiam cuidados, alimentação e tratamento de moléstias diversas.

A fundamentação da pesquisa subsidiada por uma revisão bibliográfica, durante as diferentes etapas, teve o aporte de autores que contribuíram para a configuração institucional, as atribuições e finalidades estabelecidas, conforme o funcionamento no período.

A localização da documentação e dos registros oficiais, indicada na fase inicial do projeto, mostrou-se surpreendente pelo esvaziamento do acervo institucional. Quando das visitas aos espaços locais para essa finalidade, descobrimos que quase nada fora conservado ou preservado da fase inicial da instituição. O arquivo desapareceu, tomou rumo ignorado, supostamente em épocas posteriores à extinção do CEPROFA, que a partir de 1989 foi instituído como Núcleo do Menor Goiandirense. Em outras palavras, ao realizarem a junção das duas instituições, sendo renomeadas e ampliadas suas finalidades, sob gestão municipal, o arquivo original, que até então estivera no interior do prédio, fora deslocado para outros espaços, e simplesmente desapareceu. Apesar de todas as tentativas de localizarmos algo registrado no período, somente obtivemos algumas notícias verbais de que teria ido para outros lugares e até mudado de cidade. Percorremos todas as possibilidades para esgotarmos as chances de descobrir algum acervo preservado. Em conversas particulares com diferentes pessoas e gestores, a referência à existência do arquivo organizado, com livros, matrículas, fichas de crianças com fotos, tudo procurado minuciosamente, não foi encontrado. Até o momento, apenas a afirmação de um ex-prefeito que ocupou o cargo em gestão recente mantém acesa a esperança de localizarmos pelo menos parte desse acervo. Segundo palavras do ex-gestor municipal, o arquivo existe e não foi excluído.

Sob a guarda do município de Goiandira, da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, da Câmara Municipal, e de alguns particulares, localizamos vestígios de Estatuto, projetos, e outras informações alusivas à instituição, de modo resumido, sem a abrangência do que fora produzido e guardado até décadas anteriores do acervo do CEPROFA. Em relação aos documentos, Appolinário (2009, p. 67) apresenta a seguinte definição: “Qualquer suporte que

contenha informação registrada, formando uma unidade que possa servir para consulta, estudo ou prova. Incluem-se nesse universo os impressos, os manuscritos, os registros audiovisuais e sonoros, as imagens, entre outros.”

Para Le Goff (2003), o documento é um produto da sociedade que o fabricou. O autor ainda explica que a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Nessa fase inicial, as expectativas em relação ao volume de documentos, registros oficiais que geralmente são conservados em acervo escolar, mobilizaram as ações planejadas no sentido de percorrer locais, espaços institucionais, localizar pessoas que tiveram alguma relação com a instituição, gestores, prefeitos, diretores, coordenadores, enfim, agentes sociais que pudessem indicar alguma informação de onde estariam guardados.

Relacionamos a seguir o que foi encontrado referente ao CEPROFA, esse material indicou algumas pistas que conduziram o processo de investigação. O escrutínio do conteúdo dessas fontes mostrou um pouco do que foi pensado, idealizado e formalizado no início enquanto projeto institucional.

Quadro 1 - Documentos referentes ao CEPROFA

Identificação do documento	Ano	Conteúdo do documento
Lei nº 487 de 10 de dezembro de 1974	1974	Considera de Utilidade Pública o CEPROFA. (Âmbito Municipal)
Diário oficial	1974	O estatuto do regimento referente ao CEPROFA.
Certidão	1975	Registro integral de títulos e documentos.
Certidão	1914	Escritura de Doação de Terreno
Lei nº 7.963 de 19 de setembro de 1975	1975	Declaração de utilidade pública do CEPROFA. (Âmbito Estadual)
Escritura do terreno	1976	Escritura de uma área situada no subúrbio da cidade de Goiandira-GO.
Ata de reunião da comissão provisória	1989	Fundação do Núcleo do Menor de Goiandira-GO (NUMEG) em substituição ao CEPROFA.
Cópias de Atas do CEPROFA	1974/ 1989	Registros das Reuniões Administrativas

Fonte: Organizado pela autora a partir de consulta a acervos e fontes avulsas.

Quadro 2 - Conteúdo dos documentos localizados

Identificação do documento	Ano	Conteúdo do documento
Lei nº 487, de 10 de dezembro de 1974	1974	Considera de Utilidade Pública o CEPROFA. - Registro no Livro de Atas da Câmara de Vereadores de Goiandira. -Considerando a entidade de utilidade

		promocional e filantrópica e que já se encontra registrada como personalidade jurídica sem fins lucrativos.
Diário oficial	1974	O estatuto do regimento referente ao CEPROFA. CAPÍTULO I -Da fundação, Sede, Finalidade e meios. CAPÍTULO II -Dos Sócios e do Conselho. CAPÍTULO III -Das Finanças. CAPÍTULO IV -Da extinção. Este estatuto foi publicado no Diário Oficial no dia 12 de dezembro de 1974.
Certidão	1975	Registro integral de títulos e documentos. - Consta anotação da alteração do Estatuto do CEPROFA (Artigo 9º do Capítulo IV) -Solicitada pela CEPROFA e assinada pelo escrivão do 2º Ofício, Oscar Evangelista de Lima.
Certidão	1914	Certidão de Escritura de doação de um terreno à diocese, em nome do “Divino Espírito Santo”. Uma gleba de terra de dois alqueires escriturada no dia 18-03-1914 e doada à Igreja Católica de Goiandira, tornando-se o Bairro Nossa Senhora de Fátima, popularmente conhecido como, “Patrimônio”.
Lei nº 7.963, de 19 de setembro de 1975	1975	Declaração de utilidade pública do CEPROFA. -Este documento é um decreto da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás que declara de utilidade pública o Centro Promocional Nossa Senhora do Rosário de Fátima e foi sancionado pelo Governador de Goiás, Irapuan Costa Júnior. Assinam esse documento: Irapuan Costa Júnior e Manoel Antônio da Silva.
Livro de Registro de Empregado	1975	Registros de admissão dos trabalhadores do CEPROFA.
Escritura do terreno	1976	Escritura de uma área situada no subúrbio da cidade de Goiandira-GO. -Uma escritura que consta, de um lado, os vendedores, Senhor Augusto Ferreira Pires e sua mulher D ^a Neli Teixeira Pires e seus filhos e a Diocese de Ipameri representada pelo Pe. Lino Dalla Pozza. De outro, a CEPROFA.
Ata da comissão provisória para a fundação do NUMEG.	1989	Ata de reunião da comissão provisória para a fundação do NUMEG.
Ata de fundação do NUMEG.	1989	Fundação do Núcleo do Menor de Goiandira-GO (NEMEG) em substituição ao CEPROFA.

Cópias das Atas do CEPROFA	1974/1989	Cópias dos Registros das Reuniões Administrativas e Eleições para o Conselho-Diretor.
----------------------------	-----------	---

Fonte: Organizado pela autora a partir de consulta a acervos e fontes avulsas.

Por esses documentos, conseguimos o primeiro esboço do desenho institucional preconizado pelas voluntárias italianas no encaminhamento da oficialidade e do reconhecimento público que conferiu legalidade e existência institucional ao CEPROFA. Embora tenha se tornado popularmente conhecido como “a creche das irmãs”, uma primeira percepção acerca do conteúdo desses documentos oficiais é que o CEPROFA, enquanto centro promocional, foi concebido em um projeto ambicioso e mais abrangente, que não se resumia apenas a um formato de creche. O empenho em recompor esses percursos é um exercício que confere um tratamento distinto das reminiscências fragmentadas e espalhadas no imaginário local, indica os contornos formais pelos quais a instituição foi projetada e formalizada, conforme os registros oficiais.

Passos e percursos metodológicos da pesquisa

Simultaneamente, visitamos e localizamos sujeitos que participaram da obra e do projeto do CEPROFA de algum modo, desde o início e durante o período investigado. Localizamos pessoas, gestores, colaboradores, ex-alunos, vizinhos e vizinhas das italianas. Descobrimos a casa onde residiram, ainda no mesmo local, ou seja, no bairro “Patrimônio”. Construimos uma rede de informações em que uma pessoa, mediante o conhecimento da pesquisa em andamento, indicava outros nomes que pudessem fornecer informações, possuir documentos ou algum tipo de registro sob a guarda particular.

Em conversa informal com a secretária de Educação do município conseguimos informações sobre um evento ocorrido em 2016, na administração do Prefeito Erick Marcus dos Reis e Cruz (gestão 2012/2016), momento de inauguração de uma reforma da creche, quando aconteceu uma homenagem à Amália Pasin pelos serviços prestados àquela instituição no início da década de 1970. Foi então que se confirmou a existência de um livro memorial, escrito pela voluntária, relatando acontecimentos e pessoas que estiveram ligadas à fundação do CEPROFA em Goiandira. Conseguimos apenas a cópia do exemplar com a secretária, então, saímos em busca de pessoas citadas no livro e que provavelmente poderiam contribuir com a pesquisa. A esposa de um dos doadores do terreno, dona Neli, alargou mais informações confirmando também o que havia já registrado no livro e ainda nos contou que

ganhou um exemplar da própria Amália na ocasião de uma visita. No entanto, algum tempo depois, dona Neli fez a doação do mesmo à Biblioteca Municipal, onde fizemos busca por dois dias, sem sucesso.

Partimos então para a procura de outras pessoas mencionadas que se fizeram notar pela importância na participação em diferentes ações naquela instituição, dentre elas voluntárias ou agentes públicos ocupando cargos e funções no município, representantes religiosos, vizinhas que acolheram as italianas na chegada a Goiandira, uma das primeiras professoras, a normalista Agostinha, o Sr. José Teixeira de Araújo, prefeito municipal na época em que ocorreram as primeiras iniciativas de instalação do Centro Promocional ainda em espaços provisórios.

Por meio desses primeiros e significativos relatos, conseguimos visualizar novos caminhos e lembranças a serem trilhados, o que nos possibilitou abrir um leque de opções que nos levaria a outros personagens que estiveram fortemente ligados ao trabalho do CEPROFA.

Localizamos em Uberlândia a única italiana ainda viva, atuante e lúcida com relação à ação social de construção de creches até hoje. Fizemos uma visita à dona Amália Pasin, que na oportunidade nos relatou a saga dos primeiros tempos em Goiandira, enfatizando que o Estatuto do CEPROFA, cuja instituição se refere como “creche”, foi pioneiro no Brasil e em Goiás, servindo de modelo para os demais que as duas italianas criaram ao longo das décadas, totalizando algumas dezenas de creches no Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, algumas cidades goianas na divisa com Minas Gerais e duas em São Leopoldo no Rio Grande do Sul. Apesar de alguns lapsos de memórias recentes, não teve dificuldade em recordar nomes, eventos e lugares em Goiandira, primeira cidade brasileira onde edificaram o projeto de creche filantrópica, modelo para as demais. Citou pessoas da sociedade local, vizinhos com os quais conviveram e foram acolhidas, famílias da periferia onde residiram, destacou o protagonismo dos ferroviários do Batalhão no apoio e auxílio às obras e construções.

Mencionou que todos os arquivos ficaram organizados e preservados dentro da própria instituição, deu detalhes da imersão na realidade social do Patrimônio em Goiandira. Ofereceu uma tese defendida na Itália antes de vir para o Brasil, escrita em italiano, segundo explicou, versando sobre o projeto implementado em Goiandira. Ofereceu-nos um livro memorial, em segunda edição, sendo que a primeira traz a saga da obra e da experiência filantrópica no sudeste goiano, no período entre 1973 e 1976.

A fase seguinte contempla outras visitas a sujeitos diversos que tiveram participação e colaboração direta com a instituição. Além das visitas já realizadas, descobrimos outras pessoas, cujos depoimentos elucidaram informações sobre o CEPROFA que destoam,

confrontam ou confirmam o que circula na sociedade local a respeito da obra filantrópica, empreendida pelas duas voluntárias italianas.

Com esse propósito, acolhemos, enquanto alternativa para a pesquisa, as fontes orais por meio dos depoimentos de sujeitos sobre a instituição. Nesse sentido, fundamentamo-nos em Portelli sobre as possibilidades da História oral na pesquisa em Educação, assim como o seu potencial para o estudo de instituições por meio dos sujeitos participantes de ações, gestões e colaborações diversas.

Segundo Portelli (1997), “Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez”. Sendo assim, a história oral é utilizada como metodologia na busca das informações implicadas às relações e reações do sujeito dentro do seu lugar social acerca dos fatos e informações relatadas.

Ao nos aproximarmos do objeto de pesquisa, percebemos que não existia apenas um caminho a trilhar, deveríamos lançar mão de possibilidades para alcançarmos percursos que delineiam essa aproximação do objeto. Para isso, valer-se do diálogo entre diferentes fontes viabiliza a construção documental, ampliando e enriquecendo o desenvolvimento da pesquisa.

Portelli (1997) afirma ainda que: “as fontes escritas e orais não são mutuamente excludentes. Elas têm em comum características autônomas e funções específicas que somente uma ou outra pode preencher”. Dessa forma, as fontes orais e escritas se complementam.

Documentos escritos são fixos, eles existem, tenhamos ou não ciência deles, e não mudam uma vez que os tenhamos encontrado. Testemunho oral é apenas um recurso potencial até que pesquisas o chamem para a existência. A condição para existência da fonte escrita é a emissão; para fontes orais é a transmissão. (PORTELLI, 1997, p. 35).

Nessa acepção, ao lado de documentos escritos, tomamos as fontes orais para a compreensão do passado e para conhecermos os modos de inserção local da instituição, que influenciou a vida social das famílias, das mulheres e crianças que participaram, juntamente com as missionárias, da edificação do CEPROFA, um centro promocional nos termos do Estatuto, uma creche na identificação de sujeitos que participaram e atuaram na instituição.

Uma coisa que a História Oral pode ver, que todos os arquivos e a História convencional não veem, é precisamente a vida cotidiana. Por exemplo, sobre a história das mulheres, a história da família, a história da casa, do espaço doméstico, ou seja, são coisas que só podem ser tocadas por meio das fontes orais, ou que se tocam melhor com as fontes orais. (PORTELLI, 2014, p. 203).

Nessa perspectiva recorreremos aos depoimentos e informações de diversos agentes que teriam participado em algum momento que colaborassem com dados acerca da instituição no período de sua existência.

A pesquisa sobre o CEPROFA dispõe de uma estrutura contendo a introdução, três capítulos, conclusões, referências e anexos, nessas seções foram contempladas as diferentes fases e temas articuladores do estudo realizado.

Na **Introdução** apresentamos o objeto de pesquisa, os objetivos, o delineamento do referencial e das fontes, assim como a metodologia. Descrevemos os percursos de localização dos dados e o direcionamento no estudo com a adição de depoimentos orais.

O **Capítulo I - CEPROFA- CENTRO PROMOCIONAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA - GOIANDIRA-GO** se organizou orientado no sentido de compreender a organização e a estrutura do CEPROFA articuladas às suas finalidades e atribuições estabelecidas no período de estudo e subsidiadas por fontes orais e documentos consultados. Contextualizamos a instituição e os percursos para a sua implantação dentro de uma realidade local marcada por distintas frações de classes. Para tal compreensão, buscamos informações acerca da historiografia de Goiandira, de forma específica, do bairro Patrimônio, assim como a composição da estrutura institucional para os fins estabelecidos e público alvo do atendimento, tendo em vista os aspectos sociais, políticos e econômicos do município.

O **Capítulo II - AGENTES E INSTITUIÇÃO EDUCATIVA: IMERSÃO DO CEPROFA NA REALIDADE LOCAL** priorizou a configuração institucional do CEPROFA na relação com os sujeitos atendidos, a imersão e a participação da sociedade local e regional. Intencionamos neste capítulo desvendar as ações destinadas à edificação de um modelo ambicioso de instituição educativa projetada para o atendimento da população menos favorecida, cujas mentoras, missionárias, protagonizaram um trabalho social, contando com a colaboração e contribuição de diferentes sujeitos, da ação voluntária e dos encaminhamentos para a regularização da mão de obra e a oficialização para o funcionamento do CEPROFA enquanto uma instituição educativa.

O **Capítulo III - A RESSONÂNCIA SOCIAL DO CEPROFA NA REALIDADE LOCAL** interpretou a realidade na qual a “creche” CEPROFA se projetou, na perspectiva de uma ação abrangente, em um contexto local marcado por condições invisíveis, de exclusão social e marginalidades diversas. Esteve no plano das intenções explorar parte da tese produzida na Itália pela voluntária Amália Pasin quanto aos aspectos relacionados ao projeto institucional preconizado, cuja proposta teria sido aplicada em Goiandira por meio do

CEPROFA, considerado o embrião que serviu de modelo para as demais instituições criadas em outras localidades de Goiás e do Triângulo Mineiro.

Na **Conclusão**, tecemos as descobertas do estudo apresentando a configuração institucional do CEPROFA, marcada pela inserção local, o pioneirismo da instituição e a mobilização de agentes em diferentes circunstâncias. Outros aspectos levantados foram as reformulações, o formato e as mudanças ocorridas na instituição ao longo de sua existência.

CAPÍTULO I: CEPROFA- CENTRO PROMOCIONAL “NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA” - GOIANDIRA-GO

O que vale a pena na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher. Cora Coralina

Recria tua vida, sempre, sempre.
Remove pedras e planta roseiras e faz doces.
Cora Coralina

Os goianos são mais sentimentais, românticos. Quantas vezes cantamos “Não há, ó gente, ó não, luar como este do sertão...”! Quando conhecemos Cora Coralina, ganhamos os seus preciosos doces: especialidade tipicamente goiana; arte e sabor em harmonia de sentidos. Confessamos que foi neste Estado que perdemos a integridade dos nossos dentes e procuramos, pela primeira vez, um dentista.
Amália Pasin

Neste capítulo, dedicamo-nos à contextualização da instituição na relação com o meio externo, qual seja, a realidade local, considerada a partir dos aspectos históricos, econômicos e produtivos, assim como da configuração de frações de classes, compostas por trabalhadores sem ocupação definida, socialmente vulneráveis. Na trama do tecido institucional, abordamos ao longo da pesquisa o envolvimento e a participação de três variáveis na existência do CEPROFA: os assistidos, beneficiários das ações internas, os benfeitores e provedores do fomento financeiro e material necessários para o desempenho das ações, e o voluntariado, conduzido pela ação efetiva das italianas, com a participação de entidades e pessoas locais, arregimentadas pelas idealizadoras do projeto institucional. O desenho e o protagonismo dessas três variáveis sociais movimentam os contornos do centro promocional no período. Utilizamos nesse capítulo os estudos já realizados para caracterizar e dar visibilidade à sociedade de Goiandira e demarcar essas existências, no sentido de compreender as relações do macro e micro.

1.1 De um lugar com indefinições e imprecisões: uma instituição educativa pioneira no projeto e nas ações

Com o intuito de compreender a procedência e as trajetórias por uma instituição educativa, desde o início da sua implantação, assim como desvelar seus aspectos, a relação com os indivíduos, sujeitos de uma realidade local, devemos buscar as informações não só por

meio de registros oficiais, e, sim, ir além, buscando um sentido socialmente construído pelas experiências e vivências dos indivíduos, imersos em um determinado contexto. Por essa via, compreendemos, portanto, que a memória individual esteja crivada de aspectos relacionados à totalidade social de uma época, referindo-se a determinadas circunstâncias e eventos.

A análise das reminiscências não pode ser executada sem a compreensão do processo de composição da memória, do espaço social em que foram produzidas, quando se considera “que o processo aparentemente pessoal de compor reminiscências seguras é, na verdade, um processo inteiramente público”. (THOMSON, 1997, p. 58). E ainda que esse processo demanda reconhecimento, portanto são compostas de modo a serem reconhecidas e confirmadas. Trazer à tona alguma divergência do passado significa quebrar a “harmonia” que se quer preservar.” (INÁCIO, 2005, p. 34-35, grifos do autor).

Diante da afirmativa é possível perceber que Inácio (2005, p.35) acredita na importância de trazer as reminiscências de um passado para a compreensão de práticas inseridas no cotidiano e na vivência das pessoas.

Dessa forma, consideradas as características dos sujeitos fontes, no entendimento dos limites da liberdade para expressarem e relatarem suas memórias acerca da instituição e o que se realizava em diferentes períodos, as particularidades do que se fazia dentro e fora, enfim, no esclarecimento a respeito dos protocolos observados e admitidos na e pela instituição, optamos por realizar um bloco de visitas no qual priorizamos o levantamento de informações gerais, por meio de uma conversa informal. No desenrolar do bate papo, os pesquisadores anotavam dados, esclareciam informações avulsas, comparavam e confrontavam diferentes tipos de informações obtidas. Em nenhum momento formalizamos algum tipo de gravação de áudio ou imagem. O processo de produção das fontes de interesse foi centralizado na figura dos pesquisadores que, ao desenvolverem a conversa, iam anotando informações gerais e específicas a respeito da instituição, da ação de sujeitos, dos eventos e participações. Anotaram dados, datas, nomes, locais, características.

Esse primeiro mapeamento teve a intenção de gerar um esboço geral de informações a respeito da instituição e suas práticas, da clientela atendida, das participações, dentre outros aspectos, os quais nas conversas informais figuravam espalhados e controversos. Com a ação de visitar pessoas pontuais, os pesquisadores deram início a uma remontagem de informações aparentemente espalhadas, no sentido de ordenar e direcionar algumas características envolvendo a instituição alvo do estudo, os sujeitos, as ações e as participações.

Mais do que localizar registros e documentos, o investimento inicial teve por finalidade identificar uma configuração da instituição, a inserção na sociedade local e os

distintos modos pelos quais os sujeitos de diferentes frações de classes interagiram e tomaram participação, em diferentes épocas na instituição.

Nos relatos de visita ao Sr. José Teixeira de Araújo⁸, então prefeito municipal de Goiandira, nos contou que o CEPROFA no início foi um projeto da Igreja, com apoio do padre Lino, que havia trazido as italianas para Goiandira, mas, decorrido um tempo, não conseguiram alavancar a instalação da instituição. Por meio do apoio da Igreja, essas italianas, Amália e Franca, ficaram residindo temporariamente na casa de dona Belarmina Rosa e seu esposo, Teodorico. Segundo relatou, estavam em vias de se mudarem devido ao insucesso do projeto quando o Sr. José Teixeira foi, a convite, em uma inauguração de praça na vizinha Anhanguera, cujo prefeito era o Sr. João Cleide Aguiar. Nesse evento, encontrou o Sr. Wilson Barbosa de Lima, à época superintendente da merenda escolar em Catalão, que na oportunidade vistoriava uma obra em andamento. O Sr. José Teixeira, interessado em ver as possibilidades de encaminhar o projeto das italianas, indagou ao Sr. Wilson Barbosa de Lima a respeito dos trâmites necessários para a viabilização de uma obra em Goiandira, recebendo aceno positivo, retornou ao município, encaminhou o projeto para a Câmara Municipal, que o aprovou e teve as condições de empenho para que a construção do prédio do CEPROFA entrasse em operação, tendo garantida a mão de obra por meio desse convênio firmado junto à superintendência da merenda escolar, representada pelo Sr. Wilson Barbosa Lima e sua esposa dona Maria Barbosa. Relata o ex-prefeito que mediante essa autorização, a ação seguinte foi a doação do terreno feita pelo Sr. Agostinho Ferreira à diocese de Ipameri.

Por outro lado, nos relatos de visita à professora Agostinha, destacou a proatividade das italianas, chamadas pela população de irmãs devido à vinculação e o suporte da igreja católica na condução dos trabalhos por elas empenhados. Trabalhavam muito e eram rápidas, as duas, Franca e Amália, dividiam-se em várias frentes para empenhar o que a creche precisava, desde a mobilização de doadores, voluntários e visitas diárias ao Patrimônio, onde se localizavam as mães das crianças. Faziam inserções com acompanhamento, orientação de cuidados, dentre outras ações. Tanto na cidade, quanto na zona rural, as italianas circulavam em busca de apoio, doações diversas para a edificação da creche e a manutenção das atividades diárias.

No imaginário recorrente na memória social manifesta por alguns moradores locais prevalecem aspectos diversos, por vezes contraditórios e conflitantes, quanto à presença, atuação e importância das voluntárias italianas na concepção, origem e edificação da

⁸ José Teixeira de Araújo foi Prefeito do Município de Goiandira em dois mandatos: de 1966 a 1970 e de 1973 a 1977.

instituição. Em outras, percebemos um evidente silenciamento, secundarizando a participação dessas voluntárias, enquanto eleva e realça a participação de lideranças locais.

Ao visitar a última voluntária ainda viva e atuante, assim como afirma em sua obra memorial, a ênfase dada à importância da instituição pioneira em Goiandira como a materialização de um projeto modelo, referenciado na criação de outras instituições, a impressão se inverte.

Na comunidade, muitas pessoas invejavam nosso esforço e nosso objetivo. E “as duas” - e como era o nosso apelido-pedimos ao senhor Tim e a sua Esposa, Nelly, amigos e benfeitores da cidade, aquele terreno do despejo do lixo, que media cinco mil metros quadrados, todo de brejo, objetivando a construção da nova escola. No terreno longe no pé da colina, de propriedade do Senhor Agustim, construímos a olaria, que produziu duzentos e cinquenta mil tijolos, e, aos poucos, ganhamos toda de madeira – peroba - extraída da mata virgem; ganhamos, também, uma moto-serra, uma serraria, cavalos e carroça para puxar os materiais, serviços de pedreiros, etc. Contávamos com a colaboração do Senhor Sebastião, o qual andava diante de nós com um facão longo, de mais ou menos meio metro, e desbravando a mata nos mostrava as belezas da natureza, como as borboletas azuis da mata do Senhor Tim, que nos rodeavam e seguiam os nossos passos. (PASIN, 2004, p. 20, grifos da autora).

O embrião institucional adquire, na visão da italiana, outro sentido, não vislumbrado pelas lideranças e agentes locais. Uma alusão ao fato de que os conflitos do passado produziram diferentes memórias e percepções acerca do desenho institucional, conforme as posições assumidas e materializadas pelos agentes.

Tais conflitos são reforçados diante do desaparecimento integral de todo o acervo da antiga instituição, o qual, embora mencionado por alguns, não fora localizado em nenhum espaço de guarda e preservação. A referência ao ordenamento de registros em fichas e identificação das crianças atendidas, dentre outras informações, livros de atas e outros registros, tudo desaparecido, apenas os livros de pontos conservados e preservados.

1.2 A realidade local marcada por contradições de um sistema social e econômico excludente

Vivenciar o cotidiano e o desenrolar histórico de uma cidade pequena sugere entrelaçamentos de fatos e uma variedade de acontecimentos interligados, já que a população se constrói sobre bases interativas de famílias predominantemente conhecidas umas das outras, com expressivo vínculo de parentescos biológicos e afetivos. Embora não haja laços

familiares ou dividam os mesmos ideais políticos, a população de um pequeno município vivencia as mesmas transformações, ainda que percebidas diferentemente de acordo com seu meio social e econômico. Situados em frações de classes distintas, cada grupo social acompanha, percebe, apreende e vive os eventos do lugar, testemunha as ocorrências e modela os arranjos das rotinas, conforme condições e particularidades distintas, dentro de um tempo e espaços típicos do interior. Todavia, sob a visão de totalidade, inserem-se nos efeitos de um sistema maior, o qual determina as possibilidades e oportunidades sociais, econômicas e culturais. É nesse movimento que situamos o município de Goiandira dentro de alguns aspectos que propiciam a compreensão do estudo visualizado por diversas relações.

Os contornos da historiografia do município de Goiandira, a partir de sua emancipação política, ocorrida em 6 de maio de 1931, são percebidos nas conexões políticas, mas também sociais, econômicas e culturais, envoltos no discurso de expectativas de dias promissores e um conseqüente progresso. Está associada também à chegada da Rede Ferroviária, que se tornou um atrativo de novas pessoas, indivíduos oriundos de outras cidades, estados e até de outros países, trazendo em seus pertences inúmeros artefatos, costumes e culturas diferenciadas. A Rede Ferroviária demarcou novas relações comerciais e produtivas, inseridas na dinâmica de circulação de bens, mercadorias e serviços, que confirmariam a emancipação do município, trazendo também as contradições típicas das frações de classes que subsidiariam diferentes demandas de mão de obra, ocupações e renda.

Para descortinar os cenários e enredos de Goiandira encontramos como caminho enveredarmos pelos impecáveis trabalhos e pesquisas desenvolvidos por pessoas que, passando de alguma forma pela Terra Branca, também contribuíram com significativas mudanças. Essas pessoas, “tecelãs de textos e contextos” (BARROS, 2010, p.18), tiveram papel fundamental na interpretação e configuração de alguns aspectos da história desse município que nos auxiliam a situar as relações da população local com o contexto regional marcado pela instalação da estrada de ferro.

Nesse sentido, a história de Goiandira, considerada no contexto da emancipação política e administrativa, tem na implantação da Estrada de Ferro que, para a maioria dos memorialistas, representa um dos principais elementos que contribuíram para sua emancipação e desenvolvimento. Assim, salienta Andrade (1950, p. 16):

Com a chegada da linha férrea do trem, que, partindo da cidade de Araguari, no Estado de Minas Gerais, fez ponto final, em nossa cidade, em 1911, marcou a penetração definitiva. Surgiram, a essa época, as primeiras casas, em alvenaria de tijolos; a primeira casa comercial. E um ano mais tarde, isto é, em 1912, era construído o prédio da Estação, dessa ferrovia; novas casas

iam surgindo e, sob a invocação de São Sebastião, nesse mesmo ano, era erguida, nas vizinhanças do atual prédio da Prefeitura, a primeira capelinha. Daí por diante, o seu progresso foi se fazendo maior.

O autor enaltece a importância da ferrovia para o progresso da cidade, visto que o Dr. Francisco Ferreira de Andrade, paraibano, foi o primeiro prefeito eleito de Goiandira em 23 de novembro de 1947, onde também exerceu o cargo de Juiz de Direito e ainda publicou o livro: *Corografia do Município de Goiandira*, destacando eventos considerados de relevância para a implantação do município e outros feitos realizados por ele enquanto administrador da cidade.

Dentro desta perspectiva, outro renomado memorialista goiandirense, Vivaldo J. de Araújo, em sua obra *História da Terra Branca e outras coisas mais*, busca reconstruir e narrar o trajeto dos fatos históricos do município de Goiandira e ao eleger os episódios, dentro de um cenário categoricamente político, faz um percurso desde os indícios da presença dos índios Caiapós, passando pela saga dos tropeiros e bandeirantes, em seguida, pioneiros e primeiros proprietários das terras, ademais, traz um levantamento da formação das primeiras famílias que contribuíram para a edificação do município. Araújo (2000) enfatiza a importância do papel desempenhado pela Estrada de Ferro que proporcionou a construção de várias casas residenciais e de comércio, provocando extraordinário progresso na localidade, que se tornou Distrito de Goiandira em 1915.

Este fato provocou rebuliço e trouxe grande entusiasmo em torno dos moradores e muitos se alegraram pelo futuro promissor, pelas grandes mudanças e novas conquistas. No entanto, diante de especulações e manobras de interesses, as lideranças políticas se encheram de expectativas e almejavam estar no controle e abarcar os rumos que seriam tomados pela tão esperada prosperidade. Não obstante, para uma grande parte da população, essas expectativas estavam bem distantes de sua verdadeira situação de moradores daquela localidade.

Entretanto, concretas mudanças ocorreram de fato, promovendo uma transformação na paisagem do lugar, nos hábitos dos moradores, bem como uma necessidade maior de instrução para seus habitantes, como aponta Inácio (2005, p. 55):

(...) e ainda sentiram as lentas, mas insistentes transformações que este elemento modernizador impunha à organização social do local, principalmente através da presença de imigrantes e das conseqüentes mudanças de hábitos, gradativamente implementadas e incorporadas no fazer social, inclusive, o despertar de um interesse maior pelo desejo de instrução escolar, elemento muito pouco difundido na região.

Inácio (2005, p. 57) ainda reforça que, “outro elemento que lentamente vai se

modificando é a mentalidade a respeito da necessidade de instrução escolar”. No entanto, com interesses meramente políticos e esperançosos no engajamento dos poderes públicos administrativos, pequenos grupos de pessoas pertencentes às famílias mais abastadas procuravam uma forma de obter instrução escolar, por outro lado, a grande maioria da população seguia analfabeta.

O geógrafo pesquisador, Gilmar Alves de Avelar, em sua Tese: *Nas Franjas do Imperialismo a Inserção do Sudeste Goiano na Economia Mundo: Desenvolvimento e Subordinação*, ao desenvolver estudos e pesquisas acerca do processo de reestruturação regional e na observação dos movimentos e trajetórias que definiram os contornos da comunidade de Goiandira, percebe a discrepância entre os espaços ocupados pela chamada classe dominante e os lugarejos que, segundo Gilmar ao citar Engels (2008), são chamados “bairros de má fama” e são destinados aos trabalhadores e às classes menos favorecidas.

(...) percebe-se através da análise dos documentos disponíveis, bem como pelos passeios pela cidade, que a memória de quem sempre mandou está bem preservada em Goiandira. Nas placas de inauguração de prédios públicos, nos nomes das ruas, avenidas e escolas, nas praças, nas Atas da Câmara de Vereadores, dentre outros. Por outro lado, da parte do trabalhador como sabemos, está bem preservada dos documentos das delegacias de polícia, das varas criminais do poder judiciário e coletivamente nos chamados “bairros de má fama” etc. (AVELAR, 2011, p.99-100, grifos do autor).

Ainda abordando os espaços periféricos de Goiandira, o pesquisador Gilmar Avelar explora o conceito de Patrimônio por se tratar também de uma das áreas onde havia uma grande concentração da população pobre do município, compartilhando a ideia do geógrafo Pierre Monbeig na qual afirma que:

Fundar um patrimônio é prática antiga no Brasil. Até o final do último século era um ato de caráter religioso. O fundador “dava” uma parcela de terra a um santo e ali fazia construir uma capela. As pessoas fixavam ao redor da pequena igreja, aproveitando-se da gratuidade dos terrenos ou, de qualquer forma, do pagamento medíocre que o padre lhe viesse pedir. O nome conservou-se, mas a instituição laicizou-se. Da tradição religiosa, conservou-se o hábito de elevar uma cruz na clareira destinada à construção da cidade. Essa é uma ocasião de grande festa, de que o loteador fará o maior alarde possível, convidando os personagens importantes da região. Terminadas a festa e a bênção da cruz, tudo se passa como um loteamento urbano qualquer (MONBEIG apud AVELAR, 1984, p. 235-236).

Outras considerações que apontam tais processos de agregamento e características desses bairros de acanhado porte e singelas casas são elencadas por Gilmar Avelar em sua

pesquisa que relata ainda sobre o chamado “Patrimônio” de Goiandira, o Bairro Nossa Senhora de Fátima:

O local onde está construído o bairro Nossa Senhora de Fátima é uma área de 85.254 m² que foi doada em 1914 pela esposa viúva de um fazendeiro da região à Igreja Católica Romana, em nome do Divino Espírito Santo, sendo devidamente escriturado e registrado no Cartório de Registro de Imóveis em 03/12/1919 na cidade de Catalão, se constituindo desde então como “Patrimônio”. (AVELAR, 2011, p. 132, grifos do autor).

Dessa forma, o Bairro Nossa Senhora de Fátima, também conhecido em décadas passadas por Patrimônio, por serem terras doadas à Igreja Católica, em nome do Divino Espírito Santo⁹, ainda hoje se faz presente na memória e está impregnado na mente e nas histórias das pessoas daquele lugar, que viviam em modestas casas, dentre outras singularidades que marcaram o cotidiano de uma grande parcela dos moradores, evidenciando àquele setor uma conotação pejorativa.

Com base nos conceitos de *memórias* conforme referenciado por Portelli (2002) e nas reflexões trazidas a partir do mundo dos trabalhadores, o historiador Paulo Inácio em sua Tese: *Sudeste Goiano: seus trabalhadores, seus construtores, suas memórias – nossas histórias* (2009) enfatiza a pouca expressividade da classe trabalhadora na construção da História, e ainda salienta que:

Temos exercitado, na busca destas *muitas memórias, outras histórias*, não retirar delas uma História oficial, construída para as cidades, em que trabalhadores e pobres aparecem apenas como adornos que se movimentam ao redor dos seus construtores. Sair dessa História, para nós, talvez tenha significado o estabelecimento de uma outra História dos trabalhadores e marginalizados. Ficariamos assim com duas histórias, uma falsamente construída pela elite e outra que, de maneira democrática, inclui pobres, subempregados, os que moram de maneira precária em periferias etc. (INÁCIO, 2009, p. 74, grifos do autor).

Dessa maneira, o autor também faz menção às desigualdades e diferenças de poder aquisitivo, gerando, a partir dessas classes distintas, segregação urbana, que nesse caso define padrões, estabelecendo as regiões e setores de moradia ocupados por grupos da elite e pelos grupos de trabalhadores marginalizados e pessoas que vivem em condições de pobreza. Esses espaços segregados é comum apresentarem falta de infraestrutura, pavimentação, saneamento básico, evidenciando a exclusão social e a negligência do poder público.

Corroborando com as colocações dos pesquisadores acerca da realidade local de

⁹ Certidão da Escritura em anexo.

Goiandira e em específico do bairro onde foi fundado o CEPROFA, uma antiga funcionária e também residente no local afirma que os moradores do Patrimônio seriam uma população colocada à margem da participação urbana e social local, com problemas de vulnerabilidade social das crianças e das mães. Precisou que chegassem pessoas de fora – as italianas e o Batalhão - para que houvesse uma transformação no modo como essas mulheres e crianças eram vistas, assim como os problemas vivenciados.

Sobre esse conceito de “invisibilidade”, para compreender a condição de pessoas excluídas, marginalizadas e mantidas à margem da sociedade, o autor Fernando Braga da Costa, na obra: *Homens Invisíveis: Relatos de uma Humilhação Social*, explica que:

A invisibilidade pública é resultado de um processo histórico de longa duração. Rebaixa a percepção de outrem, especialmente a percepção de alguém vinculado à forma baixa do trabalho assalariado, o trabalho desqualificado, alienado e alienante. (COSTA, 2004, p 15).

Segundo Costa (2004), a invisibilidade está especialmente ligada à segregação das classes sociais, ou seja, não é uma questão do aspecto biológico, mas se trata de distinção e abismo que se coloca entre indivíduos em situações opostas dentro das camadas sociais, provocando o desaparecimento daqueles das classes pobres.

Nos estudos já desenvolvidos por Inácio (2005), Inácio (2009), Avelar (2011) e Elias (2018), apenas para referenciar algumas das pesquisas cujos objetos estão contextualizados em Goiandira, está explícita a face oculta de uma fração de classe denominada pelos pesquisadores como “trabalhadores”, os quais, embora integrantes do tecido social, não participaram dos registros inscritos na política e na historiografia oficial do município, salvo nas ocasiões em que tiveram seus nomes e identidades fichados em órgãos da polícia. Se na atualidade o setor Nossa Senhora de Fátima integra a cartografia urbana como parte central, nas décadas anteriores o Patrimônio se resumia a um lugar onde um aglomerado de pessoas forjaram suas existências à margem da visibilidade do estado e da boa sociedade local, na medida em que constituíram a composição social dos territórios de “má fama”. O destaque para os “trabalhadores” entre aspas se dá pela percepção de que enquanto alguns poderiam ser identificados como categorias profissionais, pelo exercício de um ofício formal registrado, no Patrimônio prevalecia uma expressiva massa de pessoas, homens e mulheres que, assim como suas existências, exerciam as ocupações e ofícios também à margem do reconhecimento oficial, ou seja, não legitimados enquanto trabalhadores propriamente ditos na medida em que não participavam dos benefícios de registro profissional, seu trabalho se resumia em desenvolver atividades marginais, tais como: chapa, ajudante geral, braçal, rural, bicos,

lavadeira, arrumadeiras, domésticas, auxiliar de serviços, babás, cozinheiras, na grande maioria em caráter temporário, sazonal, isto é, conseguiam ocupações em determinadas épocas do ano, ficando na condição de desempregados pelo restante do ano. Nessa composição, a condição de mulher casada, sozinha, solteira, separada ou viúva, teria perpassado algumas particularidades locais. Enquanto as mulheres casadas supostamente teriam o suporte do marido no provimento do lar, complementado com atividades exercidas junto aos profissionais liberais e fazendeiros locais, as mulheres sem marido, por diferentes motivos, residentes no Patrimônio se ocupavam de outras formas mais invisíveis e repudiadas: as prostitutas, por vezes, sozinhas, desgarradas das famílias de origem, com crianças em diferentes idades, exerciam o ofício milenar; as mulheres separadas e outras viúvas, tendo em comum a condição de arrimo de família com filhos menores, na soma dos ofícios e atividades não reconhecidas forjavam os meios de sobrevivência, agregando a pobreza às variadas formas de discriminação e marginalidade sociais.

Pelo exposto enfatizamos que a referência a “trabalhadores” não se trata de um conceito homogêneo e uniforme naquela sociedade, na medida em que as ocupações marginais constituiriam outras frações ainda mais invisíveis socialmente. Mesmo no tratamento genérico, profissionais liberais, servidores públicos, funcionários de autarquias e burocracias do estado, enquanto condição, eram vistos diferentemente dos serviços, braçais, domésticas, zeladoras, babás, enfim, das ocupações desprovidas de registros formais, sendo que as distinções e abismos eram brutais e excludentes.

É nesse complexo tecido social, multifacetado, invisível, marginalizado, que alimenta e é alimentado pela “boa sociedade”, que as voluntárias italianas enxergam as necessidades extremas e definem ser o local adequado para a instalação da instituição que se tornaria o CEPROFA. Em caráter transitório e provisório, demarcam as primeiras ações, e pelo recrutamento de voluntários e doações locais iniciariam as primeiras atividades em local provisoriamente cedido por uma escola pública, com disponibilidade de algumas salas improvisadas, enquanto faziam a imersão de reconhecimento do Patrimônio, no desvelamento das contradições e tensões na trama social que dava existência àquela fração social instalada em pequenas casinhas, barracos, puxadinhos improvisados, desprovidos de condições sanitárias e de benefícios urbanos. No meio da pobreza, entre mulheres e crianças, pessoas sem ocupações definidas, marginalidade e exclusão, na aproximação e relação com diferentes sujeitos até então invisíveis em suas existências, as voluntárias italianas edificariam as pontes de comunicação e interação com aquele espaço, idealizando e materializando o projeto preconizado. daquelas entranhas, somadas ao investimento intelectual, à visão social e à

captação de recursos, teria origem o embrião da instituição investigada.

1.3 Uma instituição educativa de acolhida e assistência social

Na expectativa de conhecer a história da instituição, entrelaçada por movimentos distintos, mobilizando diversas frações sociais, se considerados os benfeitores e os atendidos no espaço da mesma, fragmentos das relações estabelecidas, os sentidos, as controvérsias, as afirmações que projetaram a creche no período, as memórias nos remetem a um tempo e espaço nos quais uma ação social provocou reboiços, incomodou, despertou, acolheu, deu visibilidade, direcionou as atenções para uma realidade complexa, marginal, excluída, compondo o cenário dito urbano de uma pequena cidade do sudeste goiano.

Uma coisa que a História Oral pode ver, que todos os arquivos e a História convencional não veem, é precisamente a vida cotidiana. Por exemplo, sobre a história das mulheres, a história da família, a história da casa, do espaço doméstico, ou seja, são coisas que só podem ser tocadas por meio das fontes orais, ou que se tocam melhor com as fontes orais. (PORTELLI, 2014, p. 203).

No momento de definição do objeto de pesquisa, ao realizarmos o primeiro mapeamento de informações sobre a instituição, optamos por visitas com conversas informais às pessoas do bairro onde foi fundada a “creche”. Estivemos na casa de dona Sebastiana no intuito de nos inteirar de fatos a respeito do CEPROFA. Embora dona Sebastiana estivesse debilitada por ter se submetido a uma cirurgia na perna, foi muito gentil, juntamente com sua filha Neuzi¹⁰, demonstrando satisfação e alegria pela visita. Foi uma proveitosa e agradável conversa sobre vários aspectos, incluindo as lembranças da época, da vida da família, da convivência com as italianas e a participação de ambas no CEPROFA.

Naquela ocasião, relataram informações como: a chegada das missionárias italianas para a implantação de uma creche com o objetivo de acolher as crianças daquela localidade, onde vivia um grande número de famílias carentes que moravam em casinhas pequenas e humildes, espalhadas por entre *trieiros* envoltos de capim, visto que naquela época o local ainda não contava com infraestrutura urbana, era um amontoado de residências em condições precárias, sem nenhum conforto. As crianças perambulavam pelas redondezas, ora brincando com os vizinhos, ora fazendo estripulias nas ruas, terrenos e árvores típicas dos quintais onde ocupavam o tempo com folguedos diversos, sob o olhar e a guarda de mulheres que ofereciam seus préstimos para cuidar dos meninos e meninas, enquanto pais e mães

¹⁰ Neuzi, como é conhecida sua filha, cujo nome oficial é Maria de Fátima da Silva Santos.

estavam envolvidos no trabalho. Ao retornarmos para mais uma visita em busca de maiores detalhes nos surpreendemos ao vermos um semblante bem mais alegre, suave e cheio de vitalidade, apesar do seu corpo já franzino e encolhido pelas marcas do tempo. Recebeu-nos, a mim e à minha orientadora, Aparecida Almeida, de forma muito acolhedora. Casa pequena e simples, porém, uma enorme demonstração de alegria por estarmos lá para essa visita.

Uma acolhida de coração pela satisfação de serem lembradas e consideradas sobre o tema CEPROFA, que nos pareceu ser de extrema importância para aquela família, a começar pela relação de vizinhança que tiveram com as italianas, com o Patrimônio desde antes do CEPROFA e, sobretudo, a instituição que foi idealizada, projetada, construída e posta em funcionamento nos primeiros tempos, atravessando diferentes fases. A alegre acolhida nos causou excelente impressão, visto que o assunto em pauta é significativo e importante para a dona Sebastiana e seus filhos. A cada momento da nossa conversa, as reações, os semblantes de ambas diante das lembranças e memórias nos deram a confiança de que quanto esses sujeitos se sentiram valorizados ao serem indagados sobre a creche e a participação que tiveram junto às italianas e à instituição.

Recém-chegadas da Itália, Amália e Franca vieram para a região com o propósito de desempenhar um serviço social juntamente com a Igreja Católica. De início pensaram em realizar o projeto em Nova Aurora, cidade vizinha, mas observando a realidade de algumas famílias em Goiandira, em especial no bairro Patrimônio, perceberam a grande necessidade de apoio e acolhida às crianças desse lugar. Amália Pasin (2004) faz um breve relato do momento de chegada a esse município que, por três anos, seria o lugar de moradia e trabalho junto à comunidade:

Chegamos a Goiandira às três horas da madrugada e logo nos dirigimos ao “Patrimônio”, local que iríamos trabalhar com os menos favorecidos. A princípio, segundo determinações dos padres que lá se encontravam, iríamos desenvolver um trabalho na cidade de Nova Aurora, mas, depois, mudaram de ideia e resolveram nos encaminhar para o Patrimônio, um bairro problemático na cidade. As casas eram materialmente muito pobres, sem forros, sem qualquer conforto. Àquela hora, as luzes das casas encontravam-se acesas. Sentimos pena daqueles trabalhadores – “bóias-frias” – que, com certeza, estavam preparando suas refeições para o almoço do dia seguinte, oito horas depois. (PASIN, 2004, p. 15, grifos da autora).

A presença de duas missionárias estrangeiras, recentemente vindas da Itália, trouxe certo estranhamento para as pessoas do local, provocando indagações sobre “o que tínhamos vindo fazer em uma cidadezinha de dois mil habitantes, pois não havia trabalho algum para nós.” (PASIN, 2004, p. 16). Percebemos com esse relato que houve certa resistência por parte

de alguns moradores.

De fato, havia sim muito trabalho a fazer, segundo relatos de outros funcionários que estiveram nas ações de implantação do CEPROFA juntamente com as missionárias, o Patrimônio seria o melhor local onde construir a creche pela quantidade de crianças e pelas condições do lugar; poderiam acolher maior número de crianças e famílias que necessitavam não só de suplementos alimentícios ou materiais, mas de assistência social e instruções em prol do fortalecimento humano e de perspectivas de melhores condições e qualidade de vida. Tais motivos justificaram a escolha do local e a recusa em construir a instituição em outra região da cidade ou, até mesmo, em outro município.

1.4 Leituras de sínteses parciais do capítulo

Ao elencarmos os percursos para o tratamento desta pesquisa, existia, inicialmente, o entendimento de uma instituição filantrópica, para o acolhimento de crianças menores de 6 anos, cujas mentoras, Amália e Franca, eram missionárias italianas, que vieram ao Brasil com o propósito de desenvolver um trabalho social.

No entanto, as primeiras fontes encontradas, mescladas aos vestígios que surgiam no decorrer da pesquisa, revelaram uma trajetória marcada por desencontros e dados desconexos nos desafiando a reconstruir a história e a conhecer a natureza institucional do Centro Promocional “Nossa Senhora do Rosário de Fátima”.

Tais percepções foram compondo o direcionamento desta etapa da pesquisa que procurou compreender a estrutura e os parâmetros pelos quais foram estabelecidas as atribuições e finalidades da instituição. Para tanto, observamos que, para além da proposta inicial de promover a assistência social e educativa, o projeto tratava de ações mais abrangentes junto aos sujeitos atendidos.

Para a observação e contextualização da realidade local, fizemos um levantamento das obras de pesquisadores e memorialistas regionais, as quais privilegiam estudos sobre o contexto local, a periferia de Goiandira, as frações de classes, enfim, estudos sobre os aspectos sociais, políticos e econômicos de Goiandira. A partir desses registros, procuramos dar visibilidade à parcela excluída e marginalizada, público alvo do atendimento, às ações e finalidades estabelecidas pela instituição.

Dessa forma, no trato dos documentos escritos encontrados e na tentativa de enxergar os agentes sociais que participaram da história desta instituição nos deparamos com pessoas que colaboraram, efetivamente, junto com as voluntárias na construção e implantação do almejado

projeto por meio dos relatos e apontamentos feitos por membros da sociedade local, com informações sobre a história do CEPROFA. No próximo capítulo será abordado o processo pelo qual se configuraram diversas ações na relação com diferentes sujeitos para o provimento da instituição.

CAPÍTULO II: AGENTES E INSTITUIÇÃO EDUCATIVA: IMERSÃO DO CEPROFA NA REALIDADE LOCAL

Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão
uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe
faltasse uma gota. Santa Teresa de Calcutá

Com a finalidade de significar a configuração institucional do CEPROFA na relação com os sujeitos atendidos, a imersão e a participação da sociedade local e regional, este capítulo apresenta a ação de diferentes agentes no provimento da instituição educativa, bem como a ação e o protagonismo das voluntárias italianas na missão e na imersão local. Mendicância ou embaixadoras da caridade? Pedir os ricos para darem aos pobres. Projetar e edificar o CEPROFA no espaço definitivo. Nas fontes localizadas, indicaremos os registros sobre pessoas que atuaram diretamente no quadro interno, assim como os tipos de ações desenvolvidas.

2.1 O começo da instituição em espaços improvisados e provisórios: o pioneirismo das ações educativas e sociais

Após longos dias contemplando céus e mares a bordo do navio Frederico C¹¹, chegam a terras brasileiras as voluntárias italianas para se dedicarem a um trabalho missionário. Desceram em terra firme na madrugada do dia 5 de julho de 1973 na Bahia de Guanabara, que resplandecia em luzes, embora o que tenha vislumbrado a atenção e os olhares das italianas fosse o branco do Cristo Redentor no alto do Corcovado.

Amália Pasin nasceu em Fara na Província de Vicência, Itália, no dia 8 de janeiro de 1940, filha de humildes camponeses. Formou-se em Magistério na cidade de Pádua e cursou doutorado em Matérias Literárias. Trabalhou em escolas primárias e em alfabetização de adultos, conciliando estudos e trabalho, visto que perdeu os pais ainda bem jovem. Sempre cultivou laços fortes nos trabalhos religiosos ligados ao Voluntariado, Catequese, Ação Católica e Grupos Missionários. Anos mais tarde, já em terras brasileiras, estudou teologia e fez Pós-Graduação em Teologia Moral e no 4º Evangelho – Evangelho de João. Veio trabalhar no Brasil a convite do Padre José Borsato, da Paróquia Sagrado Coração de Jesus de Goiandira.

¹¹ - Um dos navios da companhia de navegação Linea C, fundada por volta dos anos 1930 pelos irmãos Frederico, Eugenio e Enrico. Mais tarde, a empresa de embarcação italiana, passou a adotar o nome Costa.

Ingrassia Francesca nasceu na Tunísia no dia 20 de novembro de 1928, seus pais eram migrantes da Sicília, Itália. Após a morte do pai, que era ferroviário, contou como único meio de sustento com o suporte e o desvelo de sua mãe, que somente conseguiu prover estudos aos filhos se dedicando até altas horas da noite ao ofício da costura. Franca, como era conhecida, concluiu os estudos em Magistério e o curso superior Montessori com Montessano, marido de Maria Montessori, em Roma. Durante os anos de 1971 e 1972 esteve trabalhando no Brasil com uma experiência de voluntariado no hospital hanseniano de Campo Grande. Voltando à Itália, inscreveu-se no 15º Curso de Preparação do Centro Eclesial Italiano da América Latina¹² - CEIAL, de Verona. Foi nesse curso que conheceu Amália Pasin e, juntas, vieram ao Brasil com uma organização de voluntariado internacional ligada à Conferência Episcopal Italiana, o Movimento Leigo América Latina - MLAL, uma organização não governamental (ONG), fundada em 1966, com sede em Verona, Itália, que promove e apoia o empenho de voluntários na América Latina e África, bem como desenvolve atividades em conjunto com as instituições dos países onde atuam, percebendo suas realidades e buscando estratégias para promover processos de desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas dos jovens, mulheres e categorias em risco e combater a pobreza.

A chegada das voluntárias em Goiandira no início de julho foi registrada no Livro Tombo nº 2, da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, pelo Padre Lino Dalla Pozza que, juntamente com a Irmã Maria da Paz, conduziram-nas do Rio de Janeiro até Goiandira, guiando alternadamente a direção do veículo da Paróquia pelo longo percurso que cortava São Paulo, Minas Gerais até chegar a terras goianas. No entanto, não se deixaram abater pelo cansaço, fazendo uma visita à venerada imagem da Padroeira do Brasil em uma breve parada na cidade de Aparecida do Norte.

De certa forma, Goiandira se constituiu, desde sua formação e emancipação, como uma cidade hospitaleira, porém, não foi bem dessa maneira que as missionárias foram recebidas. “A recepção foi bem amarga” (PASIN, 2004, p.16). Esse fato se confirmou durante conversas com antigos vizinhos e funcionários do CEPROFA, levando-nos a constatar que houve certa resistência de alguns moradores, em especial dos que detinham algum tipo de poder sobre os menos favorecidos, fazendo-nos entender que alguma mudança que viesse a acontecer naquele local - já naturalizado na exclusão social, imperceptível de uma realidade já não enxergada mais pelas pessoas que, por conviverem muito com aquele cenário, já teriam se

¹² Em dezembro de 1962, na Assembleia Geral da Conferência Episcopal Italiana (CEI), foi fundado o *Comitato Episcopale Italiano per l'America Latina* - Comitê Episcopal Italiano para a América Latina (CEIAL). Em 1971 ocorreu mudança de nome: CEIAL - *Centro Ecclesiale Italiano da América Latina* – Centro Eclesial Italiano da América Latina, com iniciativas missionárias voltadas para a América Latina.

acostumado com a condição do “patrimônio”, tornando tudo muito normal, e, por isso, não percebiam as necessidades, tampouco a marginalidade social que os indivíduos viviam naquele espaço – poderia causar certo desconforto.

Ao mirarem aquela fração de moradores como o potencial alvo de atendimento por uma instituição, algo novo também para a cidade, muitos aspectos da complexa condição social da população residente naquele lugar seriam desnaturalizados, alterados na dinâmica conformada até então. Era uma realidade que já havia se tornado invisível e que se colocava de maneira cômoda para muitos moradores do local, principalmente, para interesses do poder público e de outros setores da sociedade que se esquivavam de tais mazelas das classes desfavorecidas. Segundo Amália, houve questionamentos sobre “o que tínhamos vindo fazer em uma cidadezinha de dois mil habitantes, pois não havia trabalho algum para nós.” (PASIN, 2004, p. 16). Simplesmente negavam o que estava sendo exposto e descoberto. Logo, os estranhamentos e as acolhidas das voluntárias italianas envolveriam uma complexa trama de relações, registrada nos livros memoriais produzidos ao longo da experiência no Brasil, cujo início em Goiandira reservaria traços distintos na imersão no trato com as diferentes frações de classes sociais na edificação do projeto institucional.

Contudo, o que foi sendo colocado como obstáculo serviu como estímulo para o desdobramento do trabalho almejado pelas missionárias. No decorrer dos primeiros dias, foram instaladas no prédio da Escola Paroquial Santa Maria Goretti¹³ que, à época, estava sob responsabilidade dos padres seculares. Após esse período, desfrutaram, por três meses, da hospitalidade de uma senhora, cujos preceitos religiosos as fizeram cultivar laços de grande amizade e colaboração. Durante esse tempo, ainda sem moradia própria, percorreram as casas das famílias não só do bairro Patrimônio, mas, de toda a cidade, buscando em outras localidades indícios dos mesmos problemas e fragilidades.

Dessa forma, por meio de um trabalho árduo de pesquisa junto à comunidade, as italianas descobriram que, no município, não havia qualquer atendimento escolar, tampouco assistência social para as crianças menores de 7 anos.

Após um mês de criteriosa pesquisa, já tínhamos em mãos todo o nosso programa de voluntariado internacional, cuja previsão de execução do trabalho era de três anos. O trabalho convergia no acolhimento das crianças de zero a seis anos de idade, na construção da primeira escola maternal gratuita para estas crianças, na preparação das educadoras, etc. (PASIN, 2004, p. 16).

¹³ Sobre o assunto consultar Almeida Barros (2010) e Souza (2017).

As missionárias avaliaram as possibilidades e as projeções a partir do que detectaram, finalizaram e apresentaram o programa de trabalho a Dom Gilberto Pereira Lopes, Bispo de Ipameri, que, à época, também fazia parte da Comissão Episcopal de Pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, sendo eleito Secretário Geral do Regional Centro-Oeste da CNBB. Cautelosas pelo zelo com a continuidade no trabalho como educadoras, delinearam um modelo de educação popular com base nos fundamentos das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs para maior aproximação dos pobres e marginalizados no desenvolvimento de um trabalho leigo, missionário e evangelizador, possibilitando a construção de estruturas mais humanas e justas e, juntamente com a evangelização, promovendo a dignidade dos abandonados da sociedade.

Com um projeto audacioso e minuciosamente detalhado e traçado para a construção de uma escola maternal e inteiramente gratuita, especificamente para atender crianças menores de 7 anos que compunham as frações sociais desfavorecidas, assim como promover a assistência às famílias em situação de vulnerabilidade financeira, vislumbraram também a aquisição de um local próprio para a construção dessa instituição educativa, porém, iniciar o atendimento àquela comunidade se mostrava urgente diante do que foi identificado durante os levantamentos e visitas às famílias.

Dessa forma, já imersas na realidade local e contando com o apoio de membros da comunidade, pessoas dos mais variados segmentos e entidades locais, deram início à organização do espaço em que, temporariamente, seria instalada a creche e desenvolveriam as primeiras atividades de acolhimento àquelas crianças.

Na busca por um local que pudesse acolher as crianças, encontraram os préstimos da diretora do Grupo Escolar Amélia de Castro Lima, cedendo um espaço na escola que se encontrava ocioso. O lugar era o auditório do Grupo Escolar, onde foi instalado o Cine Teatro Educativo na década de 1940, e se constituía de uma grande sala com um espaçoso palco, também utilizado para eventos, formaturas e reuniões da escola que, ao ser mencionado nas atas de formatura, era designado como “salão nobre”.

Esse espaço, na década de 1970, já havia sido dividido ao meio com placas de madeira cuidadosamente fixadas do chão ao teto, devidamente lixadas e pintadas, resultando em duas salas de aula para melhor atender às necessidades da época.

Assim, de posse do local e contando com a mobilização e significativa ajuda de voluntários, fizeram a higienização e a pintura das paredes, providenciaram mesinhas com alguns toquinhos de madeira utilizados como banquinhos para as crianças. Organizaram e equiparam as salas em conjunto com a comunidade para o “início da pré-escola para aquelas

crianças pobres, filhas de Deus” (PASIN, 2004, p. 19). Contaram também com o apoio do Superintendente Educacional, disponibilizando duas professoras formadas, do mesmo modo, foi cedida uma merendeira pelo prefeito da cidade para melhor desempenho desse projeto inovador cuja semente acabara de ser lançada.

Observamos que este alinhamento com entidades vinculadas à igreja católica corresponde ao momento vivenciado pelo território eclesiástico local, a Diocese de Ipameri, criada na década anterior, cujos bispos teriam acolhido padres oriundos da Itália, além da efervescência das premissas do Concílio Vaticano II, o qual propiciava novos olhares e ações da igreja em relação à população leiga. Tudo isso seriam ainda novidades que passariam a ser experimentadas no âmbito litúrgico e social, ampliando a visão e a intervenção de comunidades religiosas e entidades filantrópicas, incluindo a acolhida e o apoio a ações de voluntariado de cunho social. Articuladas a um tipo de voluntariado internacional da Itália, com missões direcionadas para a América Latina, as voluntárias italianas teriam recebido o suporte de leigos, inscritos no apoio a esse programa, além da tutela de bispos e párocos da igreja católica no Brasil. No sudeste goiano e no Triângulo Mineiro, tal suporte seria assegurado pela presença de prelados e padres italianos instalados em paróquias das duas regiões.

Embora os registros dos livros memoriais apontem os estranhamentos e as dificuldades das voluntárias na imersão local, o movimento de acolhida e abertura de suporte por autoridades locais indica que, dentro das condições existentes na época, lideranças leigas e religiosas pavimentaram os caminhos para que a obra almejada tivesse início. Talvez por serem vindas de outra experiência social, urbana, cujas condições seriam mais favoráveis, o processo de desvelamento das realidades, conforme se apresentavam em Goiandira, tenha provocado estranhamentos às forasteiras, evidenciando, logo de início, os diversos desafios que se colocavam para a edificação do ambicioso projeto. Ou seja, não seria suficiente disporem dos suportes de instituições religiosas, nem as boas intenções dos leigos, famílias, autoridades leigas, benfeitores e voluntárias. Estariam diante de uma trama complexa, que envolveria resistências, confrontos, desconfianças, mas, ao mesmo tempo, exporia mazelas de uma realidade excludente, invisível e marginal, na qual vivia a população do Patrimônio. A edificação de uma instituição mobilizaria vários desvelamentos, acionando diversas disposições até então não experimentadas pelas demais frações sociais da pequena cidade.

2.2 “Mãos à obra” - Os modos de participação voluntária na instituição: agentes da comunidade, normalistas e Batalhão Mauá

O direito à educação infantil ainda não era discutido na época, porém, o que foi se desenhando naquele espaço institucionalizado, que oficialmente tinha a identificação de centro promocional, mas era chamado pelas voluntárias de “creche”, desempenhava o papel de acolhida e cuidado, priorizando o zelo do corpo, a saúde, a alimentação e a formação de hábitos e rotinas das crianças. Não obstante, estariam desenvolvendo ações de cunho social, enquadramento no ambiente institucional, propiciando o processo educacional e a promoção do desenvolvimento infantil, contribuindo para a construção de projetos de vida e formação de cidadãos engajados aos padrões da sociedade vigente.

Para tanto, as voluntárias contavam com o auxílio de professoras que faziam o Curso Técnico em Magistério e iniciaram suas atividades pedagógicas junto ao CEPROFA. A professora Agostinha Tristão, que atuou naquele período de início das primeiras turmas, relatou que, naquele tempo, o trabalho com essas crianças era conduzido sempre por duas responsáveis, também recorda que ela e outra colega assumiram uma turma das crianças menores – 2 a 3 anos, em menor número, enquanto outras duas colegas cuidavam da turma de crianças de faixa etária de 4 e 5 anos, em maior quantidade. Nessa fase inicial, enquanto funcionou nos espaços temporários, antes de se transferir para a sede própria, a instituição ainda não recebia crianças recém-nascidas.

Parte dos recursos que pagava o trabalho das contratadas provinha da Legião Brasileira de Assistência - LBA, recurso federal repassado ao Estado e ao Município por meio de convênios, entretanto, havia outras fontes que fomentavam recursos tanto para as necessidades imediatas e diárias das turmas em atividades, quanto para o projeto futuro de construção e instalação do espaço próprio do CEPROFA.

Da equipe interna, todos se mobilizavam na execução de diversas tarefas, todos faziam de tudo. Os jovens da cidade eram incentivados a participarem das ações por meio do Treinamento de Liderança Cristã – TLC, no qual eram exortados a praticarem atividades de intervenção e melhorias na comunidade. As italianas recorreram a essas práticas e contaram com a colaboração da juventude local nas obras e ações voluntárias em benefício da creche. Mobilizaram também doadores oriundos das classes mais pobres para a oferta de serviços diversos, muitos contribuindo com atividades domésticas, no zelo com as crianças, no recolhimento de doativos, enfim, no que fossem requisitados, resultando em uma parceria generosa e efetiva. Com tais disposições, as italianas realizavam a mediação junto aos agentes oriundos de diferentes frações sociais locais para o provimento da instituição. A participação se dava em diferentes escalas conforme a disponibilidade e as condições financeiras e sociais

de cada um. Desta forma, mesmo com uma equipe que recebia um valor simbólico pelo trabalho regular na creche, havia também expressiva colaboração de voluntários e colaboradores de diversas origens, comerciantes, agricultores, pessoas da igreja vinculadas ao apostolado, parte da prefeitura, os jovens, as mães de alunos, cuja pobreza era tamanha que ao levarem os filhos para a instituição ofereciam o trabalho em alguma tarefa em troca de comida. Assim, a creche recebia as crianças e também as mães que passaram a frequentá-la regularmente para fins diversos, ora atuando em alguma tarefa voluntária, ora recebendo instruções e alimentação.

Segundo relato da professora Agostinha, que atuou desde o início juntamente com as missionárias, durante o período em que as italianas estiveram diretamente à frente da instituição havia a prática de produzir uma sopa, em que se colocavam diversos ingredientes, objetos das doações, tendo em vista o estado de desnutrição de crianças e mães. Era uma alternativa para acolher todo o tipo de gêneros doados, aproveitando-os em prol de uma alimentação nutritiva. As crianças, as mães e os funcionários, todos se alimentavam da mesma sopa. Além da sopa, havia também a confecção de lanches e merendas, conforme a época e o que conseguiam em doações. O trabalho era realizado por voluntários, pelas monitoras contratadas, por cozinheiras emprestadas da prefeitura, além de contarem com a ajuda das mães e pessoas da comunidade, incluindo a juventude católica.

Um fato significativo que contribuiu com o CEPROFA foi a instalação do 2º Batalhão Ferroviário – o Batalhão Mauá¹⁴, em Goiandira, no dia 12 de junho de 1973, responsável por construir uma ferrovia moderna, com características técnicas que viabilizassem rapidez, segurança e maior fluxo de trens diariamente de Belo Horizonte e São Paulo rumo à Capital Federal. (ALVES, 2018, p. 220).

Trabalharam por cerca de 5 anos até a data de sua inauguração. No livro: “Batalhão Mauá, Uma História de Grandes Feitos”, o autor Edmar César relata que:

O trecho da EF-050, Goiandira-Pires do Rio, com extensão de 95 Km., foi inaugurado no dia 28 de julho de 1978, em expressiva solenidade na Estação de Goiandira-GO. Estiveram presentes o Sr. Presidente da República, General Ernesto Geisel, acompanhados dos Ministros, do Exército, General Fernando Belfort Bethlem e dos Transportes, Dyrceu de Araújo Nogueira, e do Governador do Estado de Goiás, Irapuã Costa Júnior. (ALVES, 2018, p. 219).

Nesse contexto, foram criadas oportunidades de trabalho e novas ocupações que

¹⁴ A denominação de “Batalhão Mauá” se deve à homenagem feita ao trabalho e espírito inovador de Irineu Evangelista de Sousa, Barão e Visconde de Mauá.

movimentaram o comércio e outros setores correlatos na cidade e região. Coincidentemente, no mesmo ano em que se deu a implantação do Batalhão em Goiandira também aconteciam os primeiros encaminhamentos para dar início à implantação do CEPROFA.

Logo nos primeiros tempos, a aproximação das italianas e de agentes locais com os integrantes do Batalhão despertou o espírito de colaboração e participação em algumas frentes tanto na instituição quanto em melhorias nas suas imediações. Conforme os relatos destacaram, funcionários do batalhão se ocupavam de atividades tais como: aquisição e distribuição de alimentos e vestuários às famílias do Patrimônio, empréstimo de maquinários e equipamentos para a realização de obras, mão de obra voluntária na forma de mutirões, doações em espécie, promoção de campanhas destinadas à melhoria de condições locais. No que se refere à instituição, a participação direta de membros do batalhão se realizou de diversas formas, incluindo: matrícula de crianças desses funcionários, trabalho voluntário, atendimentos e doações.

Convém salientar que as instalações do Batalhão na área da estrada de ferro se localizavam na mesma região de residência das famílias e do terreno onde o Centro Promocional fora construído. Além das residências pré-moldadas para os funcionários, do mesmo modo, foi construído um grande armazém destinado às compras e à manutenção das famílias dos ferroviários. Tais construções foram instaladas próximas à obra da nova estação. O armazém um pouco mais distante, no entanto, as casas dos oficiais de patente ficavam a alguns metros do espaço destinado à construção do CEPROFA, facilitando um entrosamento maior, visto que, perceptíveis ao abandono e à pobreza daquela região e cientes do relevante projeto que se aflorava naquela imediação, dedicaram esforços no sentido de contribuir e motivar os encaminhamentos daquele projeto vislumbrado pelas italianas. Auxiliaram com doações de materiais e com a mão de obra voluntária em serviços de construção, manutenção e infraestrutura, cedendo, dentre outros equipamentos utilizados na ferrovia, um trator de esteira para terraplanagem do terreno para o início da construção da tão sonhada creche.

Os integrantes do Batalhão participavam de diversos trabalhos voluntários e percebendo a urgência e a necessidade de arrecadar proventos para a nova instituição se mobilizaram para a promoção de um baile festivo, realizado no Goiandira Tênis Clube - GTC¹⁵, para arrecadação de verba em prol do CEPROFA. Em meio a outras contribuições, criavam oportunidades de trabalho na função de babá e doméstica, em suas próprias residências, para as mulheres e jovens do Patrimônio. Segundo explica Neuzi,

¹⁵ - Clube da Cidade. Espaço utilizado para grandes eventos, tais como: festas de casamento, bailes e carnavais, assim como para reuniões solenes.

Quando as italianas chegaram ao Patrimônio, minha mãe, na condição de vizinha, não apenas as acolheram, como também se prontificou a trabalhar como auxiliar de serviços, na creche, ainda em instalações temporárias. Eu estava com 7 anos, já garantia uns trocados, trabalhando como babá em casas de família; e aos 8 anos, devido ao estado de saúde de minha mãe, assumi a tarefa de limpeza na creche, enquanto as italianas ministravam remédios e vitaminas para que ela pudesse superar as fraquezas. Depois de recuperada, minha mãe assumiu o trabalho e eu passei a trabalhar de babá em casas de integrantes do batalhão.

O trabalho infantil referido por Neuzi era visto como rotineiro e normal para aquela época. A oportunidade de “garantir uns trocados” não podia ser desprezada, visto que eram atividades corriqueiras de cuidados com crianças menores em casas de famílias e limpeza da creche, atividades que, na prática, aprendiam com a mãe e as outras colaboradoras desses serviços no CEPROFA, dando continuidade em substituição durante os dias em que esta esteve doente. Sobre este aspecto, o sociólogo Simon Schwartzman esclarece que: “Além da renda familiar, o trabalho de crianças e adolescentes depende de variáveis tais como as características da família, o tipo de atividade, a ocupação, a posição na ocupação dos pais e onde eles vivem.” (SCHWARTZMAN, 2004, p. 126).

Estas condições nas quais as crianças e os adolescentes se inseriram em ocupações laborais desde a infância demonstram a origem social, os arranjos e os modos de sobreviver em circunstâncias de pobreza, em que a participação dos filhos na subsistência familiar é uma alternativa de sobrevivência. Os aprendizados transmitidos na prática de rotinas diárias exercidas por membros do grupo familiar por vezes se antecipam à vivência escolar quando desempenhadas em espaços externos como casa de família ou no Centro Promocional, era recorrente os filhos mais velhos cuidarem dos irmãos menores enquanto pai e mãe, ou na maioria dos casos, somente a mãe, saíria para ofícios externos, enquanto os filhos ficavam em casa sob o cuidado uns dos outros.

Nisso atestamos o pioneirismo do Centro Promocional, assim como a necessidade da instituição na função de acolhida e assistência social às famílias do lugar. Assim, diante das desigualdades sociais e econômicas que fragilizavam as existências de pessoas que viviam à margem de inúmeros benefícios, despossuídas das condições básicas para sobreviverem, teriam naquela instituição um ponto de apoio diferenciado, com acesso a determinadas assistências de ordem sanitária, de saúde, de cuidados, de alimentação, enquanto pré-condições para uma vida saudável, seguidas das oportunidades de ações educativas, culturais e laborais.

Embora questionável em um contexto capitalista, em que os papéis institucionais replicam modelos de preservação do sistema em um sentido macro, quando direcionado um olhar investigativo para os efeitos e desdobramentos de um Centro Promocional na realidade local, consideradas as percepções dos agentes que atuaram e participaram de diversas ações, constatamos que essa presença teria se constituído em um horizonte de sobrevida para muitos, ao mesmo tempo em que sinalizaria a geração de oportunidades distintas para aqueles segregados a uma condição de pobreza sem acesso à participação aos bens culturais, educacionais e sociais usufruídos pelas outras frações de classes existentes naquele contexto. Os modos de participação induzidos por meio da instituição, mobilizados em serviços voluntários, doações, contratação de trabalhadores para o desempenho de várias funções, o incremento das atividades educativas e assistências por certo contribuíram na abertura de oportunidades para as gerações de crianças, adolescentes, jovens e famílias que tiveram acesso àquele Centro Promocional.

Outro dado mencionado por uma das pioneiras no trabalho voluntário juntamente com as italianas é que mesmo conhecendo a realidade da maioria daquelas crianças, os funcionários do Batalhão bem como os ferroviários também deixavam seus filhos sob os cuidados do CEPROFA. É pertinente destacar que, dentre tantos feitos pelo Batalhão Ferroviário, a Câmara Municipal de Goiandira concedeu o Título de Cidadão Goiandirense ao Comandante da 1ª Cia, do 2º Batalhão Ferroviário, Capitão Hélio da Costa, conforme mostra o registro a seguir:

Resolução Nº 11 de 30 de dezembro de 1976.

A Câmara Municipal de Vereadores de Goiandira, no uso de suas atribuições legais,

Considerando sua brilhante atuação nesta cidade de Goiandira, Estado de Goiás, como Comandante da 1ª CIA do 2º Batalhão Ferroviário, Considerando grandes benefícios prestados a esta cidade de Goiandira, Considerando finalmente interesse a Comunidade Goiandirense e resolução de seus problemas,

Resolve: Conceder ao Capitão Hélio da Costa Vieira o título de cidadão Goiandirense.

Sala das sessões, em 7 de Janeiro de 1977. Presidente:

(LIVRO DE ATA – Câmara Municipal de Goiandira-Go. p. 63).

As italianas construíram novas relações, não só com os benfeitores e voluntários dos mais diversos segmentos da sociedade, mas com as mulheres do Patrimônio. Visitavam as casas, mantinham uma rotina de orações diárias, acompanhadas pela vizinhança. As mães ensinavam as italianas os costumes e modos da cultura local, enquanto as italianas introduziam novas possibilidades de alimentação, cuidado e zelo. Formaram um generoso

pomar no quintal da casinha¹⁶, onde plantaram diversas frutíferas, verduras e legumes. Incentivaram o uso de remédios naturais e recebiam da Itália vários tipos de vitaminas que eram distribuídas para as mães e as crianças na creche.

As crianças miúdas da vizinhança, incluindo os filhos menores de dona Sebastiana, conviviam com as italianas na própria casa, nas lidas e pequenas tarefas, aprenderam a se alimentar de frutas, verduras e legumes que não faziam parte dos hábitos alimentares. Parte das cápsulas de vitaminas era colocada na sopa das crianças, como reforço.

No entanto, nos casos de crianças em situação de indigência, as italianas as recolhiam e encaminhavam a uma família, às vezes as mesmas mulheres que já se ocupavam em cuidar dos filhos de prostitutas. Quase sempre esse acompanhamento se dava aos filhos e às mães, que embora deslocados da residência, mantinham o convívio porque a mãe também necessitava de cuidados, zelo, instrução e alimentação.

Essa interação e convívio das italianas com os moradores, tanto com as crianças e suas famílias quanto com a comunidade de forma geral, possibilitou um vínculo de amizade com benfeitores da cidade, dentre eles, o casal proprietário da fazenda que confrontava com as imediações, Sr. Augusto Ferreira Pires, e sua esposa, dona Neli Teixeira Pires. O casal se mostrou sensibilizado com o trabalho missionário das irmãs e com o projeto inovador para o acolhimento das crianças menos favorecidas, tanto que fez a doação do espaço para a construção da creche.

Era um grande terreno que se estendia até um brejo, próximo à construção da nova Estação Ferroviária. Não se apresentava como um local adequado para se instalar boas acomodações, porém, como ficava junto aos trabalhos da ferrovia, facilitou a valorosa ajuda do Batalhão a pedido do Capitão Hélio da Costa, que além de plainar e preparar o terreno para a construção da sede própria do CEPROFA, também contribuiu com atendimento médico gratuito, alimentação e outros subsídios que pudessem minimizar as necessidades não só das crianças da instituição, mas da comunidade de forma geral.

Vale ressaltar ainda que, além do espaço para a construção predial, os proprietários cederam também, próximo à futura sede da instituição, o terreno e o barro para que fosse montada uma olaria com a finalidade da fabricação de tijolos para fins da construção. Lá trabalharam dois funcionários na fabricação dos tijolos, Sr. Sebastião e Sr. Manoel, pagos com proventos oriundos de doações, e que contavam com o auxílio de alguns voluntários

¹⁶ Embora não tenha localizado registros oficiais sobre a aquisição dessa moradia, o relato do ex-prefeito municipal, Sr. José Teixeira de Araújo, mostra que a aquisição de uma residência para abrigar as voluntárias foi realizada por ele, com recursos próprios à época.

adolescentes e jovens, incluindo os filhos de dona Sebastiana que, segundo ela, após a aula, dirigiam-se para a olaria juntamente com as missionárias, Amália e Franca, para a fabricação de tijolos.

Não mediam esforços, tanto as italianas quanto os meninos de dona Sebastiana e os outros garotos que apareciam por ali, depois da aula, para doarem um pouco do seu trabalho, ao mesmo tempo em que se divertiam passando o tempo junto às missionárias que, por vezes, distraíam-nos com o novo idioma, novos comportamentos e costumes que, de certa forma, instigavam a curiosidade da meninada. Como um fato que ocorreu em uma destas idas e vindas da olaria. Dona Franca e Ziquinho, o companheiro inseparável das italianas, encontraram um pequeno arbusto de folhas arredondadas, carregado de cachos com pequenas frutinhas de cor preta, comum na região e para o paladar dos meninos que a chamavam de cafezinho. Dona Franca, curiosa e ávida por experimentar tais frutinhas, deliciou-se e saboreou vários cachinhos da guloseima, porém, não se sentiu bem, adquirindo uma infecção intestinal. Contando essa travessura hoje, dona Sebastiana sorri da proeza dos dois, é como se voltasse ao passado para reviver momentos de alegria e satisfação, frutos da intensa amizade e convivência com as missionárias italianas.

A partir disso, as doações de materiais e o trabalho voluntário de pessoas da comunidade alavancaram a construção do prédio da instituição. Nessa empreitada, destacou-se o esforço das italianas que, mediante as doações em espécie, tanto da comunidade local quanto das que foram enviadas da Itália, gerenciaram diversas frentes de serviços, incluindo a fabricação de tijolos com o barro adquirido na forma de doação, assim como o empenho junto às ações iniciais vindas da prefeitura de Goiandira, visto que o Sr. prefeito José Teixeira, interessado em ver as possibilidades de encaminhar o projeto das italianas, indagou ao Sr. Wilson Barbosa a respeito dos trâmites necessários para a viabilização de uma obra em Goiandira, recebendo aceno positivo, retornou ao município, encaminhou o projeto para a Câmara Municipal, que o aprovou e teve as condições de empenho para que a construção do prédio do CEPROFA entrasse em operação, tendo garantida a mão de obra por meio desse convênio firmado junto à Superintendência da Merenda Escolar, representada pelo Sr. Wilson Barbosa Lima e sua esposa, dona Maria Barbosa.

Desta feita, segundo o prefeito, tais empenhos ocorreram como que por acaso: com a descoberta de que a Superintendência de Merenda dispunha de verba para pagar a mão de obra de construção para esse fim, o comprometimento da prefeitura foi no sentido de oficializar os trâmites via Câmara Municipal e viabilizar o convênio de mão de obra junto àquela Superintendência, assim como na contratação de parte dos funcionários que recebiam da

municipalidade para ficarem à disposição dos serviços prestados junto ao CEPROFA, sob a condução das italianas. Amália Pasin, em seu livro memorial, faz honrosa lembrança a esse ilustre colaborador.

É importante lembrar que, além da ajuda da Comunidade local, recebemos a valiosíssima colaboração do Senhor Wilson Barbosa, um vicentino autêntico, da cidade de Catalão – amigo e conselheiro de toda hora, que por diversas vezes nos auxiliou com a doação de merenda escolar. (PASIN, 2004, p.20).

Neste contexto, ao aguçar a memória, na ocasião da visita à dona Sebastiana, ela também fez menção a esse fato, confirmando que para a construção predial o Sr. Wilson Barbosa enviou três pedreiros a pedido do então prefeito, José Teixeira de Araújo, e ainda assim contaram com a ajuda de alguns voluntários para que pudessem agilizar a construção.

Dentre as ações das italianas no empenho de levantar doações diversas para a obra e a manutenção da creche, elas faziam as visitas, pediam as doações, depois, em outro momento, ao longo da semana, os voluntários e funcionários, assim como os jovens colaboradores passavam recolhendo o que era objeto doado. Desde material de construção, barro, madeira, além de gêneros alimentícios diversos, tudo era objeto de doação. A atuação das italianas nesse provimento era incansável e permanente.

Graças aos evidentes esforços tanto das voluntárias quanto dos outros segmentos que atuaram de forma direta e indireta na construção do projeto institucional, foi possível iniciar o atendimento das crianças e demais pessoas daquela comunidade no espaço próprio, na medida em que as instalações físicas foram disponibilizadas. A permanência nas duas salas emprestadas da Escola Amélia de Castro Lima durou somente até concluir o primeiro pavilhão do CEPROFA, quando as atividades foram transferidas para a sede própria, ainda em construção das demais alas. Não havia berços, nem colchonetes, utilizavam esteiras para abrigar as crianças no momento de descanso e repouso. No início, foi possível construir a secretaria, um galpão para reuniões e recreação, uma cozinha acoplada ao refeitório, três salas de aula, que, além das atividades educativas, serviam como espaço de repouso das crianças, um banheiro com sanitários do estilo “bacia turca” ou “retrete turca”, aqueles que são dispostos ao nível do chão, muito comuns na década de 1980. Foi instalada uma lavanderia que também era utilizada para o banho das crianças. Somente após a organização do espaço, foi possível montar o Berçário em local definitivo.

Por essas descrições a respeito dos componentes internos do espaço institucional evidencia-se, por exemplo, a instalação de estruturas sanitárias e higiênicas, com água encanada, objetos e instrumentos para uso de crianças e funcionários, indicando uma

organização até então não existente naquela comunidade, ou seja, as famílias daquela localidade não possuíam nas residências tais benefícios, enquanto o Centro Promocional fora equipado com instalações consideradas modernas de uso coletivo.

Na compreensão de que a chegada e as ações iniciais das voluntárias italianas teriam provocado a sociedade local, no sentido de dar visibilidade e alavancar as condições materiais para viabilizar o funcionamento da instituição, seguido do empenho para que o imprevisto do começo fosse convertido na construção e edificação de uma instituição permanente, observamos que diferentes frações de classe foram acionadas a participar, cooperar com o projeto institucional. A despeito das dificuldades, o protagonismo das estrangeiras na imersão local lograria êxito em diferentes aspectos, na medida em que proporcionou a divulgação do projeto institucional, aliado à acolhida e às ações direcionadas às famílias carentes instaladas no Patrimônio. Essa rede de influências teria capitaneado uma teia de relações, tornando a ideia da instituição algo conhecido e desejado, contando com o respaldo de diferentes entidades civis, públicas e religiosas.

Sob essa ótica, a importação da concepção institucional nos moldes italianos foi materializada pela ação coletiva de diversos agentes locais por meio do voluntariado das italianas. Era a ideia de uma instituição de assistência tomando forma nas primeiras ações e caminhando para a concretização, na medida em que os empenhos canalizaram para a viabilidade de uma instituição instalada em local próprio, seguindo um padrão de construção e equipamentos preconizados pelas missionárias. Para isso, precisavam da convergência de apoios e suporte material da comunidade local, assim como dos canais de doações oriundos de leigos de outros lugares, inclusive da Itália e de outros países com os quais o voluntariado internacional possuía relações.

2.3 A Estrutura Organizacional da Instituição

No desafio de visualizar o processo de configuração histórica dessa instituição, deparamo-nos com uma variedade de suposições e informações mescladas de incertezas e dúvidas, porém, muitos relatos demonstraram uma veracidade robusta frente a algumas fontes escritas localizadas. Procuramos refletir sobre o papel dessa instituição e as dimensões alcançadas pelas ações voltadas ao processo educacional e à promoção do desenvolvimento e formação do indivíduo.

Nesse sentido, vale ressaltar que a leitura crítica sobre a instituição enquanto espaço de enquadramento institucional, sua história e a participação tanto das mentoras quanto dos

poderes públicos, juntamente com a sociedade em geral, face à condição de vulnerabilidade e risco social das crianças atendidas, leva-nos a entender que as atividades institucionalizadas estavam ligadas, além do cuidado, do acolhimento e da formação de hábitos de rotina, a alguns camuflados propósitos de caráter humanitário.

Na tentativa de confrontar tais iniciativas para a construção de uma creche com o objetivo de acolhimento das crianças menores de 7 anos, assim como o amparo extensivo às famílias e à comunidade local, percebemos que, além dos ritos e normativas estabelecidos para o bom andamento e desempenho da instituição, houve um trabalho no sentido de promover um “espírito cooperativista” para se construir a tão almejada “Escola Materno-Infantil”, como fica explícito no convite da Comissão para a organização do CEPROFA, enviado aos pioneiros e colaboradores do projeto:

Exmº Sr (a). Sebastiana Rodrigues da Silva.

Nesta.

Mais uma vez vimos, prazerosamente, convidá-lo (a) a participar de mais um convívio comunitário, sabendo de antemão da sua generosidade e espírito cooperativista.

Como se sabe, está sendo levantada uma campanha no sentido de se construir uma Escola Materno-Infantil no Bairro N. Senhora de Fátima, cuja finalidade é a de reintegrar aquelas crianças no nosso ambiente social. E, para que seja isto levado a efeito e a contento, necessitamos da sua amável presença, na reunião que se fará realizar no dia 06/06/74, às 19:30 horas (7:30 da noite), no salão de festas do Goiandira Tênis Clube.

As finalidades de tal encontro estão enumeradas abaixo:

- 1 – Leitura e discussão dos estatutos e fundação do CEPROFA e suas finalidades.
- 2 – Demonstração das realizações até então conseguidas.
- 3 – Constituição do 1º Conselho-Diretor, com eleição entre os convidados presentes.

Certos de seu interesse na esperança de sua participação, marcamos encontro na data e hora acima mencionadas.

Nossos agradecimentos antecipados,

A Comissão p/ organização do “CEPROFA”.

Com o convite que foi remetido à dona Sebastiana Rodrigues da Silva, uma das pioneiras no trabalho junto às voluntárias, e que gentilmente contribuiu com seus relatos e informações acerca da fundação do CEPROFA, verificamos a preocupação e o cuidado atribuídos ao projeto de construção de uma escola maternal gratuita, cuja finalidade, segundo consta no convite, é reintegrar aquelas crianças no nosso ambiente social. Observamos a inexistência de assinaturas da Comissão organizadora, porém, verificamos que se tratou de um evento altamente importante que impulsionou várias frentes de trabalho e participação, tanto o voluntariado quanto a oficialização de medidas para a regulamentação da instituição,

visto que, anexado ao convite para a reunião estabelecida como convívio comunitário pela comissão organizadora, está a versão original do Estatuto devidamente elaborado e datilografado para fins de leitura e discussão, assim como o intuito de constituir o Conselho-Diretor mediante eleição que, após realizada, ficou assim constituído:

ARISTIDES MARQUES DE SOUZA.
1º Coordenador eleito
MARIA ROSA DE ARAÚJO.
Secretária
JOÃO PIRES DUARTE.
Tesoureiro
HAILTON CÂNDIDO DA COSTA.
Conselheiro
VILDA DO CARMO DIAS
Conselheira

Todos residentes e domiciliados neste município de Goiandira-Go.
(ESTATUTO DO CEPROFA, ART. 13)

Esse Conselho foi devidamente aprovado, assim como o Estatuto no solene momento ocorrido no GTC, um imponente clube da cidade e, segundo informações de outros convidados integrantes da reunião, houve considerável participação de autoridades, professores e colaboradores que já desempenhavam atividades junto às missionárias, além de voluntários e comunidade em geral.

Dessa forma, ao buscar informações concretas junto à prefeitura e à Câmara Municipal de Goiandira, encontramos nos arquivos a oficialização da Lei que considera o CEPROFA de utilidade pública e, ao mesmo tempo, oficializa sua criação em 06/06/74, como mostra o documento a seguir:

Lei nº 487 de 10 de dezembro de 1974.

Que considera de utilidade pública o “Centro Promocional Nossa Senhora do Rosário de Fátima – CEPROFA” e dá outras providências. A Câmara Municipal de Goiandira, Estado de Goiás, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

artigo 1º- Considerando o CEPROFA, uma entidade promocional e filantrópica, criada em 06/06/1974;

artigo 2º- Considerando que o CEPROFA, já se encontra registrada como personalidade jurídica sem fins lucrativos sob. o nº 469 em 14- 06-74;

artigo 3º- Fica Considerado de Utilidade Pública o CENTRO PROMOCIONAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA – CEPROFA, situado no Bairro Nossa Senhora de Fátima;

artigo 4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, prorrogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões de 10 de dezembro de 1974. Presidente.

(LIVRO DE ATAS DA CÂMARA DE VERADORES, p. 38).

No documento, verificamos a delonga no cumprimento e oficialização de uma lei, posto que o Estatuto aprovado aconteceu em junho de 1974, mas a oficialização no âmbito municipal só ocorreu no dia 10 de dezembro do mesmo ano, sendo publicada no Diário Oficial no dia 12/12/1974, à página 15. Na sequência, o então governador do estado, Irapuan Costa Júnior, faz o reconhecimento desta instituição, sancionando a Lei nº 7.963, em 19 de setembro de 1975.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Gabinete Civil da Governadoria Superintendência de Legislação

LEI Nº 7.963, DE 19 DE SETEMBRO DE 1975.

Declara de utilidade pública o Centro Promocional Nossa Senhora do Rosário de Fátima (CEPROFA), da cidade de Goiandira, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Centro Promocional Nossa Senhora do Rosário de Fátima (CEPROFA), com sede e foro na cidade de Goiandira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 19 de setembro de 1975, 87ª da República. IRAPUAN COSTA JÚNIOR
Manoel Antônio da Silva (D.O. de 29-09-1975).

Com esses documentos reguladores, as normativas e o Estatuto devidamente aprovado, oficializado e publicado, o funcionamento do CEPROFA ganha maior solidez e passa a ser assistido por novos segmentos da sociedade, novas instituições e colaboradores diversos para garantir o acolhimento gratuito e o amparo aos menos favorecidos. Assim, em seus relatos, Agostinha mencionou que parte dos recursos que pagava o trabalho das contratadas provinha da LBA- recurso federal repassado ao Estado e ao Município por meio de convênios, porém, havia outras fontes que sustentavam as demandas financeiras da creche, como as doações que vinham de colaboradores da Itália e benfeitores de algumas entidades, como as Igrejas, o Rotary, funcionários do Batalhão Ferroviário e do Banco do Brasil, dentre outras autoridades, fazendeiros e colaboradores de forma geral, tanto do município de Goiandira como de municípios vizinhos. Amália Pasin assim nos coloca: “ O trabalho prosseguia e, a cada dia, ganhávamos mais pessoas para a nossa obra ecumênica. Cooperaram, de fato, católicos abertos, presbiterianos, espíritas, umbandas e ortodoxos da Igreja Católica Apostólica Brasileira.” (PASIN, 2004, p. 20).

Percebemos nos relatos e contribuições de terceiros acerca do trabalho realizado pelas voluntárias que, com a evolução das atividades e as percepções geradas a partir dos desdobramentos do projeto, foram detectadas novas necessidades de abrangência, fazendo com que um projeto inicial com o apoio da Igreja Católica viesse a atender de forma igualitária outros membros da sociedade, tornando-a uma instituição ecumênica. Portanto, ao mencionar “católicos abertos”, Amália Pasin salienta que se refere àqueles que realmente abraçaram a causa juntamente com seus verdadeiros propósitos, acolhida sem distinção. Um trabalho ecumênico. Isso se deve ao fato de que, ao chegarem em missão pela igreja católica, alguns membros do próprio grupo religioso se mostraram descontentes com os rumos dados aos trabalhos da instituição. Sobre isso, também argumentou o Mons. Lino Dalla Pozza, que acompanhou os trabalhos desde a chegada das italianas. Segundo seu relato, conhecia a capacidade e a desenvoltura das missionárias e confiava no trabalho realizado junto ao povo de Goiandira. Enalteceu seus esforços e acolheu com beneficência a “obra ecumênica” instituída por elas.

Esse fato causou alguns rumores e desagradados para alguns membros da Igreja Católica, segundo relatos. No entanto, o atendimento e o acolhimento de crianças pelas italianas eram independentes do vínculo religioso, toda criança era acolhida na creche, indistintamente, assim como era realizado o acompanhamento às mães. Não havia nenhuma exigência de que as famílias fossem católicas, que professassem outro credo ou nem tivessem religião, as crianças eram recebidas e atendidas na creche da mesma forma. Algumas crianças de famílias mais abastadas, assim como os filhos das esposas dos integrantes do Batalhão, também eram recebidas e cuidadas na creche, sem discriminação ou preferência.

Por outro lado, a ampla abertura e acolhimento, sem nenhuma distinção, motivaram a generosidade e o crescimento do número de colaboradores. Detectamos, por meio do entrelaçamento de relatos, elementos desvelados nos indicando que algumas obras voluntárias eram feitas no anonimato, como generosas doações, dentre as quais, os brinquedos de natal para as crianças da creche, que todos os anos eram enviados por um bem-sucedido casal de fazendeiros, e, em contrapartida, na ocasião das festividades de aniversário de seus filhos, realizava, prazerosamente, fartas confraternizações junto às crianças e funcionários da creche.

2.4 Percepção interna da Instituição

No exercício de observação do interior da instituição CEPROFA, constatamos que, por meio do Estatuto, princípios básicos educativos e ações voltadas para a conquista da autonomia

procuravam viabilizar a construção de uma identidade pautada nas relações interpessoais e na valorização do cidadão ajustado à demanda da sociedade. Dessa forma, uma característica perceptível sobre a instituição enquanto espaço onde as crianças vivenciavam uma educação com base nas relações de experiências, normas de conduta e trabalho para sua formação, eram as suas dimensões educativas e ações de assistência e cuidado infantil que, assim como meios acolhedores da família para mediar conflitos culturais, também procuravam minimizar a vulnerabilidade social.

Ao observar o Estatuto da instituição, publicado no Diário Oficial do Estado em 12/12/1974: CENTRO PROMOCIONAL “NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA” DE GOIANDIRA-GO-CEPROFA, percebemos o alargamento de possibilidades de atendimentos, ações e finalidades para com o público esperado. As mentoras do projeto chamavam de “creche”, porém, as normas que regiam esse documento abarcavam também outras finalidades e públicos diversos. No Art. 3º do Estatuto são designados os meios. Para tanto, são estabelecidos: Cursos de artes e trabalhos manuais para qualificar os jovens aprendizes (pedreiros, carpinteiros, eletricitas, encanadores, etc.); Promoção das atividades no campo do artesanato local (escola-fábrica de cerâmica artística utilizando o caulino do solo), de tecidos, etc.

Nesse contexto, segundo relatos da professora Agostinha, sua participação nas atividades da creche coincide com o tempo em que cursou o Magistério em Goiandira. Por ser moradora da cidade vizinha, Nova Aurora, pagava um quarto de pensão em casa de família, estudava à noite e, durante o dia, trabalhava no CEPROFA. Contou-nos que o valor recebido era suficiente para pagar o quarto que alugava à época. Nas atividades que ministrava para as turmas que hoje consideramos Jardim, eram oferecidas tarefinhas de coordenação motora, habilidades visuais, expressão musical, desenho, pintura, etc. Com as crianças na fase de 6 anos, as atividades já eram preparatórias para uma pré-alfabetização. As crianças saíam da creche para a escola regular preparadas para a alfabetização, há alguns casos de crianças que reconheciam letras e liam.

Agostinha enfatiza ainda que as atividades realizadas com as crianças incluía: banho, limpeza e higiene corporal, medicação e cuidado. Nos seus relatos também ficou vidente que a creche em Goiandira operou uma mudança social, especialmente no modo de vida das mães e das crianças atendidas, principalmente com relação aos cuidados, à higiene, à saúde e à alimentação. Sem contar o preparo daquelas que ficavam até os 6 anos e se transferiam para a escola regular, que saíam de lá preparadas para a alfabetização.

Com relação às atividades desenvolvidas, a professora Roselita, que trabalhou com

crianças de 5 anos, também nos relatou sobre o trabalho de coordenação motora realizado, corroborando com a informação de que havia aprendizagem por muitas crianças não só das letras, bem como dos números. Salientou, ainda, os cursos e oficinas oferecidos, sendo alguns ministrados por ela, como o de bordado com linhas Varicor e o trabalho em Bainhas, ministrado pela dona Wilma Veroneze, também colaboradora da instituição. Tais atividades eram desenvolvidas com as mães que não trabalhavam fora, dessa forma, além do aprendizado, havia uma interação que resultava, muitas vezes, em participação das mães em outras frentes de trabalho da creche.

Dentre as atividades de rotina, conta que, ao chegarem de manhã, davam banho nas crianças e colocavam roupinha da creche, uniformes, resultado de doações estrangeiras provenientes do empenho das italianas. Cada criança tinha uma ficha, grande parte delas com fotos anexadas, onde periodicamente anotavam dados, tais como peso e medida, e recebiam assistência médica gratuita, na maioria das vezes, por meio dos profissionais de saúde do Batalhão, assim como havia uma farmacinha composta por remédios vindos da Itália e da oferta de algumas amostras grátis, doações frequentes de um representante de laboratório de Goiânia, cuja esposa era moradora de Goiandira e integrante de família colaboradora do CEPROFA.

A professora ainda relata a situação de indigência de muitas famílias, cujas mães chegavam com seus filhos às vezes enrolados em lençóis, desnutridos, com fortes quadros de resfriado com congestão nasal e secreções nos ouvidos, e muitas vezes crianças com infestação de piolhos, fato muito comum na época. Roselita iniciou sua atuação no CEPROFA pouco depois da saída das missionárias, em 1976, porém assegura a continuidade do projeto, enfatizando o diferencial da instituição enquanto ponto de apoio também para as mães em situação de vulnerabilidade, como o desemprego ou subemprego, cujo traço marcante seria a pobreza e a miserabilidade, e o estado de desnutrição, tanto das crianças, quanto das mães.

Nas tessituras dos relatos e informações levantadas ainda acerca das atividades realizadas com as crianças, uma professora que cuidava de menores de um ano, Neide, também acrescenta sobre a rotina de acolhimento às crianças, a oferta de lanche e, em seguida, a higiene e banho, cuidados mencionados com frequência por funcionários da escolinha. Após o trabalho de acolhida, alimentação e higienização, colocavam o uniforme do CEPROFA, cuja origem era de contribuição de benfeitores da Itália. Em seguida, encaminhavam para a sala de brinquedos. Nesse mesmo espaço onde desenvolviam as atividades de recreação e entretenimento, acontecia, após o almoço, o momento de descanso. No início, não havia um berçário montado, sendo assim, utilizavam colchonetes dispostos

pelo chão onde as crianças podiam se deitar. Somente depois, com o avanço das obras de construção, foi possível montar o berçário.

Neide relatou sobre as dificuldades de um projeto inicial juntamente com as missionárias, um trabalho de dedicação e doação, pouco remunerado, visto que a princípio não havia o suporte de convênios para o pagamento adequado dos monitores, acarretando com isso um quadro reduzido de funcionários. Diante desse fato, doações diversas, contribuições voluntárias nas frentes de serviço, eram sempre bem-vindas, incluindo a participação de algumas mães que contribuía em algumas atividades rotineiras, como lavar e secar vasilhas.

Essa interação entre as famílias e a instituição sempre mencionada nos relatos reaviva a certeza de um espaço aberto ao acolhimento e o desenvolvimento de relações mais humanas entre as pessoas, como ficou designado no Artigo 3º do Estatuto e esse artigo visa ainda a promoção da mulher. Para tanto, dentre várias atividades promocionais realizadas junto à creche, cursos também eram ofertados pela LBA na Instituição CEPROFA ou nas dependências da Igreja Nossa Senhora de Fátima, também instalada no Patrimônio.

Eram atividades da ação social da igreja, dentre elas, cursos de corte e costura realizados no espaço da igreja com o apoio do pároco. A participação das italianas seria apenas de colaboração com os conhecimentos e habilidades de domínio, principalmente no incentivo às mães e aos jovens do Patrimônio para frequentarem os cursos e aprenderem as habilidades de qualificação. Sobre isso, conta-nos Neuzi que tais eventos eram destinados àquela população, mas a ação seria da igreja, não da creche.

Logo após a oficialização, o CEPROFA atendia mais de cem crianças e, ainda de acordo com o convívio estabelecido entre as famílias e a instituição, Neide salienta que, além das atividades de acolhida e orientação às famílias, outra atitude nobre, indicada pelas italianas, era levada a rigor. Aos sábados, faziam visitas às casas das crianças que por algum motivo se ausentaram das atividades da escolinha naquela semana, com isso mantinham um contato mais próximo, reafirmando a convicção da acolhida. Criavam laços de confiança. Neide conclui relatando sobre o amor e o afeto que sentia por aquelas crianças.

Neste cenário da partilha e, ao mesmo tempo, da incorporação de bens, recolhimento de doações e trabalhos voluntários, havia outras deliberações aos funcionários e auxiliares de serviços que, mesmo atuando dentro da creche, cumprindo com suas funções, destinavam parte do seu tempo, geralmente em dias previamente estabelecidos, junto aos estabelecimentos de comércio ou mesmo residências particulares para o recolhimento de donativos.

Era o caso do senhor Albertino Cândido, zelador e cultivador da horta na creche. Segundo relatos, ocupava-se também de sair recolhendo os donativos. Já havia uma lista de

doadores fixos e, para isso, levava uma sacola e um livro todo ornamentado e decorado pela sua filha Roselita, funcionária da creche. A descrição desse livro também foi relatada pela esposa do funcionário Wandovaldo, guarda e zelador. Segundo a mesma, ele contribuía com o recolhimento das doações, levando o caderno para os devidos registros.

Diante de tais observações, constatamos o zelo e a presteza dedicados a esta instituição educativa por meio da fala dos professores, monitores, assim como dos que desempenhavam serviços gerais. Todos que tivemos a oportunidade de ouvir relataram sobre os cuidados destinados às crianças e suas famílias, no desenvolvimento cognitivo, social e humano daqueles meninos e meninas. Detalhes observados, como o livro para as anotações de donativos, que fora encapado cuidadosamente e ornamentado com motivos florais, remetemos ao tempo em que só critérios técnicos e administrativos, pautados em estruturas estáticas, não eram capazes jamais de realizar uma educação digna.

Todavia, foi possível detectar alguns conflitos e contestações relativos aos encaminhamentos referentes aos convênios para o apoio financeiro e pagamento de funcionários, assim como às demandas relativas ao quadro de tutores e gestores, em específico, após a saída das voluntárias Amália e Franca, que gerenciavam todas as frentes de serviços da creche. Após a partida das italianas, foi indicada uma diretora responsável pela instituição, Valdícia Naves. Segundo informações, “Dirce”, como era conhecida entre os funcionários, assumiu a coordenação, pois tinha experiência na gestão em uma creche onde vivia, na região do Triângulo Mineiro. No entanto, ficou apenas por alguns meses, passando a função a Roselita da Silva. Durante esse período de funcionamento, havia uma participação mista de funcionários cedidos pela prefeitura. Vejamos:

Quadro 3 - Coordenadoras – CEPROFA/1973-1989

Coordenadora (Diretora Interna)	Período
Amália Pasin	1973 até 07/06/1976
Valdícia Maria Naves	08/06/1976 até 30/11/1976
Roselita da Silva	30/11/1976 até 31/12/1978
Terezinha Rodrigues de Oliveira	01/01/1979 até 1982
Wanda Pôrto Teles Abdala	1983 até 1986
Ivone Araújo Afonso	1987 até 1989

Fonte: Organizado pela autora a partir de consulta aos Livros de Ponto (Arquivo-Extinto CEPROFA) do período, ao Livro de Registro de Emprego (Arquivo-Prefeitura Municipal de Goiandira) e fontes orais.

No período de recorte da pesquisa, mediante a consulta aos livros de registros de funcionários, observamos que seis profissionais estiveram à frente da instituição na função de coordenadora do CEPROFA, cargo equivalente a uma gestão. Notamos ser esse um diferencial do cargo principal em relação a uma instituição escolar, pois, enquanto em uma escola regular seria nomeado um diretor ou diretora responsável pela instituição, no caso do Centro Promocional, além do Conselho previsto no Estatuto, as ações operacionais internas eram conduzidas por uma coordenadora. Durante a permanência das italianas no município tal função foi desempenhada por uma delas, sendo transferida para uma profissional com experiência anterior para ocupar o cargo, quando se mudaram para o Triângulo Mineiro.

Conforme indicado no quadro, todas as responsáveis são mulheres, isso difere do padrão geralmente adotado para instituições escolares com níveis mais avançados de formação, visto que, à época, era comum a designação de homens para os cargos de gestão, principalmente quando se referia a diretores. Destacamos nesse período a regularidade de tempo das coordenadoras no cargo, em média, três anos. Nesta configuração, entendemos que a presença feminina na função de coordenadora da instituição era o indicativo da característica das ações ali realizadas, voltadas para crianças, adolescentes e mães, em circunstâncias específicas. Outra possibilidade que pode ser problematizada tem relação com dois aspectos: os salários estabelecidos nos contratos e a disponibilidade para a participação voluntária. Por fim, há de se considerar também as relações dessas coordenadoras com a sociedade local, a aproximação com as autoridades da igreja, assim como com as autoridades municipais, variando conforme o caso, o que nessas circunstâncias poderia facilitar o acesso junto aos comerciantes, produtores, representantes de entidades, enfim, possíveis doadores para as obras e ações desenvolvidas na instituição.

A capacidade de capitanear apoios por meio da ação voluntária foi ativada pelas italianas sob a forma de diversos tipos de doações, materiais, serviços, mão de obra, conforme as demandas que a instituição necessitava. Ao mesmo tempo, criaram as condições para as instalações próprias. Se considerarmos as características da economia, das propriedades rurais e urbanas à época, somadas aos diversos serviços e ofícios em operação tanto na cidade quanto no meio rural, essas missionárias mobilizaram doadores, donativos e ações que tornaram a instituição e a obra social preconizada algo divulgado e conhecido, situando as demandas e as necessidades em cada fase. No conjunto, tais ações mobilizaram e acionaram várias formas de colaboração e, por consequência, o envolvimento das diferentes frações de classes na participação dos empenhos que a instituição demandou. Reservado o devido distanciamento, em meio ao discurso das dificuldades, muitas ações colaborativas e

voluntárias foram acionadas para que o projeto institucional de fato fosse concretizado.

Das anotações de visitas realizadas em caráter prévio, indicamos algumas peculiaridades. Dos livros de pontos, localizamos as listagens de servidores contratados, com cargos e funções desempenhados na instituição. Embora não apresentem vinculações específicas, eles têm o mérito de indicar a existência de sujeitos que atuaram no período.

Quadro 4 - Funcionários – CEPROFA/1975-1989

Ano	Funcionários	Função ocupada na instituição	Data de Admissão
Livro 1 1975/1976	Agostinha Aparecida Pinto da Silva		
	Ana Rosa da Silva		
	Cleusa Martins Felício	Atendente de Berçário	01/11/1976
	Dagmar Ferreira Silva		
	Dimas José da Silva		
	Dirce de Souza Martins		
	Graças Batista de Oliveira		
	Helena Maria Nascimento		
	Jaime Batista da Silva	Limp./Compras	19/03/1976
	Manoel Alves	Zelador	01/11/1973
	Maria Helena Joaquim dos Santos		
	Maria Santa Gomes Alves	Cozinheira	01/11/1975
	Maria Terezinha Diniz Vaz		
	Marly Vitorino da Silva	Professora	02/02/1976
	Marta Aparecida de Aguiar		
	Matilde Aparecida de Aguiar		
	Maurício Paulino		
	Neide Pacheco Santana	Prof. Primária	02/02/1976
	Rosa Lúcia Ferreira de Lima	Cozinheira	02/02/1976
	Roselita da Silva	Diretora Interna	01/11/1976
	Sebastiana Rodrigues da Silva	Arrumadeira	22/03/1976
	Terezinha Maria de Santana	Professora	02/02/1976
	Zaira do Carmo Dias		
Total: 23 funcionários ocupando diferentes funções 19 mulheres 04 homens			
Livro 2 1977/1978/1979	Albertino Cândido da Silva		
	Cleusa Martins Felício	Atend. Berçário	01/11/1976
	Dagmar Ferreira da Silva		
	Eliane Rosa de Castro	Recreadora	01/02/1979
	Jaime Batista da Silva	Limp./Compras	19/03/1976
	José Antônio Martins		
	Juracy Francisco Cardoso	Zelador	01/05/1979
	Liamar Pacheco de Santana	Recreadora	01/05/1979
	Maria Apolinário Mendes		
	Maria Helena Joaquim dos Santos		
	Marly Vitorino da Silva	Professora	
	Neide Pacheco Santana	Prof. Primária	02/02/1976
Rosa Lúcia Ferreira de Lima	Cozinheira	02/02/1976	

	Roselita da Silva	Diretora Interna	01/11/1976
	Sebastiana Ramos Gomes	Aux. Geral	02/01/1977
	Sebastiana Rodrigues da Silva	Arrumadeira	22/03/1976
	Vandra Apolinário Mendes	Recreadora	08/03/1977
	Total: 17 servidores Homens: 04 Mulheres: 13		
Livro 03 1979/1981	Albertino Cândido da Silva		
	Divina Aparecida Garcia Neto		
	Eliane Rosa de Castro	Recreadora	01/02/1979
	Liamar Pacheco de Santana	Recreadora	01/05/1979
	Maria Aparecida Danier		
	Marley Vitorino da Silva	Recreadora	01/12/1980
	Neide Pacheco de Santana	Prof. Primária	01/12/1980
	Rosa Lúcia de F. de Lima	Cozinheira	02/02/1976
	Roselita da Silva	Diretora Interna	02/02/1976
	Sebastiana Rodrigues da Silva	Arrumadeira	22/03/1976
	Sônia Maria de Macedo		
Total: 11 servidores Mulheres: 10 Homens: 01			
Livro 4 1982/1983	Adenizia dos Santos Rosa	Aux. de Berçário	01/12/1982
	Eliane Rosa de Castro	Recreadora	01/02/1979
	Élida de F. Oliveira		
	Floriza F. Silva		
	Irmã Maurícia C. Filha		
	Liamar Pacheco de Santana	Recreadora	01/05/1979
	Luzia Vieira de Souza		
	Maria Aparecida Danier		
	Marley Vitorino da Silva	Recreadora	01/05/1979
	Neide Pacheco de Santana	Prof. Primária	02/02/1976
	Neusa Pereira de Santana		
	Rosa Lúcia F. Lima	Cozinheira	02/02/1976
	Roselita da Silva	Diretora Interna	
	Sebastiana Rodrigues da Silva	Arrumadeira	22/03/1976
	Wanda Pôrto Teles Abdala		
Wandovaldo J. Santana	Guarda/Zelador	01/10/1981	
Total: 16 servidores Homem: 01 Mulheres: 15			
Livro 5 1984/1985	Adenizia dos Santos Rosa	Aux. de Berçário	01/12/1982
	Eliane Rosa de Castro	Recreadora	01/02/1979
	Élida de Fátima Oliveira		
	Eudirce Lara do Nascimento		
	Floriza F. da Silva		
	Irma B. S. Fernandes		
	Irmã Maurícia C. Filha		
	Liamar Pacheco de Santana	Recreadora	01/05/1979
	Luzia Vieira de Souza		
	Maria das Graças Neto		
	Neide Pacheco de Santana	Prof. Primária	02/02/1979
	Neusa Pereira de Santana		
Rosa Lúcia F. Lima	Cozinheira	02/02/1976	

	Sebastiana Rodrigues da Silva	Arrumadeira	22/03/1976
	Wanda Mariano Carneiro		
	Wanda Pôrto Teles Abdala		
	Wandovaldo J. Santana	Guarda/Zelador	01/10/1981
	Total de servidores: 18 Homem: 01 Mulheres: 17		
Livro 6 1985/1986	Adenizia Rosa Tiago	Aux. de Berçário	01/12/1982
	Eudirce Lara do Nascimento		
	Floriza F. da Silva		
	Irma B. S. Fernandes		
	Liamar Pacheco de Santana	Recreadora	01/05/1979
	Luzia Vieira de Souza		
	Maria das Graças Neto		
	Minervina Cândida Filha	Aux. de Diretora	01/05/1982
	Neide Pacheco de Santana	Prof. Primaria	02/02/1976
	Neusa Pereira de Santana		
	Raquel David dos Reis e Cruz		
	Rosa Lúcia F. Lima	Cozinheira	02/02/1976
	Sebastiana Rodrigues da Silva	Arrumadeira	22/03/1976
	Wanda Mariano Carneiro		
	Wanda Pôrto Teles Abdala		
	Wandovaldo J. Santana		
Total de servidores: 16 Homem: 01 Mulheres: 15			
Livro 7 1986/1987	Adenizia Rosa Tiago	Aux. de Berçário	01/12/1982
	Aparecida Nunes de Almeida		
	Eudirce Lara do Nascimento		
	Floriza F. da Silva		
	Geralda Gregório Fernandes		
	Irma B. S. Fernandes		
	Ivone A. Afonso		
	Liamar Pacheco de Santana	Recreadora	01/05/1979
	Maria de Fátima da Silva	Recreadora	01/09/1987
	Maria Helena B. de Melo		
	Marilda Raimundo		
	Minervina Cândida Filha	Aux. de Diretora	01/05/1982
	Neide Pacheco de Santana	Prof. Primaria	02/02/1976
	Neusa Pereira de Santana		
	Raquel David dos Reis e Cruz		
	Regina Maria de Moraes		
	Reilda Carvalho Tristão		
	Remi Rosa		
	Rosa Lúcia Ferreira Lima	Cozinheira	02/02/1976
	Sebastiana Rodrigues da Silva	Arrumadeira	22/03/1976
	Suely Maria de Fátima Dias		
	Vanilda de F. Perpétua		
	Wanda Mariano Carneiro		
Wandovaldo Jesus de Santana	Guarda/Zelador	01/10/1981	
Total de servidores: 25 Homem: 01 Mulheres: 24			

Livro 8 1987/1988	Abilene de Fátima Porfirio Camargo		
	Adenizia Rosa Tiago	Aux. de Berçário	01/12/1982
	Adeny M. R. Barbosa		
	Aparecida Nunes de Almeida		
	Eudirce Lara do Nascimento		
	Floriza Fernandes da Silva		
	Ivone A. Afonso		
	Maria de Fátima da Silva	Recreadora	01/09/1987
	Marilda Raimundo		
	Minervina Cândida Filha	Aux. de Diretora	01/05/1982
	Neusa Pereira de Santana		
	Raquel David dos Reis e Cruz		
	Reilda Carvalho Tristão		
	Rosa Lúcia F. de Lima	Cozinheira	02/02/1976
	Sebastiana Rodrigues da Silva	Arrumadeira	22/03/1976
	Sueli Maria de Fátima Dias		
	Vanilda de F. Perpétua		
	Wandovaldo Jesus de Santana	Guarda/Zelador	01/10/1981
Total de servidores: 18			
Homem: 01			
Mulheres: 17			
Livro 9 1988/1989	Abilene de Fátima Porfirio Camargo		
	Adenizia Rosa Tiago	Aux. de Berçário	01/12/1982
	Adeny M. R. Barbosa		
	Aparecida Nunes de Almeida		
	Eudirce Lara do Nascimento		
	Floriza Fernandes da Silva		
	Ivone A. Afonso		
	Maria de Fátima da Silva	Recreadora	01/09/1987
	Maria Aparecida Danier		
	Marilda Raimundo		
	Minervina Cândida Filha	Aux. de Diretora	01/05/1982
	Neusa Pereira de Santana		
	Raquel David dos Reis e Cruz		
	Reilda Carvalho Tristão		
	Rosa Lúcia Ferreira Lima	Cozinheira	02/02/1976
	Sebastiana Rodrigues da Silva	Arrumadeira	22/03/1976
	Sueli Maria de Fátima Dias		
	Vanilda de Fátima Perpétua		
Wandovaldo Jesus de Santana	Guarda/Zelador	01/10/1981	
Total de servidores: 19			
Homens: 01			
Mulheres: 18			

Fonte: Organizado pela autora a partir de consulta aos Livros de Pontos (Arquivo-Extinto CEPROFA) do período e ao Livro de Registro de Emprego (Arquivo-Prefeitura Municipal de Goiandira).

A predominância de servidores no desempenho de variadas funções da instituição se confirma nos livros de registros de quadro de funcionários do período. Conforme observado, no quadro havia uma quantidade mínima de homens atuando naquele espaço, quase sempre desempenhando funções de vigilância e de zelador. Nas demais funções ocupadas por

mulheres, a exigência de assinatura de livro de pontos indica a vinculação por contratos firmados junto ao município para o provimento das funções necessárias para o funcionamento do CEPROFA.

Impressões gerais acerca dos livros de pontos – CEPROFA- 1975-1989

Ao buscarmos por documentos na secretaria do CMEI Ingrassia Francesca, encontramos apenas nove livros de pontos referentes aos funcionários da extinta CEPROFA. Esses livros contêm assinaturas desde 1975 até 1989.

Fevereiro 1975 – Dez. 1976.

O primeiro livro é encapado de vermelho. Não tem numeração.

Traz um termo de abertura bem escrito, à mão, com os dizeres: “Contém este livro 50 folhas destinadas a assinaturas de Ponto de Trabalho das funcionárias da Escola Maternal Nossa Senhora do Rosário de Fátima. Goiandira, 13 de fevereiro de 1975. CEPROFA”.

Obs.: não foi assinado.

Janeiro 1977 – Março 1977

Embora o livro mencione essa data, na capa, escrito de maneira informal, a sequência dos anos é 77, 78, 79 e o número 2 circulado.

Constatamos que, realmente, o livro vai de janeiro de 1977 até o dia 26 de março de 1979, utilizando até quatro linhas além das linhas já existentes no livro, ou seja, utilizou-se até o último espaço da última página.

A partir de 05 – 08 os nomes foram enumerados, permanecendo uma só sequência dos funcionários, tornando mais fácil o acompanhamento e os registros da frequência.

Na página de abertura do livro (janeiro de 1977) além do enunciado em letras grandes e bordadas “Caderno de Chamada dos Funcionários”, também está no topo uma frase ilustrativa e motivadora: “Não encara o teu trabalho de cada dia só como uma obrigação, mas como uma oração e um objetivo sublime.”

Obs.: não é assinado.

Março 79 – Fev. 81

Apenas com a capa de origem, identificada com letra cursiva manuscrita: 79/80/81 e o número 3 circulado.

Não tem termo de abertura.

A partir de 1980 a Marly foi substituída por sua irmã Marley e continuou assinando no mesmo número de ordem, nº 2.

A partir do dia 6-10-1980 apenas seis funcionários assinavam, porém, nenhuma observação foi feita.

A partir do dia 15-10-1980 apenas cinco funcionários assinaram, porém, nenhuma observação foi feita.

A partir do dia 10-11-1980, apenas quatro funcionários assinaram, porém, nenhuma observação foi feita.

Observamos a redução gradativa no quantitativo de funcionários, que não foi objeto de nenhuma anotação na sequência do Livro de Pontos.

O ano de 1980 termina no dia 12 de dezembro com a assinatura dos mesmos quatro funcionários: Roselita da Silva, Eliane Rosa de Castro, Albertino Cândido da Silva, Liamar Pacheco de Santana, sem que houvesse qualquer cerimônia, apenas pulou-se uma folha em branco, dando continuidade ao ano de 1981, ainda com apenas quatro assinaturas, sendo que a partir do dia 5 de janeiro, quando se iniciam as assinaturas de pontos de 1981, houve a troca de um funcionário: Roselita da Silva, Albertino Cândido da Silva, Liamar Pacheco de Santana, Divina Aparecida Garcia Neto (Eliane Rosa de Castro não figura mais nesse livro).

Um dado curioso é que no ano de 1981, as datas previstas e assinaturas só vão até o dia 28 de fevereiro, sendo que nem essa data existe por escrito, deduz-se diante da penúltima data que é 27-02-81, e apenas dois funcionários assinaram neste último dia, 28/02/81: Roselita da Silva e Albertino Cândido da Silva. Além disso, outro fato que deve ficar registrado é que o volume/Livro de Ponto possui na sua capa os anos 79/80/81, porém, mesmo contando ainda com 37 páginas, pois se trata de um volume de 100 páginas, não houve continuação do ano vigente, dessa forma, o ano de 1981 foi interrompido nesta data de 28/02/81 e não tem continuidade, já que o próximo livro se inicia em 01/10/1982.

No intervalo de março a dezembro daquele ano (1981), e de janeiro a setembro de 1982, não encontramos registros de pontos, sugerindo ter havido um hiato na contratação de servidores da instituição. Possíveis ajustes, com alguma mudança do aparato institucional.

Outubro 1982 – dezembro 1983

O livro tem marcado: outubro 1982 – dezembro 1983.

Está em sua capa original e não se apresenta em bom estado, inclusive as primeiras

folhas estavam fora de ordem, embora não faltasse nenhuma. Colocamos as folhas em ordem e passamos uma fita durex transparente para fixar e reconstituir.

Informalmente escrito na capa: 82/83.

Na sua contracapa está escrito: *Centro Promocional Nossa Senhora do Rosário de Fátima* e o endereço: *Rua Francisco Martins s/nº Goiandira Goiás*.

Também consta uma etiqueta com termo de abertura: Centro Promocional Nossa Senhora do Rosário de Fátima “CEPROFA”. Rua Francisco Martins s/nº, Goiandira – GO, CGC 01778679/0001- 07 Livro N. 07 Ano 1982 e 83.

Até o dia 29-04-1983 os pontos foram assinados em ordem numérica para cada funcionário, como vinha acontecendo desde 1980. A partir de 01-05-1983, cada funcionário assinou na sequência numérica de dias do mês, na mesma página. Dessa forma, cada página é um mês para cada funcionário.

A partir de 10-08 consta no livro de pontos que Maria Aparecida Danier foi transferida para FEBEM. Também, no mesmo mês, foram acrescentadas duas funcionárias: Luzia Vieira de Souza e Floriza F. da Silva.

Neste livro Nº 7 (1982/1983) consta o Termo de Encerramento assinado pela Coordenadora Wanda Pôrto Teles Abdala, na data de 04-01-1984, e em seguida todas as páginas restantes são devidamente canceladas.

Percebemos que pela sequência enumerada do livro (nº 7) havia outros livros anteriores aos que estão em questão, que se somam apenas nove e esse, dos anos de 1982/1983, pela ordem encontrada atualmente, é o 4º livro.

Janeiro 1984 – março 1985.

Este livro é encapado de vermelho aveludado.

Não tem numeração, nem termo de abertura, apenas escrito informalmente em sua capa, 84/85.

Em 01-09-84 registra-se a Licença Gestante de Luzia Vieira de Souza.

Registra-se também em setembro, a partir do dia 24-09, a entrada de Maria das Graças Neto.

Acrescentou-se o nome da funcionária Eudirce Lara do Nascimento e assim segue até dezembro de 1984.

Em março inicia-se assinatura de Irma B. S. Fernandes e sai Eliane Rosa de Castro.

Abril de 1985 – abril de 1986

Continuação de 1985.

Livro sem número, encapado de verde camurça. Em sua capa, de forma simples, os anos 86/85 com etiqueta na primeira página (CEPROFA, endereço e cidade), carimbado e assinado por dona Wanda Abdala. Contém uma lista inicial dos funcionários.

O carimbo com os dizeres:

CEPROFA

Centro Promocional N. S. do Rosário de Fátima Goiandira – GO

Um dado interessante é que a funcionária Irmã Maurícia, a partir de 01-04-1985, passa a assinar pelo seu próprio nome, Minervina Cândida Filha.

A partir do dia 17-03-1986, Adenízia dos Santos Rosa, passa a assinar Adenízia Rosa Tiago (Provável assinatura de casada).

Luzia Vieira de Souza sai e entra Raquel David dos Reis e Cruz.

O volume termina aqui, abril de 1986, todas as folhas são assinadas por dona Wanda Abdala.

A sequência está em um livro diferente de todos os outros, é bem menor, porém contém mais páginas, embora não sejam enumeradas. Contém em seu início a relação de funcionários.

Maio 1986 – outubro 1987

Em sua capa há uma etiqueta: “Livro de Ponto – CEPROFA 86/87”

Livro pequeno (apenas 26 linhas, não tem como datar sábado e domingo), contendo 100 páginas, encapado de azul celeste camurçado. Em sua abertura apenas o carimbo do CEPROFA.

Na contracapa está a Relação de Funcionários.

Embora o ano tenha se encerrado, a numeração continuou sendo 1986 no mês de janeiro. Novas funcionárias passam a assinar: Ivone A. Afonso e Remi Rosa, saindo dona Wanda Porto Teles Abdala de férias e Vanilda de Fátima Perpétua.

Entra Maria Helena B. de Melo. Ressaltamos também o fato de que como esse livro não contém numeração de páginas, parece-nos que foram cortadas, bem rentes, duas páginas que se seguem ao nome de Maria Helena no mês de fevereiro. Continuam fora Maria das Graças Neto e Wanda Teles.

A partir de abril, entram novas funcionárias: Geralda Gregório Fernandes, Aparecida Nunes de Almeida, Marilda Raimundo, Suely Maria de Fátima Dias e Reilda Carvalho

Tristão.

Em 14-08-87, Neide Pacheco de Santana foi transferida para outra escola.

Em outubro de 1987, voltam (de outra escola): Eudirce Lara do Nascimento, Rosa Lúcia F. de Lima, Neusa Pereira de Santana.

Encerra-se este livro.

Novembro 1987 – setembro 1988

Esse livro também não possui número – encapado bege camuçado, com etiqueta na capa (Firma CEPROFA, Endereço: Rua Francisco Martins nº 22, Goiandira – GO, CGC 01778679/0001 – 07, Ano 1987).

Escrito informalmente 87/88 na capa.

Não tem termo de abertura, só a lista de funcionários.

Adenizia volta de licença maternidade dia 16 de novembro de 1987.

O mês de junho de 1988 foi assinado por Eudirce Lara do Nascimento na última folha utilizada do livro, que vai até setembro de 1988.

Outubro de 1988 – outubro 1989

Livro encapado de verde com xadrez de vermelho, escrito informalmente com letras grandes: Livro de Pontos e os anos 88/89. Não contém termo de abertura.

Um dado é que cada página dele é assinada por dona Ivone Afonso, confirmando ser a coordenadora nesse período.

Em março de 1989 inicia-se novamente a assinatura de Maria Aparecida Danier.

O livro termina aqui, em outubro de 1989, restando apenas duas folhas que não foram canceladas.

É o nono e último livro de pontos da extinta CEPROFA.

Obs.: Em nenhum momento foi mencionada a função dos funcionários. Nem mesmo, a quem era designada a Coordenação.

Algo que merece destaque nos registros desse conjunto de Livros de Pontos: em nenhum deles, desde o início, há registro das voluntárias italianas enquanto contratadas pela municipalidade ou entidade pública local/regional. Os funcionários vinculados ao CEPROFA com função determinada e salários estabelecidos são todos do lugar, cujos contratos foram assinados pelos órgãos públicos na esfera municipal. Isso indica que o provimento pessoal e

parte das ações desempenhadas pelas voluntárias italianas teriam outras fontes de recursos, oriundas das relações mantidas com pessoas e entidades fora do município e do país.

No entendimento de que o Livro de Pontos serve a um registro específico, qual seja, documentar a frequência mensal dos servidores contratados e em atividade, compreendemos que, salvo as anotações de afastamento e retorno em ocasiões específicas, como licenças, outras informações estariam guardadas em outro tipo de acervo, como por exemplo, os livros de atas ou pasta individual do funcionário.

Todavia, esse tipo de acervo não foi localizado na instituição, tampouco em outro órgão público do município ou região. Não consta a guarda de acervo da instituição por nenhum órgão, seja da igreja, da Prefeitura, Câmara de Vereadores ou Regional da Educação. Todos os empenhos no sentido de localizar o antigo acervo institucional foram em vão. O que de fato ficou preservado se restringe aos nove Livros de Pontos do período em que o CEPROFA existiu sob o formato iniciado e estruturado pelas voluntárias italianas e o Livro Registro de Empregado no acervo da Prefeitura Municipal, contendo a ficha de alguns funcionários a partir de 1975. Provavelmente, o cuidado em conservar tais registros no domínio da instituição pode ser entendido como uma preocupação pontual com as demandas de servidores para fins de comprovação do tempo de serviço, documentação para aposentadoria e demais benefícios pecuniários.

2.5 CEPROFA: sentidos, significados e percepções provenientes de distintas experiências

Ao passarmos pela experiência da busca por documentos escritos, considerando que apenas as informações escritas, assinadas, carimbadas, guardadas em um arquivo morto, seriam capazes de reconstruir a história e entender como se configurou o CEPROFA enquanto instituição, deparamo-nos com a escassez de tais fontes, no entanto, foram apresentadas de forma espontânea e gradativa pessoas que tiveram papéis fundamentais na composição histórica da instituição.

Diante das mais diversas fontes vivas, pudemos fazer grandes e ricas descobertas e, ao mesmo tempo em que íamos desvendando a trajetória dessas pessoas junto à instituição, elas mesmas reconstruíam suas histórias e resgataram percursos vividos, que se encontravam esquecidos, encobertos pelo tempo. Ademais, ao ativarmos lembranças e aguçarmos as memórias do passado, levamos essas pessoas a imergirem em acontecimentos e fatos impregnados de detalhes, favorecendo uma maior aproximação do nosso objeto de estudo.

Ao ativarmos as lembranças e vivências dos agentes sociais que compuseram o enredo

do Centro Promocional Nossa Senhora do Rosário de Fátima, percebemos que antes de fazer menção a uma instituição diziam de uma acolhida, um lugar para amparar e dar suporte aos mais necessitados, especialmente às crianças menores de 6 anos residentes no Patrimônio, onde não havia qualquer tipo de infraestrutura e qualidade de vida para grande parte das famílias que ali residiam. A princípio, para os que acreditavam no trabalho missionário das voluntárias, seria apenas uma contribuição para minimizar a fome, a doença e a omissão de cuidados que deveriam ser garantidos àquelas crianças.

Ao receber as duas voluntárias italianas vindas ao Brasil com o objetivo de uma missão em prol dos menos favorecidos, a comunidade se posicionou de forma diversa, contando com o apoio de alguns, logo de início, por perceberem o lado afetivo e generoso das missionárias, outros encararam com estranheza o fato de duas mulheres se aventurarem pelo mundo com o propósito de ajudar as pessoas em situação de vulnerabilidade. Para essas pessoas, não existia essa fração social, visto que, por mais simples e pacato que seja o cotidiano da vida interiorana, existem os que detêm maior poder econômico, social ou político, e aqueles que são esquecidos e que vivem à margem dessa sociedade.

O papel do pesquisador é intrigante e desafiador quando se trata de reconstruir um passado com base nas interpretações e cruzamentos das memórias das mais diversas pessoas que de alguma forma estiveram presentes na construção ideológica e física de uma instituição. Reconstruir o passado por meio da história oral nos leva a voltar no tempo, compor trajetórias e mergulhar nas reminiscências. Buscar as impressões e conexões por meio do diálogo com a memória individual dos sujeitos na tentativa de desvelar e se aproximar da história. Assim, Portelli (2000) destaca que:

[...] E penso que parte do nosso desafio é o fato de que realmente encaramos a memória não apenas como preservação da informação, mas também como sinal de luta e como processo em andamento. Encaramos a memória como um fato da história; memória não apenas como um lugar onde você “recorda” a história, mas memória “como” história. (PORTELLI, 2000, p. 69, grifos do autor).

Ao ouvirmos pessoas de diferentes posicionamentos dentro da comunidade, observamos que ao instigarmos as lembranças havia sempre o desvelo de uma oportunidade. Para as mães afetuosas e carentes de cuidados para com os filhos surgiu a garantia do bem-estar, visto que, para elas, os principais aspectos seriam os relacionados à alimentação, a medicamentos e acolhida, especialmente para aquelas que precisavam trabalhar e não tinham com quem deixar seus filhos. Mediante relatos das professoras, além das percepções acerca da

construção de um projeto juntamente com a bravura e determinação das mentoras, enxergavam possibilidades de atuação enquanto estudantes do Curso Técnico em Magistério, desempenhando a função de professora com a preocupação não só com o amparo, mas com o processo cognitivo das crianças.

Nossa atenção também se voltou para alguns membros da sociedade local, incluindo líderes religiosos e políticos que se dividiam em suas opiniões e expectativas quanto ao Centro Promocional. Não enxergavam condições e viabilidades para a institucionalização de um projeto. Percebemos, por parte de algumas pessoas, a indignação frente à coragem de duas mulheres vindas de outro país com o objetivo e a missão de conduzirem um trabalho em defesa dos desamparados e marginalizados da cidade. Esse fato trouxe descontentamento para os que sentiram seus interesses ameaçados.

Ademais, vários membros da sociedade, tanto os invisíveis, das frações mais pobres, quanto vizinhos, voluntários, integrantes de outras religiões se sentiram contagiados pela garra e determinação das missionárias. Vislumbraram um trabalho grandioso no aspecto do atendimento e assistência aos desamparados. Em seu livro memorial, Amália (2004) ressalta:

Fizemos muitas amizades em Goiandira. Dentre elas, lembramos da Senhora Fátima, que, juntamente com a Senhora Nelly, chegou em nossa casinha, definida por ela como ‘de fadas’, com uma caixa cheia de sabonetes, pastas dentais, etc., destinada às nossas crianças [...] Ainda hoje, guardamos agradecidas a lembrança desta delicadeza. Eram pessoas da alta sociedade (madames), porém sensíveis ao sofrimento humano. (PASIN, 2004, p. 23, grifos da autora).

Dessa forma, percebemos as controvérsias e as variadas formas no sentido da credibilidade e aceitação do novo. Um novo projeto, novas formas de encarar as dificuldades e minimizar as mazelas de uma parte esquecida da sociedade. O início de uma instituição, demarcada por muito trabalho e colaboração. Se para alguns seria um projeto sem êxito, para muitos seria o começo de significativas mudanças, novos horizontes. Com a institucionalização de uma escolinha gratuita, voltada ao acolhimento, aos cuidados e a ações de amparo às famílias carentes, abriram-se grandes expectativas de transformação social.

2.6 Leituras de sínteses parciais do capítulo

Este segundo capítulo apresentou a composição interna, por meio da identificação dos sujeitos que contribuíram e configuraram a construção e o trabalho na instituição educativa,

CEPROFA, assim como buscou delinear o movimento de acolhida e apoio dos membros da sociedade e entidades locais e regionais aos menos favorecidos atendidos na instituição.

Visamos identificar a participação do trabalho voluntário, o engajamento das professoras que ora se formavam no Curso Técnico em Magistério, a mão de obra destinada à construção e edificação do espaço próprio para a instituição e outras frentes de serviços, bem como a participação de colaboradores do Batalhão Ferroviário, de lideranças políticas e da comunidade em geral para a concretização de um projeto arrojado, vislumbrado e protagonizado pelas voluntárias italianas. Discorreremos sobre os trâmites e alinhamentos para dar início às atividades da “creche”, ainda em espaços improvisados, e os protocolos de reuniões e normativas para a implantação e oficialização do funcionamento do Centro Promocional no local definitivo.

Ademais, tratamos neste período da pesquisa das composições do quadro de funcionários e servidores em geral, dos sujeitos atendidos e trabalhos realizados junto à comunidade, mediante as ações estabelecidas no Estatuto da instituição, bem como o trabalho voluntariado, os donativos e as contribuições financeiras. Detectamos ao longo desta etapa de estudo as vivências e os vínculos estabelecidos entre as mentoras, os sujeitos atendidos e os colaboradores, motivados pela institucionalização do CEPROFA.

O empenho em reunir dados, localizar informações que resultassem na produção e na organização de fontes até então espalhadas e dispersas, deu-nos uma dimensão da importância e visibilidade dos aspectos identificados acerca da instituição, assim como das relações e ações desempenhadas no período. O cruzamento de dados possibilitou confrontar diferentes versões que povoam o imaginário social acerca das voluntárias italianas, dos voluntários locais e da própria escola, inclusive os supostos vínculos com autoridades religiosas da igreja católica. Nisso atestamos as visões multifacetadas que compõem as histórias e as memórias da população sobre a instituição investigada.

As ações que se projetaram para reduzir as condições de marginalidade de uma fração social excluída serão a proposta de estudo para o nosso próximo capítulo.

CAPÍTULO III: A RESSONÂNCIA SOCIAL DO CEPROFA NA REALIDADE LOCAL

Uma vez quando cheguei ao corredor da casa, encontrei uma menina e a perguntei o que ela queria ser quando adulta e ela me respondeu que queria ser bóia fria. Mas, depois que ela cresceu, repeti a pergunta e ela disse que queria ser professora. Portanto, percebi que nossa caminhada, apesar de difícil, seria bastante gratificante porque começaríamos oferecer novos sonhos para estas crianças.
Amália Pasin

Percorridos os percursos da pesquisa para a compreensão dos aspectos que determinaram a configuração institucional, as ações educativas e sociais promovidas no Centro Promocional durante o período de funcionamento por meio da interpretação das fontes produzidas, dos documentos consultados e do referencial que subsidiou o aporte teórico das instituições educativas, conduzimos este capítulo na perspectiva de apreensão da ressonância do CEPROFA consoante com as distintas imersões na realidade social de Goiandira.

3.1 A Instituição CEPROFA: origem, inspiração e materialização das ações educativas e sociais

Ao percorrermos os caminhos que nos levaram à construção das fontes e nas mais variadas pesquisas com o objetivo de dar maior consistência aos fatos que foram nos apresentando, visualizamos a persistência no trabalho missionário e a incansável luta em prol dos menos favorecidos, tanto para com o CEPROFA, quanto para com as outras instituições fundadas posteriormente. Construindo creches por onde passavam.

Salientamos que as duas voluntárias, Amália e Franca, plantaram suas sementes aqui, concretizaram a sua obra promocional e prepararam o povo para dar continuidade ao projeto, visto que esse é o “objetivo e rito da missão” (PASIN, 2004). Mesmo após a morte de Francesca Ingrassia, ocorrido no dia vinte e dois de fevereiro de 2005, na cidade de Uberaba, onde está sepultada ao lado da Capela junto à Casa do Menor Coração de Maria, uma das instituições fundadas naquela cidade na década de 1980, Amália continua sua missão voluntária: oportunizar a busca de qualidade de vida melhor, orientando e disseminando a fraternidade e o acolhimento, bem como discutindo aspectos relativos à política, à socialização e à vida escolar e familiar.

No compromisso de compreender as relações estabelecidas e os entrelaçamentos

oriundos do árduo trabalho desenvolvido na cidade de Goiandira que, segundo informações da própria comunidade, apresentaram significativas transformações na realidade e vida de tantas pessoas e famílias, propusemo-nos a indagar novamente as fontes para realçar ainda mais as razões e as finalidades que trouxeram ao Brasil duas estrangeiras dispostas a renunciar, dentre outras coisas, o ofício de professoras na Itália, consagrando suas vidas e instituindo os votos de pobreza, bem como o que as motivou para o “chamado Missionário”.

Por ocasião da visita à dona Amália, no dia 31 de agosto de 2019, na cidade de Uberlândia-MG, foi-nos apresentada uma tese de doutorado, desenvolvida e defendida em 1972 na Itália, na *Facoltà di Magisterio* - Universidade de Pádua. *Tesi di laurea in materie letterarie* - Tese de graduação em assuntos literários, cujo título em italiano: “I Giornali Liberal-Moderati Di Vicenza - dal 1866 al 1926” buscou resgatar assuntos e matérias abordadas nos jornais que circularam na região de Vicenza, de 1866 até 1926. O estudo fez parte de um programa de pesquisa histórica e bibliográfica, iniciada pelo centro de história do movimento operário da região do Vêneto, tendo a cidade de Pádua como sede.

Graduada em Letras, optou por investigar a imprensa periódica liberal-moderada, visto que havia um grande número de artigos publicados em Vicenza no período examinado. Sua expectativa era trazer à luz um vasto acervo documental, até então desconhecido, para a abertura de novos projetos de pesquisas posteriores e disponíveis para melhor abarcar a historiografia e a autenticidade da expressão sociocultural do tempo antigo e moderno de Vicenza.

Ao longo de sua pesquisa e na análise dos artigos escritos e questões abordadas pelos jornais selecionados como objeto do estudo, vai se apresentando uma variedade de assuntos de interesse condizentes com o título, o lema e a localidade de publicação. Amália Pasin salienta acerca dos assuntos mais abordados pelos jornais, de forma geral, política, partidos políticos, questões ligadas ao Vêneto, Vicenza e à Roma e à vida administrativa da região. No entanto, sua atenção se volta para o que era de seu maior interesse e o que a levou e instigou à realização deste estudo, as questões sociais.

De todos os assuntos abordados e escritos nos jornais e periódicos, os que se tornaram foco de estudo e análise foram as matérias que tratavam de assuntos relevantes para o fator social e cultural, como as “Instruções”. Dona Amália analisou minuciosamente como a Educação era tratada e retratada nas notícias dos jornais, colocando destaque àquelas que buscavam, de alguma forma, salientar a importância do sistema educacional, as questões metodológicas, a história das instituições educacionais, bem como o formato dos prédios e estabelecimentos escolares, a adequação dos sistemas educativos e até mesmo a atuação dos

sindicatos.

A consciência da importância da educação, abordada nos jornais em estudo, era um dos fatores de maior relevância que a missionária tencionava explorar, bem como as particularidades relativas à qualidade da metodologia utilizada, os critérios aplicados no recrutamento dos professores e diretores e conferia lugar de destaque nas suas observações, as escolas noturnas que contribuíram para *ottimi risultati*, “excelentes resultados”, segundo o Jornal: *Il Corriere Di Vicenza*, que também se manifestou quanto à importância da educação, escrevendo em nota que dela *dipende il riscatto delle plebi*, “depende o resgate da plebe”. (12 Ago. 1866).

Esse estudo reafirmou com maior veemência o propósito da pesquisadora Amália, despertando ainda mais as aflições geradas pelas temáticas que envolviam as questões populares, a pobreza, a desigualdade social e cultural, a política e, em especial, a educação. A consciência de educadora que se via mergulhada àquela época no ofício de “ser professor” não se limitava apenas a passar conhecimento, queria mais, entender as nuances das ações e dispositivos educacionais, na observação de que o processo formativo não se restringe apenas ao aprendizado, inúmeros elementos estão envolvidos na garantia e materialização do direito à educação.

Segundo a missionária, realizou a leitura de mais de mil páginas de jornais, movida pela intenção de se aproximar da realidade do seu povo, tanto das cidades quanto do campo, dos sem-teto e sem-terra, da condição miserável dos assalariados. O interesse em explorar conteúdos relativos a problemas provenientes de questões agrárias, sobretudo os camponeses em situação de risco, sujeitos a desnutrição e pestes, que a estudante Amália ao se qualificar na universidade produziu uma Tese que a influenciou no preparo para o Voluntariado Internacional, despertando-a para ações humanitárias em países da América Latina. Durante a convergência do seu tema de estudo com o momento de reorganização política da Itália, consequência do tratado de paz com a Áustria, surgiram novos jornais diários, permeados de posturas ideológicas firmadas por políticos, historiadores, acadêmicos, além dos colunistas de jornais.

Esse contexto associado às informações em meio aos desdobramentos políticos na sua região na Itália levaram Amália ao alargamento de seus objetivos quanto ao trabalho voluntário exercido na forma de missão internacional, destinado a ações educativas e assistenciais por meio de instituições denominadas Centros Promocionais. Sua sensibilidade aos problemas sociais e o desejo de participar de iniciativas voltadas ao acolhimento e proteção de grupos sociais vulneráveis, somados à sua vivência religiosa e atividade

educativa, conduziram-na ao ingresso em um programa de Voluntariado Internacional, onde conheceu Francesca. Juntas, vieram ao Brasil para um trabalho missionário, resultando na fundação do Centro Promocional Nossa Senhora do Rosário de Fátima em terras goianas. A instituição tornou-se a primeira e pioneira em experiências das duas italianas na materialização do sonho de atuarem na intervenção e melhoria das condições sociais de uma comunidade carente.

3.2 A continuidade do CEPROFA com a participação de agentes locais

Em 2020, com a pesquisa em andamento, ao buscar novas fontes, descobrimos cópias de atas do acervo particular do Sr. Oscar Evangelista de Lima, que participara da composição do conselho administrativo do CEPROFA. Por meio desses documentos, identificamos informações adicionais a respeito do funcionamento da instituição, assim como da adesão de agentes sociais na continuidade e na ampliação das atividades desenvolvidas naquele espaço. No conteúdo das atas verificamos dados que confirmam o gradativo interesse da sociedade local pela instituição em diversos momentos, com expressiva participação de autoridades, especialmente profissionais liberais, detentores de cargos e funções reconhecidas, com prestígio social e político na cidade. Membros de clubes de serviços, entidades como Maçonaria, Rotary, juízes e promotores, representantes religiosos, profissionais liberais, empresários, comerciantes, professores e outros teriam alternado no desempenho do conselho administrativo da referida instituição.

No processo de transição e repasse da instituição que seria conduzida por agentes locais com a saída das italianas, observamos uma preocupação com a manutenção das atividades promovidas, conforme o exposto na ata de reunião realizada no dia 30 de junho de 1976, às 20h 30min., no Salão do CEPROFA. Amália Pasin, como foi registrado na ata, “faz uma explanação histórica” sobre os caminhos percorridos desde a fundação da instituição até os dias atuais, salientando o atendimento e acolhimento às crianças, atualizando o número de 108 crianças naquele ano. Aconteceram os protocolos de leitura do Estatuto com suas alterações, a votação para o Conselho Diretor para os anos 1976/1977, na sequência, houve um ato de louvor em agradecimento e reconhecimento pelo trabalho das fundadoras no município. Foi a despedida de Amália e Franca. A partir daquele dia, o trabalho seria continuado pela comunidade com a representação e guia do Conselho Diretor, que ficou assim constituído:

Coordenador: Gerson Tavares de Araújo - fazendeiro e industrial

Vice Coordenador: Oscar Evangelista de Lima – Técnico em Contabilidade e serventuário da justiça

Secretário: Lauro Wilson Henrique – advogado e bancário

2º Secretário: José Agrinel da Silva - pastor

Tesoureiro: Edson Luis Branquinho - bancário

2º Tesoureiro: Mauro Sílvio da Silva – bancário

Conselheiros apontados: Arthur Valdomiro de Santana - comerciante, Matilde

Angélica Alves (Irmã Assunta) – religiosa

Suplentes dos conselheiros: Ivone Araújo Afonso - do lar e Wilson Barbosa Lima - funcionário da merenda escolar, residente em Catalão.

Claramente, a ata relatou um momento especial para o CEPROFA, a transição do ciclo conduzido pelas italianas até aquele momento para uma nova fase em que a continuidade da instituição seria repassada a membros da comunidade local, com o acompanhamento do Conselho. Após três anos intensivos de investimentos, o empreendimento inicial estava concretizado e em condições de funcionamento. É perceptível a importância desse momento, tanto pela responsabilidade endossada aos membros da Diretoria, decorrida da saída das italianas, quanto pelo rito formal de assinaturas, compromisso firmado, pelos membros do Conselho Diretor.

Ao analisar os registros da ata da reunião seguinte, ocorrida no dia 7 de julho de 1976, uma semana após o evento de despedida das voluntárias, percebemos que o andamento e continuidade dos trabalhos, especificamente administrativos, já apresentavam impactos, conforme indicado no certame: “a necessidade de uma conversa franca para o cumprimento das reais finalidades, sem divergências ou descontentamentos” (Ata nº 05, 07-07-1976). Outro ponto tratado foi sobre a eleição para a diretoria, que seria modificada nas próximas edições.

Nessa continuidade de funcionamento institucional, um dado que se destacou foi a entrada de uma nova coordenadora geral, Diretora Interna, como descrito no “Livro de Registro de Empregado”, confirmando sua admissão pela Prefeitura Municipal de Goiandira, em 8 de junho de 1976. Esse fato oficializou o início de um percurso que acarretou um novo formato ao projeto institucional preconizado.

A profissional que esteve à frente do CEPROFA, segundo informações da comunidade e antigos funcionários, chamava-se “Dirce” e, sem confirmação certa, veio por meio de uma ação missionária da Igreja Presbiteriana. Esse fato só ficou esclarecido depois de meses de laboriosa pesquisa em torno da identidade e procedência da funcionária. As informações sobre suas reais condições para assumir o trabalho na condução das atividades da creche seguiam desconhecidas e muitas vezes impregnadas de incertezas. O esquecimento que recaía sobre a passagem da coordenadora Valdícia pela creche talvez seja devido ao desligamento das

voluntárias italianas. Um fato se sobrepõe a outro. Sendo assim, por quais vias as memórias do passado chegam até nós nos impedindo de uma percepção primordial? Evidentemente, percebemos inúmeras versões, e até mesmo silêncios para este fato. Neste ponto, Portelli nos diz que “a memória e o relato oral sempre são uma questão de busca de sentido” (PORTELLI, 2014, p.205) e ainda complementa sobre o propósito de se investigar um acontecimento na observação de suas múltiplas facetas que envolvem variadas formas de recordá-lo. (PORTELLI,2002). Diante disso, segue apontando que:

[...] o marco das memórias possíveis é, ao mesmo tempo, infinito, pois não há um limite para o que as pessoas possam pensar ou recordar e, também, finito, pois há um limite que está fundado sobre um acontecimento muito específico. Desta forma quando falamos dessas memórias individuais, há uma parte disso que se pode tratar como uma ferramenta comparativa e estatística, porque há coisas que são compartilhadas e que se pode relatar, mas há outras coisas que são qualitativas, no sentido em que há o encontro entre um acontecimento, um lugar e uma subjetividade individual, uma história pessoal, individual, um passado e um futuro individuais. (PORTELLI, 2002, p.32)

Por certo, alguns fatos ficam guardados no esquecimento ou mesmo não são completamente absorvidos, de tal forma que não se enraízam nem criam sentidos e significados capazes de trazer à tona os fragmentos de um acontecimento, ou seja, um “fato” que se pudesse lembrar, seja ele marcado por particularidades ou inserido no contexto amplo e compartilhado.

A nova funcionária, contratada para coordenar a instituição era recém-chegada em Goiandira, identificou-se como “Dirce Naves” e assinou dessa forma os registros das primeiras atas das reuniões em que esteve presente, no entanto, na última ata registrada no dia 25 de outubro de 1976, utilizou e assinou seu nome oficial, Valdícia Maria Naves. No mês seguinte deixou a cidade para tratar de interesses particulares, sendo repentina a sua passagem pela instituição. Sua função e nome também não aparecem nos Livros de Pontos do CEPROFA. Todavia, a construção desse fato nos levou a refletir sobre as tramas de uma memória. “Como, no exercício do rememorar, pode o eu localizar tais implicações em ocorrências definidas?” (VESENTINI, 1997, p. 26). Ainda, de acordo com as reflexões do autor, ele nos aponta a preocupação com a interpretação e o encontro de um ponto comum das memórias forjadas na própria elaboração.

Sua projeção amplia-se incrivelmente e a recordação liga-se a todo um novo conjunto de relações que só posteriormente teria existido. Pela obra da transubstanciação uma enorme gama de significações pode ser alocada aos episódios de um dia, de um mês, convertidos em fato histórico.

(VESENTINI, 1997, p. 26).

Dessa forma, o que se pode inferir acerca da memória e seu processo de recepção e de interpretação culmina em um movimento de continuidade de (re) lembranças. Cada indivíduo dá sentido à sua maneira, de acordo com suas implicações e envolvimento dentro da periodização histórica.

O que foi possível averiguar sobre a passagem da primeira coordenadora a assumir a gestão da creche após a saída das mentoras se deve aos relatos dos funcionários que buscaram em suas reminiscências a tentativa de encontrar pistas e fragmentos para compor a trajetória de “Dirce”. Sendo assim, o que se deduz é que a funcionária veio a convite do Sr. Gerson Tavares, que na ocasião ocupava a função de Coordenador (Diretoria) da creche e enquanto membro participante ativo da Igreja Presbiteriana em Goiandira convidou a funcionária que atuava como missionária dessa mesma igreja em outras localidades e possuía experiência em atividades pertinentes ao acolhimento, à instrução e ao trabalho promocional. Desse modo, o Sr. Gerson e sua família acolheram a nova funcionária da instituição como hóspede em sua residência durante os meses em que esteve à frente da creche.

Percebemos que a função de dirigir e acompanhar as atividades de uma equipe que se constituiu e se moldou, ao longo de três anos, com um embrião distinto e dentro de padrões antes delineados pelas fundadoras, agora, encontraria certa resistência e estranheza frente aos novos métodos articuladores designados por uma pessoa alheia ao trabalho depositado em uma instituição que se alicerçou com a contribuição da comunidade local desde o princípio. Por ocasião das trocas de ideias em que a equipe buscava a construção de um relacionamento ordeiro e produtivo, houve a sugestão de elaboração de um Regimento Interno, o que transparece, com esse evento, um desligamento e embate dentro dos propósitos pelos quais a creche se fundou. Informações revelaram algumas objeções e descontentamentos diante da conjuntura em que houve remanejamento de funcionários e a instalação de uma nova diretora.

3.3 O período final de funcionamento do CEPROFA: novas mudanças

Nas sequências de reuniões lavradas em ata fica transparente a necessidade de tomadas de decisão, visto que, logo após a assembleia do dia 7 de julho de 1976, seguiram-se outras duas, dentro do mesmo ano, uma no dia 25 de outubro e outra no dia 25 de novembro, ocasiões em que foram resolvidos assuntos como regularização de INPS, aviso prévio de funcionária, instalação de alambrados, novos ocupantes da casa do zelador, e também foi

tratada a substituição da diretora interna, Valdícia, já que se afastaria temporariamente da cidade. Esse fato justifica os momentos incertos e os embates citados pelos funcionários daquele tempo. Porém, novas pautas em reuniões consecutivas traziam novas informações, antes não tratadas, como prestação de contas e designação de algumas verbas em prol do CEPROFA, incluindo o registro de uma doação feita por um benfeitor. Dentre esses assuntos fortemente permeados por uma questão financeira, foi discutido também sobre a necessidade da instalação de um escritório com máquinas, papéis timbrados e a contratação de um contador, que contribuiria com a contabilidade da instituição.

Assuntos antes prioritários, como a eleição para o Conselho Diretor, não estiveram em discussão e não fizeram parte das pautas de cinco reuniões seguidas que se sucederam, uma a cada mês, de novembro de 1976 até março de 1977. Desde então, não aconteceram reuniões registradas em Ata, houve uma vacância, causando uma dispersão percebida no momento em que foi agendada uma reunião para a eleição da Diretoria que aconteceria no dia 25 de julho de 1978, porém, devido ao baixo número de pessoas presentes no evento foi estabelecida outra data. Essa observação foi registrada informalmente ao final da página da última ata, salientando também o total de 17 presentes. Embora fosse uma quantidade considerável, optaram por adiar a reunião.

Mais uma vez, notamos uma cautela na apresentação das contas dos dois últimos exercícios, só após esse momento houve a eleição do Conselho para o ano de 1978/1979. Nas atas consultadas conseguimos visualizar sutilezas quanto ao modo de indicação de membros ao conselho da diretoria. Tais evidências seriam confirmadas por depoimentos orais a respeito da forma de escolha dos membros para a composição desse Conselho, a eleição e a posse, bem como as alterações nas demandas priorizadas, acima de tudo, as mudanças significativas no quadro de monitores, merendeiras e outras funções educativas da instituição. Isso reflete o processo de mudança operacionalizado internamente com o comando de novos agentes, conferindo novos contornos e acolhendo outras ações.

Novas gestões públicas inseridas de forma mais arraigadas a partir dos anos 1980 levaram a transformações no propósito primeiro da instituição: o acolhimento, a solidariedade. Magalhães (2004, p. 58), ao esboçar considerações abrangendo a identidade de uma instituição, declara que “genericamente, historiar uma instituição é compreender e explicar os processos e os ‘compromissos’ sociais como condição instituinte”. Assim, explica que:

A ideia de instituição consagra uma combinatória de finalidades, regras e normas, estruturas sociais organizadas, realidade sociológica envolvente e fundadora, relação intra e extra-sistêmica; é, por consequência, uma ideia

mais ampla e mais flexível do que a de sistema. Consagra ainda a ideia de relação/comunicação e de categoria social, como condições instituintes que, no plano educativo, compreendem alteridade, autonomização, participação e implica materialidade, representação, apropriação, normatividade. (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

Isso permite refletir sobre as articulações e ações aplicadas no processo de composição e funcionamento do CEPROFA, especialmente nos últimos tempos em que houve significativa alteração nas suas finalidades. Aos poucos, percebemos alguns rompimentos provenientes de constantes interferências do poder público sobre a instituição. O espaço almejado e criado com afincos, buscando a mobilização e a conscientização de uma comunidade, apoiado pelas mentoras italianas passa por um processo de interferência em que o poder público se instaura e define funções, salários e remoções, dessa forma, passa a administrar a instituição dissipando as frentes colaboradoras, benfeitores, voluntários e religiosos. O CEPROFA vivencia novos projetos e novos parâmetros, cujos objetivos não mais se assemelham aos de um trabalho voltado para a população menos favorecida, contemplando suas necessidades básicas, ações de amparo às famílias carentes e, ainda, um trabalho voltado para o desenvolvimento das instruções escolares. De tal forma que houve significativa transformação nas configurações e finalidades da instituição nos seus últimos anos enquanto trabalho comunitário e ecumênico. O que antes se aplicava a um projeto amplo de ações educativas e sociais, proporcionando dignidade humana por meio da acolhida e da assistência, com o passar dos anos foi modificando gradativamente sua natureza institucional devido à mudança de gestão, às adaptações e ao incremento de novos programas. Condicionado a processos burocráticos e administrativos, geridos por lideranças políticas e gestores desvinculados do formato inicial pelo qual foi instituído, o CEPROFA foi inserido no fomento de órgãos públicos para continuar existindo enquanto instituição, passando por rupturas, adicionando outros vínculos que, inevitavelmente, modificaram a natureza e a atribuição das atividades desenvolvidas naquele espaço.

CONCLUSÃO

Com a expectativa de conhecermos a natureza institucional do Centro Promocional “Nossa Senhora do Rosário de Fátima”, cuja questão delineou o percurso investigativo e o objetivo geral do estudo, qual seja, conhecer como se configurou o CEPROFA em Goiandira-GO (1973 - 1989), nas atribuições e finalidades institucionais, permeamos os desdobramentos que contemplaram a compreensão da organização, a estrutura e as ações que configuraram a instituição, assim como os modos como a inserção na realidade local teria se materializado naquele contexto.

Ao tecermos os nexos conclusivos, indicamos alguns aspectos que nos pareceram expressar com maior vigor as descobertas do estudo: 1. O investimento na localização de documentos, registros, produção de fontes e demais evidências que demonstram a configuração institucional assumida pelo CEPROFA; 2. O comprometimento da pesquisa com a coerência de apropriação e percepção das fontes, dirimindo possíveis equívocos de interpretações; 3. A visualização do pioneirismo da instituição, mobilizadora de agentes com participações distintas no período; e 4. As questões suscitadas no percurso da pesquisa, como por exemplo, a longevidade da existência institucional, permeada por adaptações e reformulações referentes ao formato e as atribuições.

Ao situar o primeiro aspecto, a pesquisa teve o mérito inicial de acionar possíveis fontes e documentos que identificassem a existência do CEPROFA, superando a dificuldade de não localização do acervo institucional. Apenas uma parte foi localizada e acessada, o restante permanece em local ignorado, não conhecido. Pela projeção dessa instituição no plano local, provavelmente a partir deste estudo serão despertados outros, com novas fontes, provenientes de outros agentes e participantes, tais como alunos, mães, e agentes externos que tiveram participação na instituição, como por exemplo, ex-funcionários da estrada de ferro, engenheiros, médicos, comerciantes, empresários, agricultores.

A propósito do segundo aspecto, o comprometimento e a coerência adotados na pesquisa, respaldadas na escolha metodológica e no trato com o objeto propiciamos não apenas a identificação de fontes oficiais e a produção de novas fontes, mas, sobretudo, buscamos conferir visibilidade a uma instituição, tomada como objeto de estudo, resultando em uma dissertação desenvolvida por meio da interpretação de uma pedagoga que, a partir da sintonia original com fragmentos da história institucional, dedicou-se ao conhecimento de sua configuração marcada pela inserção local. Esse foi um desafio caracterizado durante todo o percurso por muita cautela, haja vista os riscos de enveredarmos por narrativas conflitantes e

incongruentes, incorrendo em armadilhas e incoerências no trato e percepção da instituição. Exemplo disso pode ser apontado na confusa identificação das italianas perante a sociedade local. A proximidade de ambas com membros da estrutura eclesial da igreja católica, dentre os quais padres italianos, bispos e outras autoridades religiosas, fez com que a população as denominasse por missionárias religiosas, inclusive sendo adjetivadas como irmãs de caridade. Em que pese o fato de serem católicas, praticantes, com boas relações estabelecidas com prelados e párocos, tal tratamento não fora ao longo do tempo contestado nem negado pelas italianas, de modo que a filiação religiosa e missionária teria se constituído como uma identidade social, sem de fato possuir um vínculo oficial com alguma ordem religiosa ou entidade. Após alguns anos da mudança das italianas de Goiandira, quando passaram a residir em municípios do Triângulo Mineiro, recebendo o apoio institucional da Arquidiocese de Uberaba, ampliaram sua atuação enquanto agentes sociais, assumindo cada vez mais um trabalho efetivo com diversos movimentos sociais¹⁷, tornando-se reconhecidas pela sociedade e por autoridades da região.

É inegável que a dúvida e a curiosidade no sentido de saber as reais motivações para a convergência de interesses extrapolam a finalidade do estudo, porém, há supostos indícios que podemos especular no leque das possibilidades, considerados o contexto da época e o envolvimento de suas ações, com imersão no plano social, em pleno governo militar no Brasil, a formação de origem na Itália, a vinda para o Brasil e a imersão em regiões como o Centro Oeste. O argumento de que o projeto do CEPROFA em Goiandira teria sido um embrião que serviria de modelo para a expansão de outras instituições similares em municípios goianos e mineiros nas décadas posteriores alude a um projeto e um propósito coeso pelo qual lutaram e investiram, mobilizando agentes locais na dinâmica de receber dos “ricos” e doar aos “pobres”. Os confrontos, as divergências e as adesões que promoveram os modos de participação, assim como as resistências a que foram submetidas, merecem uma investigação à parte, talvez acionando novos agentes para produzir novas fontes. Pelo observado nas dobras e entrelinhas, parece permanecer subjacente uma possível participação e representatividade das italianas em organizações internacionais alinhadas a sindicatos de classe, partidos e entidades correlatas. O silêncio em relação a isso pode suscitar indagações outras, inclusive diante das perseguições de que foram alvo em diferentes localidades, ocasionando mudanças de domicílios e os recorrentes auxílios de bispos e párocos.

Entretanto, para uma parcela da comunidade de Goiandira, de forma específica, da

¹⁷ Sobre as experiências sociais no Triângulo Mineiro, onde Amália Pasin também atuava, consultar Ferreira (2006)

fração social mais pobre, o que ficou marcado foi o trabalho inédito de acolhimento, visibilidade e a oportunidade de oferta de instruções educativas para as crianças menores de 6 anos, bem como a interação com seus pares, o envolvimento nas atividades direcionadas à família, possibilitando uma movimentação no sentido de aprimoramento da qualidade de vida.

No terceiro aspecto, a respeito do pioneirismo da instituição, mobilizadora de agentes com participações distintas, a começar pelo teor do seu estatuto de criação, vemos a prescrição de uma instituição cuja dinâmica não se restringira a uma creche. Embora assim identificada, a projeção institucional seria mais abrangente, com amplas possibilidades de aparelhamento e ações envolvendo diferentes participantes, não apenas crianças, mas adolescentes em contraturno escolar, jovens e mães, ou seja, havia uma dimensão para alcance de todo o núcleo familiar em atividades distintas, envolvendo acolhida, atendimentos, cuidados, preparação, socialização e aprendizados diversos. O arrojado projeto arquitetônico idealizado na construção da sede própria expressa o caráter visionário das italianas e da instituição preconizada.

Chama a atenção a particularidade da mobilização de agentes em diferentes momentos. Destacamos a participação de voluntárias recrutadas em cursos de magistérios, que se dedicavam às atividades sob a forma de estágios, com algum subsídio, e a mobilização voluntária de senhoras da sociedade católica, leigas. Na busca de doações diversas, as italianas tomavam como prováveis doadores qualquer pessoa, sem distinção, independente da filiação de credo, política partidária ou entidade. A interação com os assistidos também seguia semelhante princípio, todos eram acolhidos e atendidos na instituição sem distinção, nem prioridade. Obviamente que parte dos enfrentamentos de ambas diante de resistências locais pode ter derivado dos interesses em disputas, especialmente em relação ao alinhamento religioso, político, dentre outros. Variadas seriam as desconfianças e as especulações quanto às ações e propósitos das estrangeiras em solo brasileiro. Essas disposições, além de Goiandira, também as acompanharam em outras localidades onde residiram e edificaram novas instituições.

Outro ponto em evidência diz respeito ao tempo de permanência de funcionários contratados a serviço da instituição. Os vínculos, as atribuições e funções desempenhadas na instituição tinham durabilidade, conforme indicado na amostragem de registros obtidos nos livros de pontos. Tal coesão e permanência são indicadores de identificação da equipe na participação do projeto institucional. Pode ser um traço da solidez adquirida perante a realidade local, contribuindo, inclusive, enquanto experiência e amadurecimento profissional de muitos servidores que atuaram naquele espaço. Daí saíram várias professoras,

coordenadoras, diretoras que se projetaram em outras instituições no desempenho do ofício.

O quarto e último aspecto sobre as questões suscitadas no percurso da pesquisa, como por exemplo, a longevidade da existência institucional, permeada por adaptações e reformulações referentes ao formato e às novas atribuições, expressa os possíveis contrastes que teriam envolvido essa instituição, na medida em que, a partir de uma iniciativa pioneira no formato e na mobilização de agentes, foram levantados os recursos iniciais para alavancar o projeto e a construção da sede própria, haja vista que o desdobramento e a consolidação institucional teriam envolvido a participação de entidades públicas e privadas para o provimento financeiro e estrutural. Isso incluiria a contratação de quadros, assim como a indicação de gestores, evidenciando a influência do poder local sobre o direcionamento da instituição, conduzida por leigos, configurada no formato misto de interesse público. A maior participação do poder público municipal foi responsável pelas reformulações e adequações a novas demandas, pela implementação de projetos e programas que resultaram na viragem institucional que encerrou a fase denominada CEPROFA em 1989, sendo transformada em uma nova instituição que entrou em operação no ano seguinte, sob a gestão municipal. Essas dinâmicas revelam os processos pelos quais a instituição se consolida, adapta-se e atualiza as atribuições e finalidades, de forma coerente com as demandas de cada época.

REFERÊNCIAS

ALVES, Edmar César. **Batalhão Mauá, Uma História de Grandes Feitos**. 3. ed. Goiânia: Kelps, 2018.

_____. **Estrada de Ferro de Goyaz, As Fitas de Aço da Integração**. 1. Ed. Araguari, MG: 2020

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2009.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Trad. Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ANDRADE, Francisco Ferreira de. **Corografia do Município de Goiandira**. Araguari: Olisan, 1950.

ARAÚJO, Vivaldo Jorge de. **História da Terra Branca e outras coisas mais**. Goiânia: Kelps, 2000.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **Instituições Escolares: por que e como pesquisar**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2013.

COSTA, Fernando Braga da. **Homens Invisíveis: Relatos de Uma Humilhação Social**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Globo, 2004.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista/SP: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARX, Murilo. **Cidade brasileira terra de quem?** São Paulo: Edusp, 1991.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. Tradução de Ary França e Raul de Andrade Silva. São Paulo: Hucitec, 1984.

PASIN, Amália. **I Giornali Liberal – Moderati Di Vicenza dal 1866 al 1926**. Tesi Di Laurea In Materie Letterarie. Università Degli Studi Di Padova. Relatore: Ch.mo Prof, Letterio Briguglio. 1971/1972.

_____. **Pequena História do Pai Celeste – Relato de Uma Experiência de Voluntariado Internacional** (2004).

_____. **Ano Santo da Misericórdia**, 2. Ed. Uberlândia, MG, 2016.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Proj. História**, São Paulo, (14), p. 35, fev. 1997.

_____. **Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI.** In: FERREIRA, Marieta de Moraes e outros (orgs). **História Oral: desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: Fiocruz/FGV, 2000.

_____. **História e Perspectivas.** Uberlândia (50): 197-226, jan./jun. 2014.

_____. As fronteiras da memória: O massacre das Fossas Ardeatinas. História, mito, rituais e símbolos. **História & Perspectivas**, Uberlândia, MG, nº 25/26, p. 9-26, jul./dez.2001, jan./jul.2002.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 4. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. (Coleção memória da Educação).

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A Teia do Fato: Uma Proposta de Estudo Sobre a Memória Histórica.** São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

Teses, Dissertações e Monografias

ALMEIDA BARROS, Aparecida Maria. **No altar e na sala de aula: vestígios da catequese e educação franciscana no sudeste goiano (1944-1963).** 2010. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Educação, 2010.

AVELAR, Gilmar Alves de. **Nas Franjas do Imperialismo: a inserção do Sudeste Goiano na economia mundo: desenvolvimento e subordinação.** 2011. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, 2011.

BERNARDO, Rodrigo Marques. **Uma nova paixão no ar: memórias da Rádio Educadora de Goiandira.** 2006. 60 f. Monografia em licenciatura em História, Curso de História, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2006.

ELIAS, Robson Cândido. **A educação e o surgimento dos grupos escolares em Goiás: o caso grupo escolar Dr. Pedro Ludovico Teixeira (1934) e a educação formal em Goiandira.** 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás/UFG, 2018.

FERREIRA, Jorgetânia da Silva. **Trabalho em domicílio: cotidiano de trabalhadoras domésticas e donas de casa no Triângulo Mineiro (1950-2005).** 2006. Tese (Doutorado) - PUC- Faculdade de História, São Paulo-SP, 2006.

INÁCIO, Fátima Pacheco de Santana. **O mestre-escola e o processo de publicização da escola em Goiás (1930-1964).** 2005. Dissertação (Mestrado) - UNICAMP- Faculdade de Educação, Campinas-SP, 2005.

INÁCIO, Paulo César. **Sudeste Goiano: seus trabalhadores, seus construtores, suas memórias – nossas histórias.** 2009. 228 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História.

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

SOUZA, Walkíria Vieira do Prado. **A docência em uma escola da ordem franciscana – Goiandira – Goiás (1960/1970):** Narrativas de Professoras. 2017. 199f. Dissertação (Mestrado em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão, Catalão, 2017.

Outras fontes:

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goiandira/panorama>>. Acesso em 02-10-2021.

Livro do Tombo – Volumes I e II – Paróquia Sagrado Coração de Jesus de Goiandira – Goiás (1939 – 2009).

Cópias das Atas do CEPROFA – 1974/1989.

ANEXOS:**ANEXO I – Relatos: Fontes Oraís****1 - Goiandira-GO, 17 de outubro de 2019 - Manhã de primavera ensolarada – na Terra Branca**

Anotações de visita ao Sr. José Teixeira de Araújo, 91 anos.

Nome: José Teixeira de Araújo.

Data de Nascimento: 21-02-1929.

Aposentado pela CELG: 1984.

Viúvo de Vitoriana Martins de Araújo.

Filhos: - Tereza Martins de Araújo.

- José Martins de Araújo.

- Maria Martins de Araújo.

- Antônio Martins de Araújo.

- Esméria Aparecida Araújo santos.

- Juscelino Kubitschek de Araújo.

- Francisco de Assis Araújo.

- Vitoriana Martins de Araújo.

Endereço: Rua José Alves Porto, nº 08, Centro. Goiandira- GO.

Vereador entre 1962 e 1966.

Prefeito em dois mandatos: De 1966 a 1970 e de 1973 a 1977.

A visita ao Sr. José Teixeira de Araújo teve início na manhã desta quinta-feira ensolarada, na casa do titular, que nos aguardava de pé, no alpendre, diante de um jardim colorido. Portãozinho de cerca baixa, onde se via as plantas em primeiro plano. Trajava roupa de festa, digó, calça e camisa de manga longa, bem passadas e devidamente alinhadas ao corpo magro e alto, numa atitude de quem se preparou para receber as visitas. Acolheu-nos com distinção, semblante aberto e cortês. Fomos convidadas a adentrar a sala de assoalho, denunciando que abaixo haveria um porão, provavelmente do século passado.

Ao iniciar a conversa, situou-nos da perda da esposa há cerca de um mês, contou a sua idade, 91 anos, adiantou ter sido prefeito por dois mandatos e vereador de um mandato. Nós

nos apresentamos, enquanto observava o estilo da decoração: móveis antigos, firmes, janelas grandes e arejadas; um aparador com fotografias de diversas gerações no lado esquerdo da porta, no sentido de quem entra. Uma espécie de mesa disposta no canto direito ao fundo da sala, na visão de quem entra, acomoda uma variedade de imagens e fotografias dos santos e Nossas Senhoras da devoção, indicando a vinculação do patriarca à religiosidade cristã, devocionário popular católico. Ao lado desse altar um *banner* emoldurado com uma fotografia e homenagens ao titular, com data 2012, registrado um agradecimento pelos feitos e contribuições à sociedade goiandireNSE.

Passada a recepção, Sr. José Teixeira começa dizendo que o CEPROFA, no início, fora um projeto da Igreja, com apoio do padre Lino que havia trazido as italianas para Goiandira, mas, decorrido um tempo, não conseguiram alavancar a instalação da instituição. Por meio do apoio da Igreja, essas italianas, Amália e Franca, ficaram residindo temporariamente na casa de dona Belarmina. Segundo relatou, estavam em vias de se mudarem, devido ao insucesso do projeto, quando o Sr. José Teixeira, então prefeito de Goiandira, foi a convite em uma inauguração de praça na vizinha Anhanguera, cujo prefeito era o Sr. João Cleide Aguiar. Nesse evento, encontrou o Sr. Wilson Barbosa, à época superintendente da Merenda Escolar em Catalão, que na oportunidade vistoriava uma obra em andamento. O Sr. José Teixeira, interessado em ver as possibilidades de encaminhar o projeto das italianas, indagou ao Sr. Wilson Barbosa a respeito dos trâmites necessários para a viabilização de uma obra em Goiandira, recebendo aceno positivo, retornou ao município, encaminhou o projeto à Câmara Municipal, que o aprovou e teve as condições de empenho para que a construção do prédio do CEPROFA entrasse em operação, tendo garantida a mão de obra, por meio desse convênio, firmado junto à Superintendência da Merenda Escolar, representada pelo sr. Wilson Barbosa Lima e sua esposa dona Maria Barbosa. Relata o ex-prefeito que mediante esse autorizo, a ação seguinte foi a doação do terreno feita pelo Sr. Agostinho Ferreira à diocese de Ipameri. Arremata que tais empenhos ocorreram como que por acaso, com a descoberta de que a Superintendência de Merenda dispunha de verba para pagar a mão de obra de construção para esse fim, os empenhos da prefeitura foram no sentido de oficializar os trâmites via Câmara Municipal e viabilizar o convênio de mão de obra junto àquela Superintendência. A compra da casa para abrigar as italianas fora iniciativa pessoal do então prefeito. A partir disso, as doações em materiais e o trabalho voluntário de pessoas da comunidade alavancaram a construção do prédio da instituição. Nessa empreitada, destacou-se o empenho das italianas que, mediante as doações em espécie, gerenciaram diversas frentes de serviços, incluindo a fabricação de tijolos com o barro adquirido na forma de doação.

Desta feita, a começar pelo empenho das ações iniciais, a Prefeitura de Goiandira teve uma participação na oficialização dos processos e trâmites, assim como na contratação de parte dos funcionários que recebiam da municipalidade para ficarem à disposição dos serviços prestados junto ao CEPROFA, sob a condução das italianas.

Recorda o ex-prefeito que tão logo fora definida a construção da obra, ele, em pessoa, adquiriu com recursos próprios uma casinha nas imediações do local, no Patrimônio, cuja área pertencia à diocese, pagando pela edificação (da casa) onde foram instaladas as italianas. Ou seja, a área do Patrimônio pertencia à diocese, porém as construções autorizadas na região eram negociadas, conforme o interesse das partes. Algumas eram escrituradas para os donos definitivos, outras liberadas para uso temporário. No caso da casa negociada pelo sr. José Teixeira com o antigo dono, essa foi destinada à residência das italianas, motivo pelo qual o prefeito a adquiriu e repassou a elas para fins de moradia.

Menciona que no funcionamento do CEPROFA, após a partida das italianas, foi indicada uma diretora responsável pela instituição. Também enfatiza que durante esse período de funcionamento teve a participação mista de funcionários cedidos pela prefeitura, voluntários e membros da igreja no provimento dos serviços e atividades internas, que alguns comerciantes locais e fazendeiros ajudavam com doação de alimentos e materiais e que a Prefeitura fornecia o lanche por meio de convênio com a merenda escolar.

Ao final da visita, o anfitrião ofereceu café e lembrou que a produção de manga no quintal já está em fase de consumo. Pedimos o autorizo para tirar uma fotografia para marcar a nossa visita. Agradecemos o café e aceitamos as mangas, cuja coleta foi acompanhada por uma filha do Sr. José Teixeira de Araújo. Encerramos o expediente nos despedindo deles com os devidos agradecimentos.

Anotações de visita à professora Agostinha Tristão – em 17 de outubro de 2019.

Nome: Agostinha Aparecida Tristão.

Data de Nascimento: 19/01/1954

Estado Civil: casada

Cônjuge: Leny Batista Tristão.

Filhas: - Kelcileny Augusta Tristão.

- Laura Leny Tristão.

- Jaciara Leny Tristão.

Aposentada em: 2010.

Na tarde do dia 17 de outubro, adentramos a casa da professora Agostinha, que nos aguardava sorridente e receptiva. Logo na chegada fomos surpreendidas com o portão aberto, a porta lateral também aberta, num prenúncio de que poderíamos entrar, fomos recebidas na varanda interna da casa, onde realizamos a conversa sobre o CEPROFA.

Logo no início da conversa, Agostinha nos conta que foi bolsista no Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus, em Catalão, por cinco anos, em regime de internato. Lá cursou um ano de admissão e depois as quatro séries do secundário (ginásio). Concluído o curso, retornou para a casa dos pais em Nova Aurora e só depois veio para Goiandira cursar o Magistério, imediatamente na mudança da Lei, que o definiu como Curso Técnico em Magistério. Foi nesse período que atuou no CEPROFA, no início das atividades da instituição, em duas salas emprestadas da escola Amélia de Castro Lima, onde as italianas abrigaram duas turmas de crianças. Nesse tempo, o trabalho com essas crianças era conduzido sempre por duas responsáveis. Agostinha recorda que ela e outra colega assumiram uma turma das crianças menores – 2 a 3 anos, em menor número, enquanto outras duas colegas cuidavam da turma de crianças de faixa etária de 4 e 5 anos, em maior quantidade. Nessa fase inicial, enquanto funcionou nos espaços temporários, antes de transferir para a sede própria, ainda não recebiam crianças recém-nascidas.

Mencionou que parte dos recursos que pagavam o trabalho das contratadas provinha da LBA – recurso federal, que eram repassados ao Estado e ao Município por meio de convênios. Porém, havia outras fontes que fomentavam recursos para as obras, equipamentos e construção, sendo as doações as que mais predominaram.

Destacou a proatividade das italianas, chamadas pela população de irmãs, devido à vinculação e o suporte da igreja católica na condução dos trabalhos por elas empenhados. Trabalhavam muito e eram rápidas, as duas, Franca e Amália se dividiam em várias frentes para empenhar o que a creche precisava, desde a mobilização de doadores e de voluntários a visitas diárias ao Patrimônio, onde se localizavam as mães das crianças. Realizavam inserções com acompanhamento, orientação de cuidados, dentre outras ações. Tanto na cidade, quanto na zona rural, as italianas circulavam em busca de apoio, doações diversas para a edificação da creche e a manutenção das atividades diárias.

Da equipe interna, todos se mobilizavam na execução de diversas tarefas – todos faziam de tudo – os jovens da cidade eram incentivados a participarem das ações por meio do Treinamento de Liderança Cristã – TLC no qual eram exortados a praticarem atividades de

intervenção e melhorias na comunidade. As italianas recorreram a essas práticas e contaram com a colaboração da juventude local nas obras e ações voluntárias em benefício da creche.

Desta feita, mesmo com uma equipe que recebia um valor simbólico pelo trabalho regular na creche, havia também expressiva colaboração de voluntários e colaboradores de diversas origens, comerciantes, agricultores, pessoas da igreja vinculadas ao apostolado, parte da Prefeitura, os jovens, as mães de alunos, cuja pobreza era tamanha que ao levarem os filhos para a instituição ofereciam o trabalho em alguma tarefa em troca de comida. Assim, a creche recebia as crianças e também as mães que passaram a frequentá-la regularmente para fins diversos, ora atuando em alguma tarefa voluntária, ora recebendo instruções e a alimentação.

Durante o período em que as italianas estiveram diretamente à frente da instituição, havia a prática de produzir uma sopa, onde se colocavam diversos ingredientes objeto das doações, tendo em vista o estado de desnutrição de crianças e mães. Era uma alternativa para acolher todo o tipo de gêneros doados, aproveitando-os em prol de alimentação nutritiva. As crianças, as mães e os funcionários, todos se alimentavam da mesma sopa. Além da sopa, havia também a confecção de lanches e merendas, conforme a época e o que se conseguia em doações.

O trabalho era realizado por voluntários, pelas monitoras contratadas, por cozinheiras emprestadas da Prefeitura, além da ajuda das mães e pessoas da comunidade, incluindo a juventude católica.

A respeito das condições das crianças recebidas, a maioria era oriunda da zona de prostíbulos localizada no Patrimônio, onde as mães ou residiam no próprio espaço, deixando as crianças vulneráveis na rua e na vizinhança, ou moravam nas imediações. Havia casos em que as mães contratavam uma cuidadora para zelar e cuidar das crianças em casa, enquanto exerciam o ofício.

Em casos mais graves de doenças e subnutrição, especialmente de filhos e filhas de prostitutas, as italianas retiravam a criança do convívio com a mãe e transferiam para alguma família que se dispunha a cuidar temporariamente. Segundo consta, nessas circunstâncias, a acolhida da criança incluía a mãe, que mantinha a convivência e a frequência na instituição e na casa da família, em busca de alimentação e amparo. Nesse ponto, a instalação da creche representou um diferencial enquanto ponto de apoio para as mães em situação de vulnerabilidade. Também havia crianças na creche provenientes de mães desempregadas, outras empregadas em casa de família, cujo traço marcante seria a pobreza e a miserabilidade, o estado de desnutrição e subnutrição das crianças e das mães.

Relata a professora que a sua participação nas atividades da creche coincide com o

tempo em que cursou o Magistério na cidade, pagava um quarto de pensão em casa de família, estudava à noite e durante o dia trabalhava na CEPROFA. Contou que o valor recebido era o suficiente para pagar o quarto que alugava à época.

Lembra que dentre as atividades realizadas com as crianças estavam incluídas: banho, limpeza e higiene corporal, medicação, cuidados, enfim. Com a turma que hoje consideramos Jardim, eram oferecidas tarefinhas de coordenação motora, habilidades visuais, expressão musical, desenho, pintura, etc. Com as crianças em fase de 6 anos, as atividades já eram preparatórias para uma pré-alfabetização. As crianças saíam da creche para a escola regular preparadas para a alfabetização, houve alguns casos, de crianças que reconheciam letras e liam.

Dentre as ações das italianas no intuito de levantar doações diversas para a obra e a manutenção da creche, elas faziam as visitas, pediam as doações, depois, em outro momento, ao longo da semana, os voluntários e funcionários, assim como os jovens colaboradores, passavam recolhendo o que era objeto doado. Desde material de construção, barro, madeira, além de gêneros alimentícios diversos, tudo era objeto de doação. A atuação das italianas nesse provimento era incansável e permanente.

A permanência nas duas salas emprestadas da Escola Amélia de Castro durou até a conclusão do primeiro pavilhão da CEPROFA, quando as atividades foram transferidas para a sede própria, ainda em construção das demais alas. Não havia berços, nem colchonetes, utilizavam esteiras para abrigar as crianças no momento de descanso e repouso.

De doadores de outros países, o que mais chegavam eram roupas e tecidos de diversos tipos, provenientes do empenho das italianas.

Conta a professora uma prática recorrente à época: no final da tarde e início da noite, período correspondente após o jantar nas casas mais abastadas, garotos e garotas do Patrimônio circulavam na cidade recolhendo as sobras de comida, em recipientes no formato de “galões de tintas”, onde eram depositadas as sobras de jantar. De volta para casa no Patrimônio, era o que dispunham para a refeição da família. Inclusive alguns doadores já deixavam a sobra do jantar organizada para entregar aos meninos e meninas.

Evidencia a professora Agostinha que a creche em Goiandira operou uma mudança social, especialmente no modo de vida das mães e das crianças atendidas, principalmente com relação aos cuidados, higiene, saúde e alimentação. Sem contar o preparo daquelas que ficavam até os 6 anos e se transferiam para a escola regular, e saíam de lá preparadas para a alfabetização.

Após um saboroso café, encerramos nossa visita à professora, momento em que ela

nos informou sobre um tratamento que está em andamento, tendo realizado uma cirurgia de aneurisma há dois meses, e na próxima semana seguirá para Goiânia a fim de providenciar os exames complementares para fazer a cirurgia de um segundo aneurisma, todos no crânio.

Anotações de visita à dona Sebastiana -17 de outubro de 2019-Goiandira-GO

Nome: Sebastiana Rodrigues da Silva.

Pai: José Rodrigues de Oliveira

Mãe: Joana Maria de Jesus.

Profissão: Serviços gerais.

Endereço: Rua José Gonçalves Pacheco, nº 10, Bairro Centro. Goiandira-GO.

Data de Nascimento: 10/05/1937

Nome dos filhos: - Maria de Fátima da Silva.

-Maria Rosália da Silva.

- Geso Borges da Silva.

- Antônio Borges da Silva.

Há cerca de um ano, quando estávamos esboçando o objeto de pesquisa, estivemos na casa de dona Sebastiana para uma conversa informal, para que pudéssemos nos inteirar de fatos que permearam a formação e a implantação do CEPROFA. Embora dona Sebastiana estivesse debilitada por ter se submetido a uma cirurgia na perna, foi muito gentil ao nos receber, juntamente com sua filha, Neuzi. Foi uma proveitosa e agradável conversa sobre a fundação do CEPROFA.

Naquela ocasião, do que dona Sebastiana e a sua filha Neuzi relataram, temos em destaque informações como: a chegada das missionárias italianas para a implantação de uma creche com o objetivo de acolher as crianças daquele bairro, onde vivia um grande número de famílias carentes que moravam em casinhas pequenas e humildes, espalhadas por entre trieiros envoltos de capim, visto que naquela época o bairro ainda não contava com infraestrutura adequada. As crianças perambulavam pelas redondezas, enquanto pais e mães estavam envolvidos no trabalho. Houve a possibilidade, logo que as missionárias aqui chegaram, de atender à cidade vizinha de Cumari, mas decidiram ficar em Goiandira, no entanto, não concordaram com a sugestão de construir a creche nas proximidades do Colégio Dom Emanuel, pois fizeram um levantamento por meio de algumas visitas e constataram que ali,

no bairro Patrimônio, seria o melhor local para que pudessem alcançar e acolher o maior número de crianças e famílias que necessitavam não só de suplementos alimentícios ou materiais, mas de assistência social e instruções em prol do fortalecimento humano e de perspectivas de melhores condições e qualidade de vida.

Agora, ao retornar para mais uma visita em busca de maiores detalhes, surpreendemo-nos ao ver um semblante bem mais alegre, suave e cheio de vitalidade, apesar do seu corpo já franzino e encolhido pelas marcas do tempo. Recebeu-nos, a mim e à minha orientadora, Aparecida Almeida, de forma muito acolhedora. Casa pequena e simples, porém, com uma enorme demonstração de alegria por estarmos lá para essa visita.

Uma acolhida de coração, na satisfação de serem lembradas e consideradas sobre o tema CEPROFA que nos pareceu ser de extrema importância para aquela família, a começar pela relação de vizinhança que tiveram com as italianas, com Patrimônio desde antes da CEPROFA e, sobretudo, a instituição que foi idealizada, projetada, construída e posta em funcionamento nos primeiros tempos, atravessando diferentes fases. A alegre acolhida nos causou excelente impressão, visto que o assunto em pauta é significativo e importante para a dona Sebastiana e seus filhos. A cada momento da nossa conversa, as reações, os semblantes de ambas diante das lembranças e memórias nos deram a confiança de quanto esses sujeitos se sentiram valorizados ao serem indagados sobre a creche e a participação que tiveram junto às italianas e à instituição. Dona Sebastiana, mesmo na fragilidade da idade e da saúde, manifestou imensa consideração pelas antigas vizinhas e amigas italianas, fazendo referência a episódios vivenciados por ela, seus filhos e vizinhos. Uma *lady*, de fala pausada, recuperando detalhes da memória, enquanto sorria, reluzindo coroas de restauração dourada na boca. Na parede, entre tantas fotografias, ela indicava o que conserva com carinho das amigas e da última visita de Amália, quando esteve em Goiandira, por ocasião de uma homenagem. Um misto de entusiasmo, gratidão, reconhecimento e saudosismo mesclava o seu semblante, ativava suas memórias e a emoção das lembranças afluía de modo peculiar, sorria, fazia gracejos, brincava; imitava gestos e linguagens das italianas, relatava fatos e eventos, como se o passado tivesse a capacidade de trazer de volta os doces anos da jovem mãe, arrimo de família, moradora do Patrimônio, amiga de Franca e Amália, mãe de quatro filhos; alma iluminada pelas recordações, cuja grandeza ficou explícita nos relatos. Tivemos a percepção de que dona Sebastiana e seus filhos poderiam ser protagonistas de um estudo, tamanha a riqueza de experiências, vivências e superações daquela bela e mestiça família.

De início, fizemos observações sobre a recuperação de sua cirurgia e o quanto estava revigorada após um ano de nossa visita. Percebemos de imediato que estava mais falante e

alegre. Começou nos dizendo de sua luta para criar os filhos, sozinha, já que o marido a abandonou, em uma casa ainda menor e que trabalhava como lavadeira para os trabalhadores do Batalhão e da ferrovia.

Contou-nos que desde o início estabeleceram uma amizade especial com as missionárias leigas, Amália e Franca, recém-chegadas da Itália e que vieram para a região com o propósito de desempenhar um serviço social juntamente com a Igreja Católica. De início pensaram em realizar o projeto em Cumari, cidade vizinha, mas observando a realidade de algumas famílias em Goiandira, em especial no bairro Patrimônio, perceberam a grande necessidade de apoio e acolhida às crianças desse lugar. Embora tivessem sofrido certa resistência vinda de alguns moradores da cidade.

O espaço foi doado pelos proprietários da fazenda que confrontava com as imediações, Sr. Augusto Ferreira Pires e sua esposa, dona Neli Teixeira Pires. Era um grande terreno que se estendia até um brejo, próximo à construção da nova Estação Ferroviária, o que facilitou a valorosa ajuda do Batalhão a pedido do Capitão Hélio da Costa, que além de plainar e preparar o terreno para a construção da sede própria do CEPROFA, também contribuiu com atendimento médico gratuito, alimentação e outros subsídios que pudessem minimizar as necessidades não só das crianças da instituição, mas da comunidade de forma geral, incluindo a oferta de emprego para domésticas e babás. Curioso lembrar que, segundo dona Sebastiana, mesmo conhecendo a realidade da maioria daquelas crianças, os funcionários do Batalhão bem como os ferroviários também deixavam seus filhos sob os cuidados das missionárias Amália e Franca no CEPROFA.

Salientou-nos sobre uma olaria montada para fins da construção do Centro Promocional, próxima à futura sede da instituição, cujo terreno e o barro também foram cedidos pelo Sr. Augusto Ferreira. Lá trabalharam dois funcionários, Sr. Sebastião e Sr. Manoel, na fabricação dos tijolos com o auxílio de alguns voluntários adolescentes e jovens, incluindo os filhos de dona Sebastiana que, segundo ela, após a aula, dirigiam-se para a olaria juntamente com as missionárias, Amália e Franca, para a fabricação de tijolos.

Não mediam esforços, tanto as italianas, quanto os meninos de dona Sebastiana e os outros garotos que apareciam por ali, depois da aula, para doarem um pouco do seu trabalho, ao mesmo tempo em que se divertiam passando o tempo junto às missionárias que por vezes os distraíam com o novo idioma, novos comportamentos e costumes que, de certa forma, instigavam a curiosidade da meninada. Como um fato que ocorreu em uma dessas idas e vindas da olaria. Dona Franca e Ziquinho, o companheiro inseparável das italianas, encontraram um pequeno arbusto de folhas arredondadas, carregado de cachos com pequenas

frutinhas de cor preta, comum na região e ao paladar dos meninos que a chamavam de cafezinho. Dona Franca, curiosa e ávida por experimentar tais frutinhas, deliciou-se e saboreou vários cachinhos da guloseima, porém, não se sentiu bem, adquirindo uma infecção intestinal. Contando essa travessura hoje, dona Sebastiana sorri da proeza dos dois, é como se voltasse ao passado para reviver momentos de alegria e satisfação, frutos da intensa amizade e convivência com as missionárias italianas.

Aguçando novamente a memória, dona Sebastiana lembra que para a construção predial, o Sr. Wilson Barbosa, de Catalão, enviou três pedreiros a pedido do então prefeito José Teixeira de Araújo e ainda assim contaram com a ajuda de alguns voluntários para que pudessem agilizar a construção. Dessa forma, logo que a sede já se encontrava em condições de abrigar as crianças, providenciaram de imediato o deslocamento de duas turmas que já funcionavam em salas emprestadas do Grupo Escolar Professora Amélia de Castro Lima. Eram crianças acima de dois anos, pois não havia ainda condições para receber recém-nascidos. Porém, logo após a organização do espaço, foi possível montar o Berçário.

Dona Sebastiana enfatizou o fato de que as italianas enfrentavam o trabalho com muito esforço, corriam atrás de suplementos alimentícios e outros materiais para uso e atendimento às crianças e à comunidade. Não se cansavam de buscar recursos para o Centro Promocional. Inclusive, em certa ocasião, receberam alguns proventos vindos da Itália e conseguiram comprar um pequeno veículo para que pudessem sair pelas fazendas em busca de doativos para o CEPROFA. Tudo era bem-vindo: mandioca, cacho de banana, laranja, carne de porco. Chegavam com o carro abarrotado. Não faltavam frutas e nem o leite que era doado pela dona Neli, esposa do Sr. Augusto Ferreira.

Era muito comum servir sopa, tanto para os alunos quanto para as mães, funcionários e voluntários. Muitas mães se dirigiam ao CEPROFA para se alimentar, e, em contrapartida, ajudavam a lavar vasilhas ou auxiliavam em qualquer outra atividade, como dar banho nas crianças. Por vezes, participavam de reuniões nas quais recebiam instruções para a alimentação, higiene e trato com as crianças. Dona Sebastiana ainda nos relatou que ela mesma, assim como os outros funcionários, também ajudava no que fosse preciso. Contavam inclusive com a ajuda das crianças mais velhas que já conseguiam secar vasilhas e arrumar as camas. Eram poucos funcionários e muitas crianças.

Além das atividades dentro do CEPROFA, as missionárias italianas também faziam visitas às casas para evangelizar e rezar o terço, muitas vezes com a ajuda do Padre Lino. Instruíam sobre higiene, limpeza de quintal, bem como auxiliavam em tratamento de saúde, utilizando medicamentos vindos da Itália, como vitaminas e remédios para desnutrição.

Devido a esses feitos, a comunidade passou por grandes transformações após a implantação do CEPROFA. Dessa forma, podemos dizer que o Bairro Nossa Senhora de Fátima, hoje pertencente ao Centro da cidade, constituiu-se com a ajuda das missionárias, do Padre Lino e das famílias aqui residentes.

Alguns episódios relatados por dona Sebastiana a respeito do encontro de culturas entre os brasileiros do Patrimônio e as italianas:

- O caso dos cafezinhos;
- A fabricação dos tijolos;
- A participação do Batalhão em algumas ações;
- A relação do menino Ziquinho que se tornou uma espécie de mascote das italianas em diversos assuntos. Para onde iam, eram acompanhadas pelo menino.

Encerramos a visita ao entardecer, despedimo-nos de dona Sebastiana que ficou acenando sorridente, enquanto a filha Neuzi nos acompanhava até o portão.

Anotações de visita – Neuzi – Maria de Fátima – em 17 de outubro de 2019.

Nome: Maria de Fátima da Silva Santos (Neuzi).

Data de Nascimento: 02/10/1962.

Profissão: Monitora da rede escolar (Professora).

Filiação: Pai – José Rodrigues de Oliveira da Silva.

Mãe - Sebastiana Rodrigues da Silva.

Cônjuge: Edmar Alves dos Santos.

Filha: Cleisiane dos Santos.

Endereço: Rua José Gonçalves Pacheco, s/n, Bairro – Centro. Goiandira –GO.

Neuzi, como é conhecida por todos, tem o nome de Maria de Fátima da Silva Santos. Filha de dona Sebastiana que, além de vizinha das italianas, trabalhou no CEPROFA desde os primeiros tempos como merendeira, faxineira e auxiliar geral; os filhos cresceram e foram criados no convívio com as duas voluntárias, cuja casa ficava a alguns passos da residência da família. De origem em Três Ranchos, localidade à margem do Rio Paranaíba, onde também havia estrada de ferro, a vinda dessa família para Goiandira, antes da chegada das italianas, deu-se em virtude de o pai trabalhar como turmeiro na estrada de ferro, assim fixaram residência no Patrimônio pela proximidade com as obras, serviços e

manutenção da linha férrea. Naquela época, o local, área pertencente à Diocese de Ipameri, constituía-se em um aglomerado de casinhas precárias, com nenhuma infraestrutura de urbanização, tendo ao fundo um pântano de nascentes e alagados que divisava com a linha de ferro. Tal condição possibilitou que dona Sebastiana oferecesse o serviço de lavadeira de roupas aos trabalhadores, obtendo uma remuneração regular para isso. Quando o marido a deixou com quatro filhos para educar e criar, permaneceu no mesmo endereço, mantendo o serviço de lavadeira para trabalhadores da estrada de Ferro.

Ao chegarem as italianas no Patrimônio, dona Sebastiana, na condição de vizinha, não apenas as acolheu, como também se prontificou a trabalhar como auxiliar de serviços na creche, ainda em instalações temporárias. Segundo explica Neuzi, ela, com sete anos, já garantia uns trocados trabalhando como babá em casas de família; e aos oito anos, devido ao estado de saúde de sua mãe, assumiu a tarefa de limpeza na creche, enquanto as italianas ministravam remédios e vitaminas para dona Sebastiana superar as fraquezas. Depois de recuperada, a mãe assumiu o trabalho e Neuzi passou a trabalhar de babá em casas de integrantes do Batalhão.

Neuzi recorda que sua mãe, dona Sebastiana, e a Sra. Rosa Lúcia, à época, eram contratadas pelo convênio com a LBA. Logo nas primeiras turmas, nas salas da Escola Amélia de Castro, as crianças foram organizadas, inicialmente, em um grupo de 15 crianças e berçário, depois, motivadas pelas visitas das italianas de casa em casa, acompanhando as necessidades e as condições de cada mãe com seus filhos, ampliaram para mais de 100 crianças atendidas. Realça que a meninada era em quantidade, impressionava a situação e as condições, tanto dos filhos quanto das mães.

Com a instalação do Batalhão ferroviário em Goiandira, algumas mudanças se fizeram notar, logo nos primeiros tempos havia um espírito de colaboração dos integrantes do Batalhão em algumas frentes, tais como: distribuía comida às famílias do Patrimônio; auxiliavam com doação de materiais e com a mão de obra voluntária em serviços de construção, manutenção e infraestrutura; nas casas das famílias do Batalhão abriram-se oportunidades de trabalho na função de babá e doméstica para as mulheres e jovens do Patrimônio.

A creche passou a acolher e cuidar das crianças, desde o berçário até os 6 anos. Para cada etapa havia atividades de zelo, higiene, limpeza, saúde, alimentação; na fase correspondente ao Jardim, realizavam-se atividades direcionadas ao desenvolvimento de habilidades motoras, artes, desenho, expressão, música, etc. Aos 6 anos havia uma preparação já para a criança se alfabetizar para quando saísse da creche e fosse para a escola regular, estar

preparada, algumas crianças inclusive já liam e reconheciam números, operações, palavras. Trajavam uniforme e o espaço da creche foi sendo ampliado, de modo a assegurar uma acolhida digna e uma permanência confortável.

Um dado interessante mencionado por Neuzi é que várias mães residentes no Batalhão, esposas dos ferroviários, colocavam suas crianças no CEPROFA, junto com as demais atendidas. Isso foi recorrente ao longo do tempo que residiram em Goiandira.

Os integrantes do Batalhão participavam em diversas frentes de trabalho voluntário para a creche. As italianas construíram novas relações com as mulheres do Patrimônio, visitavam as casas, mantinham uma rotina de orações diárias, acompanhadas pela vizinhança. Isso modificou o modo como o local era rotulado e visto, pois no passado naquela região predominavam práticas e eventos espíritas e de religiões de matriz africana, nem sempre compreendidas pela sociedade.

Os tipos de trabalhos voluntários executados eram: mão de obra na construção da creche, na fabricação dos tijolos com barro, recolher material doado pelo comércio e pelos fazendeiros, recolher alimentos e outros materiais de uso na creche. Havia casos de doações de leite, arroz, e outros gêneros.

Os moradores do Patrimônio eram uma população invisível, com problemas de vulnerabilidade social das crianças e mães, precisou que chegassem pessoas de fora – as italianas e o Batalhão, para que houvesse uma transformação no modo como essas mulheres e crianças eram vistas, assim como os problemas vivenciados.

Nos casos de crianças em situação de indigência, as italianas recolhiam e as encaminhavam a uma família, às vezes as mesmas mulheres que já se ocupavam em cuidar dos filhos de prostitutas. Quase sempre, esse acompanhamento se dava aos filhos e às mães, que embora deslocados de sua residência, mantinham o convívio, porque a mãe também necessitava de cuidados, zelo, instrução, alimentação.

As mães ensinavam as italianas os costumes e modos da cultura local, enquanto as italianas introduziam novas possibilidades de alimentação, cuidado e zelo. Formaram um generoso pomar no quintal da casinha, onde plantaram diversas frutíferas, verduras e legumes. Incentivaram o uso de remédios naturais e traziam da Itália tipos de vitaminas que eram distribuídas para as mães e as crianças na creche. As crianças miúdas da vizinhança, incluindo os filhos menores de dona Sebastiana, conviviam com as italianas na própria casa, nas lidas e pequenas tarefas, aprenderam a se alimentar de frutas, verduras e legumes que não faziam parte dos hábitos alimentares. Parte das cápsulas de vitaminas era colocada na sopa das crianças, como reforço.

Sobre algumas divergências, Neuzi recorda que, gradativamente, tanto com as oportunidades de trabalho geradas pelo Batalhão, quanto pela acolhida, zelo e cuidado das crianças na creche, assim como as instruções e orientações dadas pelas italianas às mães, a condição de miserabilidade e marginalidade social proveniente da prostituição das mães foi sendo alterada nas expectativas e perspectivas dessas mulheres e suas crianças. As mães cuidadoras de filhos de prostitutas também recebiam instruções e acolhida na creche, todas eram alvo das visitas e acompanhamento das italianas. Isso contrariou interesses. Era comum ouvirem ameaças veladas e explícitas dizendo que as irmãs precisavam ir embora, deveriam ser mortas, já seria hora de matá-las. Os adolescentes e jovens, ao ouvirem tais ameaças, não tinham discernimento dos reais motivos, haja vista que elas trabalhavam incansavelmente em prol do bem-estar das crianças e das mães, acolhiam as famílias, iam de porta em porta pedindo materiais para as obras ou gêneros para a manutenção da creche.

Desconheciam os motivos subjacentes ao teor das ameaças de surra e morte às italianas, porém, interesses estavam sendo contrariados, inclusive porque em meio às crianças assistidas pela creche era comum comentários a respeito de quem seria o pai, com quem a mãe mantinha relacionamento sexual na zona de prostituição. Crianças invisíveis, mães marginais, e uma fração da patriarcal incomodada com a assistência da creche a essas pessoas.

Quando indagada sobre os cursos de corte costura e outras ações realizadas, Neuzi esclarece que esses não tinham, à época, relação com a creche, eram atividades da ação social da igreja, feitas no espaço da igreja com o apoio do pároco. A participação das italianas seria apenas de colaboração com os conhecimentos e habilidades de domínio, principalmente no incentivo às mães e jovens do Patrimônio para frequentarem os cursos e aprenderem as habilidades de qualificação. Eram cursos destinados àquela população, mas a ação seria da igreja, não da creche.

Destaques na exposição da relatora:

A transformação social provocada “pelos de fora”: as italianas com a creche; os integrantes do Batalhão com as oportunidades de ocupação geradas, assim como a colaboração voluntária em várias frentes. Os conflitos que desencadearam a saída das italianas de Goiandira em três anos teriam motivação nas mudanças operadas nos prostíbulos a partir da acolhida das crianças na creche e da abertura de outras oportunidades de trabalho. Contrariaram interesses, expuseram mazelas que deveriam permanecer ocultas, desnudaram as relações patriarcais antes toleradas e invisíveis. As italianas deveriam ser espancadas ou mortas, caso não se retirassem daquele espaço.

O atendimento e o acolhimento de crianças pelas italianas eram independentes do

vínculo religioso, toda criança era acolhida na creche, indistintamente. Assim como o acompanhamento às mães. Não havia nenhuma exigência de que as famílias fossem católicas, que professassem outro credo ou nem tivessem religião. As crianças eram recebidas e atendidas na creche. As crianças das esposas dos integrantes do Batalhão também eram recebidas e cuidadas lá, sem discriminação ou preferência.

A excelência no tratamento e no acolhimento proporcionado pela creche. O despertar de oportunidades às mães das crianças que antes só vislumbravam a prostituição como possibilidade, ao serem integradas e cuidadas, descobriram outros horizontes.



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Pelo presente **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido TCLE** – confirmo ter fornecido informações diversas sobre o CEPROFA, para fins da pesquisa O CEPROFA EM GOIANDIRA-GO. (1973-1989): MISSÃO E INSERÇÃO NA REALIDADE LOCAL, de autoria de DEUSNÍRIA MARIA DA SILVA E SILVA, sob a orientação da prof. Dra. Aparecida Maria Almeida Barros, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Educação, pelo Programa de Pós-graduação em Educação – MESTRADO, na Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Catalão em transição.

As informações serão utilizadas exclusivamente para finalidades acadêmicas, com escrita da dissertação e demais produtos vinculados à história da instituição, sem gerar prejuízos, nem danos morais a ninguém que colaborou. Tampouco serão utilizadas para finalidades outras fora do interesse acadêmico, científico e histórico com o qual a pesquisa se compromete e articula no campo de investigação.

Por ser verdade, firmo e assino o termo.

Nome por extenso:

José Teixeira de Araújo.

Assinatura:



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Pelo presente **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido TCLE** – confirmo ter fornecido informações diversas sobre o CEPROFA, para fins da pesquisa O CEPROFA EM GOIANDIRA-GO. (1973-1989): MISSÃO E INSERÇÃO NA REALIDADE LOCAL, de autoria de DEUSNÍRIA MARIA DA SILVA E SILVA, sob a orientação da prof. Dra. Aparecida Maria Almeida Barros, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Educação, pelo Programa de Pós-graduação em Educação – MESTRADO, na Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Catalão em transição.

As informações serão utilizadas exclusivamente para finalidades acadêmicas, com escrita da dissertação e demais produtos vinculados à história da instituição, sem gerar prejuízos, nem danos morais a ninguém que colaborou. Tampouco serão utilizadas para finalidades outras fora do interesse acadêmico, científico e histórico com o qual a pesquisa se compromete e articula no campo de investigação.

Por ser verdade, firmo e assino o termo.

Nome por extenso:

Agostinha Aparecida Tristão.

Assinatura:

Agostinha Aparecida Tristão



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Pelo presente **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido TCLE** – confirmo ter fornecido informações diversas sobre o CEPROFA, para fins da pesquisa O CEPROFA EM GOIANDIRA-GO. (1973-1989): MISSÃO E INSERÇÃO NA REALIDADE LOCAL, de autoria de DEUSNÍRIA MARIA DA SILVA E SILVA, sob a orientação da prof. Dra. Aparecida Maria Almeida Barros, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Educação, pelo Programa de Pós-graduação em Educação – MESTRADO, na Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Catalão em transição.

As informações serão utilizadas exclusivamente para finalidades acadêmicas, com escrita da dissertação e demais produtos vinculados à história da instituição, sem gerar prejuízos, nem danos morais a ninguém que colaborou. Tampouco serão utilizadas para finalidades outras fora do interesse acadêmico, científico e histórico com o qual a pesquisa se compromete e articula no campo de investigação.

Por ser verdade, firmo e assino o termo.

Nome por extenso:

Sebastiana Rodrigues da Silva.

Assinatura:

p/Sebastiana de Fátima da Silva Santos



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Pelo presente **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido TCLE** – confirmo ter fornecido informações diversas sobre o CEPROFA, para fins da pesquisa O CEPROFA EM GOIANDIRA-GO. (1973-1989): MISSÃO E INSERÇÃO NA REALIDADE LOCAL, de autoria de DEUSNÍRIA MARIA DA SILVA E SILVA, sob a orientação da prof. Dra. Aparecida Maria Almeida Barros, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Educação, pelo Programa de Pós-graduação em Educação – MESTRADO, na Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Catalão em transição.

As informações serão utilizadas exclusivamente para finalidades acadêmicas, com escrita da dissertação e demais produtos vinculados à história da instituição, sem gerar prejuízos, nem danos morais a ninguém que colaborou. Tampouco serão utilizadas para finalidades outras fora do interesse acadêmico, científico e histórico com o qual a pesquisa se compromete e articula no campo de investigação.

Por ser verdade, firmo e assino o termo.

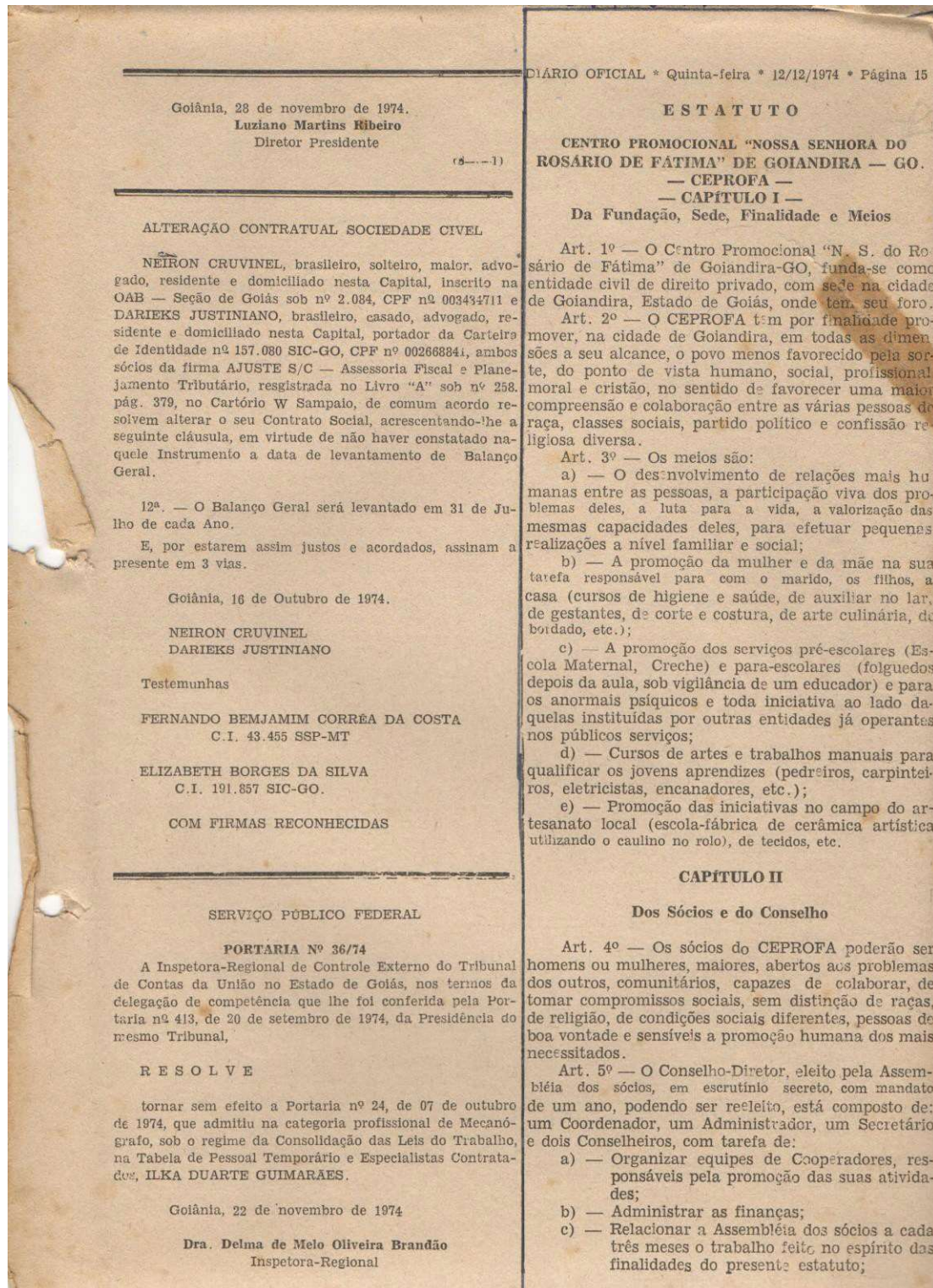
Nome por extenso:

Maria de Fátima da Silva Santos.

Assinatura:

Maria de Fátima da Silva Santos

ANEXO II: Fontes Documentais



- d) — Representar o CEPROFA, com juízo ou fora dele, passiva ou ativamente.

CAPÍTULO III --

Das Finanças

Art. 6º — O CEPROFA tem como receitas:

- a) — Contribuição dos sócios;
- b) — Donativos em geral das pessoas e entidades particulares e públicas;
- c) — Auxílios e subvenções municipais, estaduais e federais.

Art. 7º — O dinheiro pertencente ao CEPROFA será recolhido em Banco pelo Tesoureiro, ficando o mesmo incumbido dos depósitos e retiradas com aprovação do Coordenador e deliberação do Conselho.

CAPÍTULO IV

Da extinção

Art. 8º — Será extinto o CEPROFA.

- a) — Por não mais poder cumprir com seus objetivos sociais;
- b) — Por sentença judicial e irreversível.

Art. 9º — Uma vez extinto o CEPROFA, o seu patrimônio será, doado a uma entidade consênere, devidamente registrada com finalidade educativa — promocional — religiosa com atividade no território do município, de acordo com dois terços (2/3) da Assembléia.

Art. 10 — O presente estatuto será retornado somente por deliberação de 2/3 (dois terços) da Assembléia.

Art. 11 — O CEPROFA não remunera o Conselho, não distribui lucros ou dividendos entre seus participantes. Aplica o "superavit" verificado eventualmente em seus exercícios financeiros na manutenção e desenvolvimento de suas obras, aplicando as suas rendas integralmente na cidade.

Art. 12 — Os membros do Conselho — Diretor não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais do CEPROFA.

Art. 13 — O primeiro Conselho — Diretor ficou assim constituído:

ARISTIDES MARQUES DE SOUZA
1º Coordenador eleito
MARIA ROSA DE ARAUJO
Secretário
JOÃO PIRES DUARTE
Tesoureiro
HAILTON CANDIDO DA COSTA
Conselheiro
VILDA DO CARMO DIAS
Conselheiro

Todos residentes e domiciliados neste município de Goiandira — Go.

Art. 14 — O presente estatuto entrará em vigor no ato de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás.

Goiandira (Go.), 6 de junho de 1974.

COMPANHIA THERMAS DO RIO QUENTE (CALDAS NOVAS) CGC 01.540.533/0001

Capital Autorizado	Cr\$ 50.000.000,00
Capital Subscrito	Cr\$ 16.000.000,00
Capital Integralizado	Cr\$ 13.134.770,00

AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE AUMENTO DE CAPITAL e EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

1. AUMENTO DE CAPITAL

Comunicamos aos Senhores Acionistas que por deliberação da Reunião da Diretoria, realizada em 16 de agosto de 1974, re-ratificada pela deliberação de Reunião da Diretoria realizada em 01 de novembro de 1974, foi aprovada a Proposta da Diretoria, com parecer do Conselho Fiscal, para emissão de 9.000.000 (nove milhões) de ações, sendo 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias e 7.000.000 (sete milhões) de ações preferenciais classe A, todas nominativas, do valor unitário de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro), a serem subscritas pelo público investido e para realização em dinheiro, com o pagamento de 15% (quinze por cento) no ato das subscrição, e o saldo restante à vista ou em até 10 (dez) prestações mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira 30 dias após a data da subscrição.

2. EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

Com termo final previsto para 30 (trinta) dias após a data deste, poderão os senhores acionistas fazerem uso do direito de preferência à subscrição desse aumento, na proporção de 7 ações para 2 (duas) ações possuídas, na categoria das ações preferenciais classe "A" e 14 ações para cada grupo de 100 ações possuídas na categoria das ações ordinárias. Após o prazo aqui fixado, qualquer acionista poderá subscrever, na quantidade que lhe convier, as ações decorrentes do presente aumento.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES

3.1 — No ato da subscrição deverá ser apresentado pelo acionista, o CGC ou CPF, conforme o caso.

3.2 — Os procuradores de acionistas, deverão exhibir o respectivo instrumento de procuração.

3.3 — Na subscrição de ações por espólios ou por incapazes, é devido o pagamento integral de subscrição.

4. LOCAIS DE ATENDIMENTOS

A preferência poderá ser exercida pelos acionistas, ou por seus procuradores, em um dos seguintes endereços:

SEDE SOCIAL:

Goiânia — Goiás — Alameda dos Buritis, nº 120, Goiânia, Goiás. Tel. 2-10-89.

ESCRITÓRIOS REGIONAIS

Caldas Novas — Goiás — Fazenda Água Quente
Brasília — DF — Galeria do Hotel Nacional — Setor Hoteleiro Sul — Tel. 24-71-66.

Rio de Janeiro — GB — Rua México 164, sala 117.
São Paulo — SP — Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 2.344, sala 14.

Goiânia, Goiás, 01 de novembro de 1974
CIA. THERMAS DO RIO QUENTE (Caldas Novas)

(Ilégível)

Presidente

(Ilégível)

Diretor Financeiro



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE CATALÃO – ESTADO DE GOIÁS

TABELIONATO 1º DE NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS

Mauro Sylvio Netto
Tabelião – Oficial

Helsiana Cláudia Goulart
Escrevente Autorizada

João Enéas Brêtas Netto
Escrevente Autorizado

Graziela Ferreira da Silva
Oficial/Tabelião Substituta

Márcio Goulart Marcelino
Escrevente Autorizado

Fabiana Paranhos Netto
Oficial/Tabelião Substituta

C E R T I D ã O

Certifico a requerimento verbal de parte interessada, que revendo o arquivo deste Cartório, do mesmo verifiquei que no Livro 3-C; Transcrição das Transmissões, às fls. 32, consta o seguinte: NÚMERO DE ORDEM: 1.633; DATA: 03 de dezembro de 1919; CIRCUNSCRIÇÃO: Rua Nossa Senhora Mãe de Deus de Catalão; DENOMINAÇÃO: Fazenda São Miguel próximo a Estação de Goiandira; CARACTERÍSTICOS E CONFRONTAÇÕES: DOIS ALQUEIRES DE TERRAS de campo, procedente de Rosalina Maria de Jesus. Catalão, 3 de dezembro de 1919. (a) Getúlio Vaz – Oficial; ADQUIRENTE: DIVINO ESPÍRITO SANTO, representado pelo Vigário P. Fidelis Del Val, residente nesta cidade; TRANSMITENTE: Francisco da Rosa Pereira e sua mulher Idalina de Souza Landin, residentes neste termo; TÍTULO: Doação; FORMA DO TÍTULO: Esc. de 18.03.1914, pelo Tabelião J. P. Barbosa; VALOR: 100.000; CONDIÇÕES: Nenhuma; AVERBAÇÕES: NIHIL. Nada mais.

O referido é verdade e dou fé.
Catalão-GO., 05 de maio de 2021.

Fabiana Paranhos Netto – Oficiala Substituta.
Documento assinado digitalmente

Miriam (Cer23859)

PODER JUDICIÁRIO ESTADO DE GOIÁS
Selo Eletrônico de Fiscalização
00602105032989010680008
Consulte este selo em
<http://extrajudicial.tjgo.tus.br>

EMOL.: R\$44 - TAXA JUD. R\$15,82 - FUNDESP:
R\$44 - IBS: R\$0,88 - FUNESP: R\$1,52 - ESTADO:
R\$1,32 - FRENDEVS: R\$1,76 - FUNDESP: R\$1,32 -
FUNCOMP: R\$1,32 - FEPADASAJ: R\$0,88 - FUNPROGRE:
R\$0,88 - FUNDESP: R\$0,55 - FUNDAP: R\$0,55 -
FEMAL: R\$1,1
VALOR TOTAL: R\$70,3.

OBSERVAÇÃO: Esta certidão tem prazo de validade de 30 (trinta) dias para instrumentalização de títulos que tenham por fim a constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais, inclusive os de garantia, relativos ao imóvel objeto da Matrícula acima indicada, nos termos do Art. 958 do Código de Normas e Procedimentos do Foro Extrajudicial do Estado de Goiás.

Av. Raulina Fonseca Paschoal, nº 1.780, Sala 01, Centro - Galeria Ribeiro - CEP.: 75.701-480, Catalão-GO. Fone: (64)3441-2121 – Fax: (64)3442-3673 – e-mail: cartoriomsnetto@hotmail.com

0038

Lei nº 437 de 10 de dezembro de 1974.

Que considera de utilidade pública o "Centro Promocional Nossa Senhora do Rosário de Fátima - CEPROFA" e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Goiânia, Estado de Goiás, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º: Considerando o CEPROFA, uma entidade Promocional e filantrópica, criada em 06/06/74;

Artigo 2º: Considerando que o CEPROFA, foi s.e. em 06/06/74 registrada como personalidade jurídica sem fins lucrativos sob o nº 468 em 14.06.74;

Artigo 3º: fica considerado de utilidade pública o CENTRO PROMOCIONAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA - CEPROFA, situado no Bairro Nossa Senhora de Fátima.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões de 10 de dezembro de 1974.

Presidente

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Gabinete Civil da Governadoria
Superintendência de Legislação.

LEI Nº 7.963, DE 19 DE SETEMBRO DE 1975.

Declara de utilidade pública o Centro Promocional Nossa Senhora do Rosário de Fátima (CEPROFA), da cidade de Goiandira, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. - Fica declarado de utilidade pública o Centro Promocional Nossa Senhora do Rosário de Fátima (CEPROFA), com sede e foro na cidade de Goiandira.

Art. 2º. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 19 de setembro de 1975, 87º da República.

IRAPUAN COSTA JÚNIOR

Manoel Antônio da Silva (D.O. de 29-09-1975)

Ata da Reunião da Comissão Provisória designada para a fundação do NÚMEG - Núcleo do Menor Goiandirense.

Aos quatro (4) do mês de agosto do ano de trezentos e noventa e nove (1989), às quinze horas e trinta minutos, à Rua Siqueira Martins Seixem, nº 3 centro na residência do senhor José Stalin de Araújo, Prefeito Municipal desta cidade, reuniram o senhor doutor José Stalin de Araújo, Prefeito Municipal, sua esposa Sr. Soraya Andre de Araújo, Primeira-Dama do Município, Sr. João Viana, senhor Ademir Moreira de Melo, Sr. Sebastião Sabug Felipe Reinaldo, Sr. Wilma Araújo de Aguiar Melo, Fereziaba Rodrigues de Oliveira (irmã Cristina) e Senhora Oscar Graugelista de Lima, todos residentes e domiciliados nesta cidade, componentes da Comissão Provisória designada para os estudos e todos os atos da constituição de uma sociedade civil, sem fins lucrativos que terá sede nesta cidade. Foi deliberado pelos membros da comissão foi escolhido para Presidente da Comissão o senhor José Stalin de Araújo que designou a Sr. Oscar Graugelista de Lima para servir como secretário. Em seguida foram fixados os pontos para debates, iniciando-se pela escolha do título de NÚMEG - Núcleo do Menor Goiandirense, que foi aprovado pela Comissão Provisória, continuou-se pela elaboração do estatuto, sendo objeto de detalhados estudos a denominação, sede, foro e duração, finalidade, membros, organismos de direção, patrimônio social e disposições gerais, após detalhados estudos e debates ficou preparado o esboço do estatuto e a reunião foi encerrada às dezessete (17:00) horas, ficando convocada reunião de futura de fundação para o dia vinte e nove (29) do corrente mês e ano a ser realizada na sede definitiva do núcleo em constituição, nesta cidade nas proximidades da Vila Vitoriana. Nada mais havendo para constar, a Oscar Graugelista de Lima, secretário da Comissão.

Provisória lavrei esta ata que após ser lida e aprovada por todos, será assinada.

Jose Stalini de Araujo
 Presidente da Comissão Provisória.

João Vitorino
 Ademir Moreira de Melo.

Wilma Araújo de Aguiar Melo

Sebastião de Souza Felipe Reinaldo

Cerezinha Rodrigues de Oliveira (fi. Cristina)

Oscar Evangelista de Lima

Ata da reunião de fundação do NUNEG - Núcleo do Menor Goiandriense. - Assembleia Geral da Fundação.

Aos vinte e nove (29) dias do mês de agosto (08) do ano de mil noventa e nove (1999), nesta cidade de Goiandira, Estado de Goiás, às dezenove (19) horas e trinta minutos, na sede do NUNEG - Núcleo do Menor Goiandriense, nas proximidades da Vila Vitória reuniram-se os membros fundadores desta sociedade com a finalidade de aprovarem o Estatuto social. A reunião foi presidida pelo senhor doutor José Stalini de Araujo, Prefeito Municipal e Presidente da Comissão Provisória e secretariada por Oscar Evangelista de Lima. Iniciada a reunião o senhor presidente congratulou-se com todos os presentes dizendo das finalidades da sociedade ora em fundação e em seguida determinou a leitura integral da proposta estatutária apresentada pela Comissão Provisória que tem a seguinte redação: Estatuto do NUNEG - Núcleo do Menor Goiandriense. Capítulo I - Da Denominação, Sede, Foro e Duração. Artigo 1º - O NUNEG - Núcleo do Menor Goiandriense é uma sociedade civil, sem fins lucrativos com duração indeterminada. Artigo 2º - O NUNEG - Núcleo do Menor Goiandriense reger-se-á por estes estatutos, pela legislação civil pertinente e por normas federais, estaduais e municipais aplicáveis. Artigo 3º - Tem sede e foro nesta cidade de Goiandira, Estado de Goiás. Capítulo II - Dos fins